

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

Programa de Pós-Graduação em História

**REFORMA AGRÁRIA, CUBANIZAÇÃO/FIDELIZAÇÃO:  
A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ALARMISTA SUBJACENTE AO  
GOLPE MILITAR DE 1964**

*Angelita Lopes de Moura*

São Leopoldo.

Fevereiro de 2004.

Angelita Lopes de Moura

**Reforma Agrária, cubanização/fidelização: a construção do discurso  
alarmista subjacente ao golpe militar de 1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final a obtenção do título de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Professor Dr. Werner Altmann

São Leopoldo.  
Fevereiro de 2004.

*A Homero Melo, meu companheiro e amigo  
em todas as horas.*

A Daniela de Campos, minha amiga inseparável  
e fiel incentivadora...

## Agradecimentos

A realização desse trabalho contou com ajuda e incentivo de muitas pessoas. Devo expressar um agradecimento muito especial ao professor Dr. Werner Altmann pela prazerosa e frutífera convivência intelectual ao longo desses dois anos e sua inigualável paciência em orientar-me. Não poderia deixar de expressar também meu respeito e gratidão.

Agradeço ao Homero, pelas profícuas sugestões feitas ao longo de nossas intermináveis conversas que contribuíram para o melhor desenvolvimento de nossas dissertações (além de ter agüentado meu *stress* com tanto carinho e amor).

Agradeço muitíssimo a colaboração, amor e carinho dos meus pais (Vilma e Hildor) pelo “colo” nas horas mais difíceis.

Devo agradecer também ao companheirismo e confiança dos meus amigos e amigas: Daniela de Campos (em especial), Telma Almeida (por sua sapiência), Paulo Roberto Taufer, Eduardo Chaves e Ana Accorsi.

Ao professor Cláudio Pereira Elmir pela confiança.

Agradeço a professora Eloísa Helena Capovilla semeadora da idéia inicial desse trabalho pelo encorajamento e amizade.

As secretárias do PPG em História (Janaina e Teresinha) pela sempre solícita atenção e eficiência.

Aos funcionários do Museu de Comunicação Hipólito da Costa por sua prestimosa atenção (Carlos Roberto da Costa Leite, Gerson Rodrigues Macedo, Anderson R. Rodrigues e Delair Souza Ramos).

Ao CNpQ que custeou os gastos com disciplinas e pesquisa.

As demais pessoas que colaboraram com a confecção desse trabalho que porventura não estejam aqui elencadas.

## **RESUMO**

Esta dissertação, tendo como marco temporal o intervalo entre 1959 e 1964, estuda a influência da Revolução Cubana no processo golpista brasileiro empreendido pelos militares em março de 1964. Utiliza-se prioritariamente do material jornalístico produzido pelas principais agências rio-grandenses.

O texto está dividido em três capítulos. O primeiro, compreende um breve apanhado da problemática agrária no país, com ênfase nos casos gaúcho (MASTER) e pernambucano (Ligas Camponesas), pela relevância desses movimentos no contexto político da época. O segundo capítulo trata das conseqüências da política da Guerra Fria para a América Latina, priorizando o tratamento dos Estados Unidos para com os países dessa parte do continente americano, em especial após a eclosão da Revolução Cubana. Ressalta-se a alteração do discurso anticomunista que passa ser revestido de outra roupagem, a do anti-cubanismo. O último capítulo demonstra a utilização do discurso anti-Cuba como fator essencial da campanha alarmista efetivada em meio à sociedade brasileira, fator que contribuiu em grande medida para o processo de radicalização dos setores conservadores (segmento rural, especialmente), que levou à deposição do presidente João Goulart pelos militares.

Palavras Chaves: Reforma Agrária, João Goulart, Revolução Cubana, Golpe Militar de 1964.

## **ABSTRACT**

This text, having as secular landmark the interval between 1959 and 1964, studies the influence of the Cuban Revolution in the Brazilian coup-minded process undertaken by the military in March of 1964. It is used in priority of the journalistic material produced by the main agencies rio-grandenses. The text is divided in three chapters. The first one, understands a problematic caught briefing of the agrarian one in the country, with emphasis in the cases gaúcho (MASTER) and pernambucano (Leagues), for the relevance of these movements in the context politician of the time. As the chapter deals with the consequences of the politics of the Cold War for Latin America, prioritizing the treatment of the United States stops after with the countries of this part of the American continent, in special the union of the Cuban Revolution. It is standed out alteration of the anti-communist speech that passes to be coated with another kind of clothes of the anti-cubanism. The last chapter demonstrates the use of the anti-Cuba speech as essential factor of the accomplished alarmist campaign in way to the Brazilian society, factor that contributed in great measure for the process of radicalization of the sectors conservatives (agricultural segment, especially), that it led to the deposition of president João Goulart for the military.

Words Keys: The agrarian reformation, João Goulart, Cuban Revolution, military blow of 1964.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA BRASILEIRA.....</b>	<b>17</b>
1.1. Os “camponeses” entram em cena: o recrudescimento da problemática agrária no Brasil.....	19
1.2. O caso do Rio Grande do Sul: o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).....	27
1.2.1. A vinculação dos problemas do campo do estado do Rio Grande do Sul com a sua ocupação e formação histórica.....	27
1.2.2. O governo Brizola e a tensão no campo.....	34
1.3. O caso de Pernambuco: as Ligas Camponesas.....	41
<b>2. A POLÍTICA ESTADUNIDENSE DA GUERRA FRIA E SUA INTERFERÊNCIA NOS ASSUNTOS INTERNOS BRASILEIROS.....</b>	<b>46</b>
2.1. A política da Guerra Fria.....	46
2.2. O processo revolucionário cubano como justificativa da política estadunidense na América Latina.....	51
2.3. Cubanização/fidelização: a construção do alarmismo anti-cubano na imprensa gaúcha.....	60

<b>3. O ESPECTRO DA REFORMA AGRÁRIA CUBANA COMO ELEMENTO DESESTABILIZADOR DA “TRANQUILIDADE NACIONAL”</b> .....	79
3.1. As Reformas de Base.....	80
3.2. A reação dos setores conservadores.....	85
3.3. A ante-sala do golpe militar de 1964.....	97
<b>CONCLUSÃO</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	122
<b>ANEXOS</b> .....	

### **Lista de Abreviaturas**

**CEPAL**

Comissão Econômica para América latina



<b>CGT</b>	Comando Geral dos Trabalhadores
<b>CIA</b>	Central Intelligence Agency
<b>CNBB</b>	Confederação dos Bispos do Brasil
<b>CONTAG</b>	Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
<b>CRB</b>	Confederação Rural Brasileira
<b>FAG</b>	Frente Agrária Gaúcha
<b>IBAD</b>	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
<b>IPES</b>	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
<b>MASTER</b>	Movimento dos Agricultores Sem Terra
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>PRADE</b>	Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social
<b>PRP</b>	Partido Representação Popular
<b>PRR</b>	Partido Republicano Riograndense
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSP</b>	Partido Social Progressista
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PUA</b>	Pacto de Unidade de Ação
<b>SAPP</b>	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
<b>SAR</b>	Serviço de Assistência Rural
<b>SAR</b>	Serviço de Assistência Rural
<b>SOR</b>	Serviço de Orientação Rural
<b>SRB</b>	Sociedade Rural Brasileira
<b>SRTM</b>	Sociedade Rural do Triângulo Mineiro
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>ULTAB</b>	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

## **INTRODUÇÃO**

As razões que me levaram a debruçar-me sobre um período de nossa história recente, ainda tão vivo na memória de muitas pessoas, dizem respeito à minha vivência familiar. Especialmente, das experiências vividas por meu pai, um “metalúrgico de garra”, que ministrou, desde cedo, “as minhas primeiras aulas de história”, ao passo que fazia emergir de suas lembranças fatos e imagens da campanha pela legalidade e do golpe militar de 1964.

Externava em seus comentários uma mágoa muito grande em relação aos rumos que o país tomara após a deposição de João Goulart. E apesar de não ter presenciado estes fatos, eles me pareciam tão próximos, em virtude de nossa convivência. Além disso, devo mencionar que faço parte de uma geração (anos 80) que foi educada, ainda, com resquícios de um regime autoritário, mas que apesar

disso, nutria esperanças de voltar a viver num país democrático, esperanças estas, depositadas na campanha das “Diretas Já” e nas eleições de 1989.

Após algumas “decepções”, vivemos hoje em um país que está trilhando o caminho da democracia e, o golpe militar de 1964, parece às atuais gerações um fato histórico muito remoto. No entanto, como mencionamos acima, a interação com pessoas que presenciaram estes fatos nos fazem dimensioná-los de forma diferenciada.

Nesse ínterim, compartilhamos com as reflexões de Eric Hobsbawm, ao delimitar como História do Presente, o período de vida do historiador, ou das gerações com as quais ele conviveu, ou como ele mesmo afirma: “todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”.<sup>1</sup> Quanto aos aspectos metodológicos, Hobsbawm aponta dificuldades, mas também enuncia várias vantagens em se trabalhar com um período que fez parte da sua vida, como é o caso dele. Ressalta ainda, que cada tempo (ou geração) imprime sua forma de ver o mundo e que conseqüentemente “a diferença entre gerações é suficiente para dividir profundamente os seres humanos”<sup>2</sup> Chama atenção para o fato de que a história feita por alguém que foi protagonista do tempo estudado é muito diferente daquela realizada por alguém que não presenciou os fatos estudados ,pois, segundo o autor, o grau de percepção da realidade é diferente daqueles que não as viveram.

Com certeza, as gerações que vivenciaram os momentos precedentes ao golpe militar de 1964, e gerações como a minha, que conviveram com pessoas que presenciaram estes fatos, tem uma percepção maior da relevância e da importância de estarmos vivendo num país democrático. Bem como, respeitam as muitas personagens que lutaram pela redemocratização do país.

Contudo, Hobsbawm faz questão de acentuar que não está afirmando que os historiadores mais velhos (como ele próprio, por exemplo) tem mais competência para escreverem sobre História do Presente, antes, apontou as vantagens e desvantagens que lhes foram legadas. Pois, não deixa de admitir que os trabalhos com períodos mais recentes, sempre são alvo de críticas, referindo-se assim à questão da subjetividade envolvida no desenvolvimento desse tipo de trabalho,

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.244.

<sup>2</sup> Idem, p.245.

muito embora, acredite "que toda história é história contemporânea disfarçada"<sup>3</sup>, pois crê que é tarefa quase impossível o historiador não deixar transparecer as suposições sobre determinada época, que compartilhou com sua geração, ou com seus pares.

Por seu turno, Agnes Chaveau e Philippe Tetart<sup>4</sup>, ao refletir sobre a História do Presente, identificaram alguns vetores para sua afirmação: a) retorno do estudo do político (que se constituiria na vanguarda dos estudos da História do Presente); b) fenômeno de geração, isto é, o impacto dos acontecimentos do século XX sobre os homens e sobre sua vontade de reagir, ou, de tentar explicar o presente; c) demanda social evidenciada pela produção, tanto científica como não científica (radiofônica, cinematográfica, televisiva).

Outra prerrogativa utilizada em defesa da história do presente diz respeito ao processo de "avanço do esquecimento". A esse respeito, Jean Pierre Rioux identifica na realização da História do Presente "um vivo desejo de identidade que nasce essa ambição de uma história atenta ao presente, cuja originalidade será escrita sob o olhar dos atores e cuja vocação desabrochará no balanço das temerosas especificidades do século XX".<sup>5</sup> E acrescenta, que fazer história do presente é um imperativo de nossos tempos, devido a imensidão de acontecimentos que nos soterram e que não conseguimos deglutir. Ressalta, no entanto, que a desistência dessa empreitada não resolverá os problemas que ela nos apresenta, mas que o bom senso do pesquisador e sua ambição científica, construirão a boa distância do objeto, métodos de investigação histórica confiáveis e um questionamento rigoroso que serão capazes de apaziguar uma desordem partidária ou o extremo envolvimento com o tema estudado.

Ressalte-se, ainda, a importância da História do Presente por ter trazido a reboque a dita "renovação da história política", assim batizada por tentar se afastar da história política produzida no século XIX, uma história narrativa, factual e linear, bem como, pela proposição de utilizar métodos e teorias desenvolvidas tanto por historiadores, quanto por cientistas sociais, num esforço de compor um estudo interdisciplinar que se utilize, e que produza, na medida do possível, abordagens

---

<sup>3</sup> Idem, p.243.

<sup>4</sup> CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. *Questões para história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p.7-37.

<sup>5</sup> RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. *Questões para história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p.43.

inovadoras a partir da redefinição de antigos objetos da história política tradicional. O historiador Francisco Falcon identifica alguns motivos pelos quais a história política teve oportunidade de reaparecer com tanta força,

“(...) o advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos massificados e manipulados pela mídia; o retorno do acontecimento como notícia e a percepção aguda do caráter eminentemente político das decisões governamentais compreendidas na designação políticas públicas; a universalização da burocracia e a programação de vastos setores de atividades sociais. Como consequência disso, as decisões propriamente políticas recobram importância, adquirem um peso específico muito grande, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, idéias e discursos.”<sup>6</sup>

O historiador francês René Rémond, por sua vez, ratifica as considerações de Falcon sobre a importância do retorno da história política ao afirmar que “hoje em dia o político concerne a tudo o que toca a existência individual: o corpo, a vida, o nascimento, a morte”<sup>7</sup>.

O acima exposto nos estimulou à retomada e aprofundamento do estudo sobre os antecedentes e a própria detonação do golpe militar de 1964. Embora conscientes da ampla bibliografia já produzida, entendemos que este tema ainda merece atenção. Para tanto, direcionamos nossa pesquisa no sentido de mostrar a colaboração dos setores conservadores, em especial dos segmentos rurais, na construção de uma situação de alarme em meio a sociedade brasileira através de um discurso anti-cubano, no período precedente ao golpe. Nesse ínterim, percebemos como as sociedades efetivam uma complexa engenharia mental para cultivarem e perpetuarem seus mais profundos temores. No caso específico dos setores conservadores brasileiros, o discurso anti-comunista/anti-cubano serviu muito apropriadamente aos anseios de conservação do *status quo* dos mesmos. O

---

<sup>6</sup> FALCON, Francisco. História e poder. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.61-89.

<sup>7</sup> RÉMOND, René. O retorno do político. In: *Questões para a história do Presente*. CHAVEAU, Agnes (org.). Bauru: EDUSC, 1999, p.59.

espaço temporal escolhido, para constatação da assertiva acima, compreende o período que se estende do início da Revolução Cubana em 1959 até a detonação do golpe militar de 1964. Apesar de termos consciência de que a interrelação entre a política da Guerra Fria (em especial após a Revolução Cubana) e a eclosão do golpe militar de 1964 já tenha sido apontada por inúmeros autores que tratam desse período, entendemos que a mesma ainda não foi estudada com a profundidade merecida.

O período em questão caracterizou-se pela construção de um imaginário social em torno do “comunismo”, em decorrência da chamada política de Guerra Fria, quando, tanto os Estados Unidos quanto a URSS, disputavam o domínio geopolítico de suas zonas de influência. Há que se ressaltar que a maioria dos conflitos entre essas duas potências foram travados em nível ideológico, ainda que muitos deles tenham resultado em embates “reais”. Como é sabido, a América Latina estava sob a zona de influência dos Estados Unidos, que se utilizaram de várias estratégias para garantir sua hegemonia nesse continente.

A análise do material jornalístico examinado, por sua vez, nos conduziu à construção de uma das questões centrais desse trabalho, qual seja, a influência da Revolução Cubana no processo de agudização e polarização política na América Latina. Trata-se de uma época em que o medo do avanço soviético foi mitigado em detrimento de um novo inimigo: o exemplo cubano. Termos como “comunismo bolchevista” perderam espaço na mídia para novos termos como “cubanização”/“fidelização” que se tornaram recorrentes.

O uso repetitivo desses termos nos noticiários da época nos fez atentar para a importância dos mesmos no processo de alarma criado em meio à sociedade brasileira. Este procedimento utilizado pelos setores conservadores visava encaminhar a “deixa” para empreender uma ferrenha oposição à política janguista, e principalmente no tocante à possibilidade de atendimento das demandas rurais através de um programa de reforma agrária, que por sua vez estava inserida em um programa mais amplo, qual seja, as Reformas de Base.

Tenha-se presente que a estrutura fundiária no Brasil, marcada pela forte concentração da terra por um grupo reduzido de pessoas, sempre gerou inúmeras tensões no campo. E apesar das muitas discussões e propostas para alteração

dessa situação<sup>8</sup>, estas não foram muito eficazes. Em virtude disso, a década de 1950 presenciou a agudização dos problemas no campo, resultando no surgimento de inúmeras manifestações por parte dos trabalhadores rurais, fazendo eclodir uma certa politização da problemática agrária. Esta situação não se modificou durante o período de governo Juscelino Kubitscheck, quando se privilegiava o incremento da produção agrícola, visando o abastecimento interno e as exportações. O projeto juscelinista passava, portanto, longe de uma resolução dos problemas sociais do campo. Há que se ressaltar, por outro lado, que tal política foi motivo de objeções por parte de seu vice-presidente João Goulart que, já a esse tempo, preconizava a reforma agrária como solução para os conflitos do campo que se avolumavam a cada dia. Desse modo, foi durante a década de 1960 que as questões do campesinato ganharam efervescência, levando as classes dirigentes a defenderem timidamente a reforma agrária, ou a tomarem algumas ações paliativas em áreas de maior atrito.

As reformas propostas por João Goulart visavam certamente, amainar a crise da situação fundiária e, “apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, pois, de um lado, às necessidades da consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa”<sup>9</sup>, foram alvo de intensa oposição por parte dos proprietários rurais e de seus aliados políticos, bem como de outros setores da sociedade. Para tanto, os setores conservadores utilizaram a mídia para disseminar a idéia de que o projeto ambicionado por João Goulart teria sido concebido nos moldes da reforma agrária cubana, e que esta era a primeira de uma sucessão de outras medidas que conduziriam o país a um regime autoritário semelhante ao instalado por Fidel Castro.

Desta forma, a constatação do uso exaustivo de expressões como “cubanização/fidelização” nos levou a dedicar um espaço maior desse trabalho a essa realidade, a fim de compreendermos o processo de construção ideológica da

---

<sup>8</sup> A primeira tentativa foi a criação da Lei de Terras em 1850 que não conseguiu realizar nem a sua proposta inicial de demarcação e medição das terras, pois ao final do Império, poucas terras haviam sido medidas e legitimadas, conforme era o intuito da Lei. Outras tentativas foram realizadas durante o período democrático, dentre estas podemos citar as discussões realizadas durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946, pela bancada comunista. Mas apesar das tentativas de viabilização da distribuição de terras a camponeses carentes, nenhuma emenda foi aprovada. O assunto voltou à cena nas discussões do Congresso nos anos de 1947, 1948 e 1949, mas novamente nada se alterou.

<sup>9</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p.55.

Revolução Cubana no Brasil, que tinha como finalidade explícita causar uma situação de alarma. A análise das manifestações dos setores conservadores, bem como o enfoque dado ao discurso anti-fidelista, por fazer parte de um construto mental de uma época, evidenciou a conveniência da utilização do conceito de “imaginário social”, cunhado por Bronislaw Baczko.<sup>10</sup>, como ferramenta útil para entendermos este processo. Da mesma forma, ao analisarmos o material jornalístico pesquisado, nos valem das considerações de Marilena Chauí<sup>11</sup> a respeito de ideologia.<sup>12</sup>.

Centramos, então, nosso enfoque nas manifestações enunciadas pelos principais protagonistas (grandes proprietários rurais) dessa encarniçada campanha, que não hesitaram em utilizar-se de todas as armas disponíveis, seja a coação física, a pregação anti-comunista/anti-fidelista ou o discurso do zelo pela ordem contra o caos e anarquia na defesa de seus interesses próprios. E apesar de terem se calcado no argumento de “defesa das instituições democráticas”, suas ações acabaram por revelar uma sanha reacionária, pois, preferiram abrir mão da democracia, em troca da manutenção de seu *status* e da proteção de algo tão caro a esses setores: a inviolabilidade da propriedade privada já estabelecida.

Merece menção o fato de que esse período da história brasileira apresentou características “sui generis”, em vista das tentativas dos trabalhadores rurais em adquirir o status de cidadão. De maioria analfabeta, lutavam por participação política através do voto, e se empenharam na obtenção, também, da posse da terra.

Não poderíamos deixar de ressaltar, também, a atitude arrojada da política janguista, em comparação aos seus antecessores, no tratamento das demandas rurais. Ainda que o historiador Thomas Skidmore<sup>13</sup> e outros jornalistas<sup>14</sup> insistam em qualificá-lo de mau administrador, autor de ação demagógica, inepto ou incapaz, é inegável que esses autores desconsideraram as especificidades desse período, tendo se deixado seduzir e mesmo se alinhado ao discurso produzido pelos setores conservadores.

---

<sup>10</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi (*Antropos-Homem*). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v.5, p.310.

<sup>11</sup> CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 37ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.21.

<sup>12</sup> Optamos por aprofundar as questões teóricas no transcurso do trabalho buscando uma maior interação entre a teoria e a parte empírica da presente dissertação.

<sup>13</sup> Veja-se: Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



A pesquisa empírica foi realizada junto ao Museu de Comunicação Hipólito da Costa em Porto Alegre. Ela percorreu os jornais, Correio do Povo fundado em 1895 por Caldas Júnior e que tinha como premissa um jornalismo dito apartidário, o jornal Diário de Notícias, lançado em 1925, o segundo maior jornal do Estado, controlado por Assis Chateaubriand que era explicitamente anti-getulista e posteriormente anti-janguista e o jornal Última Hora<sup>15</sup>, criado por Samuel Weiner em junho de 1951, a pedido do próprio Getúlio Vargas.

Há que se mencionar que apesar desses jornais terem se propagandeado como “apolíticos”, o exame do teor de suas matérias confirmou a assertiva de Francisco Rudiger: “a empresa jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome.”<sup>16</sup> Esta assertiva ficou bem evidenciada no trabalho de Walter Galvani em seu livro: “*Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*” quando expõe a postura do jornal “Correio do Povo” sobre o golpe militar de 1964”:

“Toda a amizade de João Goulart com o Dr. Breno e as semelhanças de vida como criadores de cavalo, ambos, como estancieiros gaúchos, não foram suficientes para impedir que a atração ideológica levasse a Cia. Caldas Júnior para o âmbito do golpe militar de 31 de março de 1964. A empresa definiu-se, logo no primeiro momento, e uma vez mais pondo de lado uma suposta e histórica imparcialidade, o Correio do Povo (e seus afluentes) apoiou a então batizada” Revolução Redentora “. O apoio foi tão ostensivo que o jornal se deu ao trabalho de explicar em editoriais por que os militares estavam certos e aquele era o único caminho para salvar o Brasil.”<sup>17</sup>

Cabe, ainda, o esclarecimento de alguns pontos a respeito da metodologia de trabalho empregada na utilização das fontes jornalísticas. Em primeiro lugar, não usaremos a análise de discurso (como premissa teórica), pois, optamos pelo uso das fontes como texto/contexto<sup>18</sup>, isto é, procuramos abstrair das matérias jornalísticas

---

<sup>14</sup> ALVES, Márcio Moreira. *O despertar da revolução brasileira*. Lisboa: Seara Nova, 1975. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>15</sup> GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.199.

<sup>16</sup> RUDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p.70.

<sup>17</sup> GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p.411.

<sup>18</sup> Utilizamos a unidade contexto, na seguinte acepção: “Traduzida historicamente, a unidade de contexto diz respeito à totalidade, ao contexto histórico, às estruturas sociais e/ou ao universo simbólico no qual se inserem os discursos analisados”.CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS,

elementos que teriam composto a realidade do período estudado. Para tanto, levamos em conta algumas premissas básicas<sup>19</sup> no cotejamento desse tipo de fonte, muito bem explanadas por Maria Helena Capelato:

“O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível por que permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. A análise desse documento exige que o historiador estabeleça um constante diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época.”<sup>20</sup>

Também merece menção o fato de que nossa idéia inicial era examinar a documentação produzida pela Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL), uma das muitas federações ligadas a Confederação Rural Brasileira (CRB). No entanto, devido a “dificuldade” em acessar essas informações, nos restringimos à pesquisa jornalística e a consulta bibliográfica sobre o assunto.

Nosso principal intuito, ao rastreamos as notícias produzidas nesse período, era incorporar às muitas análises sobre o processo golpista de 1964, o exame das manifestações dos grandes proprietários rurais e demais setores conservadores em oposição ao projeto de reforma agrária, além de evidenciar a concomitante prática de comparação entre os governos janguista e fidelista como mais um elemento que constituiu ou, serviu de justificativa, para a interrupção do processo democrático no país praticada pelos setores conservadores.

Para tanto, dividimos nosso texto em três capítulos. O primeiro deles compreende um breve apanhado da problemática agrária no país, com ênfase nos casos sul-riograndense (MASTER) e, pernambucano (Ligas Camponesas), em vista da relevância desses movimentos no contexto político da época. O segundo capítulo

---

Ronaldo. História e Análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Editora Campus, 1987, p.383.

<sup>19</sup> Veja-se: ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos do PPG em História da UFRGS/dez. 1995, p.19-29.

<sup>20</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.21.

trata das conseqüências da política da Guerra Fria para a América Latina, priorizando o tratamento dos Estados Unidos para com os países latino-americanos, em especial, após a eclosão da Revolução Cubana. Ressalta-se, então, a alteração do discurso anticomunista que passa revestir-se de outra roupagem, qual seja, a do anti-cubanismo. Depois, o capítulo final demonstra a utilização do discurso anti-Cuba como fator essencial da campanha alarmista efetivada em meio à sociedade brasileira, fator que contribuiu em grande medida para o processo de radicalização dos setores conservadores, o segmento rural, especialmente. Este processo levou, então, à deposição do Presidente João Goulart pelos militares em 01 de abril de 1964, consumando-se o golpe de Estado que mergulhou o país num regime autoritário por longos 21 anos.

## **1. A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA BRASILEIRA**

“(...) é de bom tamanho, nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe neste latifúndio.  
Não é cova grande. é cova medida,  
a terra que querias ver dividida.”  
(João Cabral de Melo Neto)

Examinar o agrarismo no Brasil pode significar termos que remontar toda a história do país, pois essa problemática sempre esteve imbricada em nossa realidade.<sup>21</sup> Para isso basta retomarmos situações por muitos consideradas como questões de outra ordem, mas que seu desenrolar nos revelou a essência do que estava sendo discutido: a situação dos despossuídos de terra, que de diferentes formas se manifestaram e requisitaram seus direitos.<sup>22</sup>

Esta situação se agudiza nas décadas de 50 e 60 do século XX, palco de disputas entre as oligarquias rurais e os movimentos de mobilização dos mais diferentes grupos, quais sejam, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, colonos, diaristas, mensalistas ou tarefeiros<sup>23</sup>. Uns lutavam pela posse da terra,

---

<sup>21</sup> A dimensão histórica de longo alcance da problemática agrária é referida por John Monteiro nos seguintes termos: as “origens do latifúndio residem não apenas no instituto sesmarial, como tem sustentado tantos autores, mas também no contexto histórico específico da expansão e do declínio da escravidão. (...) Cumpre salientar, contudo, que a elaboração da primeira lei de terras reflete, também a conscientização das classes dominantes para com a existência do elemento rural pobre. (...) A luta pela terra se agravava a partir do século XVIII, chegando, em determinados momentos – tais como a guerra dos Cabanos – a incomodar e até ameaçar os grandes proprietários”. MONTEIRO John M. A dimensão histórica do latifúndio. In: *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. D’INCAO, Maria Ângela (org). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.158.

<sup>22</sup> A questão da luta pela terra pode ser encontrada tanto no período de transição do Império para a República, nos chamados movimentos messiânicos (Canudos, Juazeiro, Contestado) como no período oligárquico (combate ao cangaço). Vale lembrar que os chamados movimentos messiânicos perpassaram todo período da República Velha e alguns se estenderam até o Estado Novo.

<sup>23</sup> Utilizando como embasamento a teoria marxista, Francisco Julião divide os trabalhadores rurais em proletários e semiproletários, onde: “Os semiproletários são os colonos, os peões, os camaradas, os empreiteiros. Os camponeses são os foreiros ou arrendatários, os meeiros, os parceiros, os vaqueiros, os posseiros, os condiceiros (*sic*) e os sitiantes.” (JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 1962, p.11). Para Jacob Gorender, as diversas modalidades de parceria, meação e pequeno arrendamento são modalidades pré-capitalistas, que servirão ao que o autor denomina de produção plantacionista latifundiária, constituindo-se assim em formas camponesas dependentes. Gorender situa o assalariamento de mão-de-obra a uma fase posterior, por ele entendido como a gênese do capitalismo no campo, quando ocorre a transformação da renda da terra em capital agrário, ou seja, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário. Nesse ínterim, o autor entende que a luta pela posse individual da terra só é travada pelo primeiro grupo, qual seja, os camponeses dependentes. (GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p.34-35.) José de Souza Martins, por seu turno, define como posseiro, “o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário”. Conforme o autor, estes são na maioria das vezes, lavradores pobres que vendem no mercado os excedentes agrícolas do trabalho

outros pelos direitos sociais ou mesmo pela reforma agrária.<sup>24</sup> Cabe ressaltar que o que existia no campo nesse período eram diversos focos de luta, onde posseiros, arrendatários, foreiros resistiam à ação dos proprietários de terras que pretendiam alterar contratos antigos ou expulsá-los da terra. Tal processo se deu por vários motivos, entre eles podemos citar: a expansão da fronteira agrícola, a introdução de novas culturas, substituição da agricultura por pecuária, ou ainda pela ação de inúmeras empresas mineradoras, madeireiras ou colonizadoras. Em outros casos, os motivos dos conflitos originavam-se de contratos injustos que submetiam os trabalhadores rurais a taxas extorsivas de arrendamento.

### 1.1. Os “camponeses” entram em cena: o recrudescimento da problemática agrária no Brasil

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo recrudescimento do processo reivindicatório dos trabalhadores rurais que contou com a influência e a atuação de outros setores da sociedade brasileira, em especial, do Partido Comunista<sup>25</sup>, da Igreja<sup>26</sup> e também da Aliança para o Progresso, nas quais, cada uma das partes defendia uma forma de condução do processo. As diferentes percepções da real participação dos trabalhadores rurais geraram várias discussões

---

familiar, depois de ter reservado uma parte de sua produção para o sustento da família; enquanto agregado, “ seria o homem que mora na propriedade de um grande fazendeiro, com direito de fazer sua roça e com a obrigação de prestar serviços ao proprietário, como trabalhador ou como capanga”; identifica também o arrendatário ou parceiro, que seriam “ pessoas que pagam renda em dinheiro ou espécie ao proprietário em troca do direito de fazer suas lavouras”; trata como grileiro “o homem que se assenhora de uma terra que não é sua , sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém os papéis que o habilitam a vender a terra a fazendeiros ou empresários.” MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p.103-104.

<sup>24</sup>São exemplos clássicos desses conflitos: luta dos posseiros no sudoeste do Paraná no governo de Moisés Lupion (década de 1950); grilagem de terras na região Trombas e Formoso, estado de Goiás (década de 50 e 60); formação das chamadas Ligas Camponesas em Pernambuco (1955); luta de posseiros no Rio de Janeiro (1940); luta de arrendatários em Santa Fé do Sul, oeste paulista (1958-1960); luta de posseiros no Espírito Santo (movimento conhecido como messianismo em União Jeová); grilagem de terras em Minas Gerais, disputa por terras ricas em madeira e subsolo (1950-1964); organização da luta de posseiros por terras a partir da formação de sindicatos rurais que mais tarde dariam origem ao MASTER (1960).

<sup>25</sup> Sobre o assunto ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Lavradores, trabalhadores rurais, camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1995, Tese de Doutorado. Também da mesma autora: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p.26-33.

<sup>26</sup> Sobre o assunto ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p.76-77. Ver também: CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração*. Rio de Janeiro; Ed Graal, 1982.

tanto no campo acadêmico, quanto no campo político (a temática da necessidade de atendimento das massas rurais se fazia ouvir tanto nos partidos de “direita”, assustados com os rumos do processo, quanto nos partidos de “esquerda” que propunham medidas mais radicais).

Sobre a problemática da incorporação político-econômica das massas, alguns aspectos importantes precisam ainda ser ressaltados, em especial quando pensamos o processo que antecede ao golpe militar de 1964, período em que as massas rurais também tentaram se juntar ao jogo político. Vale lembrar, que durante todo período chamado “populista”, em especial durante o governo Vargas, a problemática da incorporação dos trabalhadores rurais ao cenário político nem sequer foi cogitada. A exclusão das populações rurais justificava-se no pacto cunhado entre Vargas e os grandes proprietários - quando os mesmos lhe credenciaram apoio – desde que não ameaçasse alterar as bases de relações sociais e de propriedade no campo. A esse respeito, Aspásia Camargo afirma que,

“(...) uma das conseqüências diretas de tal simbiose foi a garantia da manutenção do monopólio da terra, acompanhada de um rígido enquadramento político das populações rurais que, a despeito de sua expressividade numérica, não conseguiram afirmar-se enquanto classe, isto é, como campesinato autônomo e estável, tendo sido, pelo contrário, drasticamente alheadas do jogo do poder. Deriva desse processo um contraste flagrante com a absorção dos segmentos urbanos que acompanha o ciclo populista, pois lhe foi vedada a participação, ainda que parcial, na comunidade dos cidadãos”.<sup>27</sup>

Apesar da realidade que a situação revela, tramitavam no Congresso Nacional<sup>28</sup> vários projetos discutindo a problemática da reforma agrária, muito embora a maioria deles centrasse seus argumentos na possibilidade da reforma agrária contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira através da ampliação do mercado interno, da satisfação das demandas da industrialização e de abastecimento. Contudo, as décadas de 1950 e 1960 apresentavam sinais evidentes de crise do “pacto” sustentado entre Estado e grandes proprietários, ao passo que os setores sociais que haviam sido deixados de fora tentavam se incorporar ao

---

<sup>27</sup> CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 3. O Brasil republicano: sociedade e política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996. 6ª ed. p.123.

processo político. As manifestações de lideranças rurais passaram, então, a tomar vulto, espalhando-se por todo país.

Em vista disso, os projetos apresentados ao Congresso Nacional foram aos poucos se adequando à nova realidade, passando a pontuar os problemas do trabalhador do campo, deixando assim de dar exclusividade às questões econômicas, pois essas invariavelmente precisavam tocar nas questões da terra. As pressões por melhoria das condições de vida da população rural perpassavam os pedidos por Reforma Agrária, reforçados pelas exigências de alargamento da participação política que poderia ser alcançada com a concessão de direito a voto para os analfabetos e a organização sindical. Por outro lado, segundo Ana Maria dos Santos, a preocupação das elites rurais era que essa reforma não infringisse as leis já existentes e acontecesse dentro dos princípios liberais e democráticos.<sup>29</sup>

Dessa forma, evidenciaram-se duas vias de propostas: uma enfatizava que a reforma deveria partir do Executivo, sem ferir a Lei e os padrões democráticos e, uma segunda alternativa, que consistia na realização da reforma através de emendas constitucionais, o que implicava em mudanças nas garantias do direito de propriedade (tal projeto estava contemplado no plano de Reformas de Base do Governo João Goulart). Obviamente, que a segunda alternativa foi rechaçada pelos setores conservadores amedrontados pela idéia de terem suas propriedades ameaçadas.

Tenha-se presente que nesse mesmo contexto, o discurso anti-cubano fazia eco em muitos setores da sociedade, levando-os a acreditar que a exemplo da ilha caribenha os camponeses brasileiros poderiam se insurgir e exigir que a reforma agrária fosse realmente efetivada, rompendo assim drasticamente o pacto entre as elites agrárias e o Estado. Desta feita, assistiu-se a um processo de ferrenha oposição aos projetos de cunho mais progressista. Segundo nos informa a autora abaixo citada:

“Em que pesem as pressões internacionais e as lutas por terras existentes de norte a sul do país, no entanto, os diversos projetos de reforma agrária, de diferentes matizes, apresentados ao Congresso Nacional foram sucessivamente derrotados, graças à enorme capacidade de articulação

---

<sup>28</sup> SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 7, julho/1999, p.29-45.

<sup>29</sup> SANTOS, 1999, p.33.

política dos proprietários fundiários que, desde cedo, contaram com o apoio dos representantes da indústria contra as tentativas de subversão do sagrado direito de propriedade.”<sup>30</sup>

Sendo assim, uma das formas utilizadas para que as organizações camponesas não tomassem parte nas discussões sobre a Reforma Agrária através de seus sindicatos de trabalhadores rurais foi substituir seus representantes por membros do Governo Federal e Estadual ou, ainda, por indivíduos indicados pelos proprietários rurais, impedindo assim que os camponeses participassem de assuntos que lhes diziam respeito para mais uma vez privá-los da participação política.<sup>31</sup>

Além disso, deve-se acrescentar que a necessidade de se realizar a reforma agrária não era negada por nenhum setor da sociedade brasileira, uma vez que esta era indicada como medida indispensável para se garantir o desenvolvimento e superação de “atraso” no qual o país se encontrava. Essa assertiva era compartilhada também pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), importante fórum elaborador de diretrizes de políticas econômicas que insistia que os padrões de vida das populações rurais precisavam ser elevados e a agricultura modernizada, possibilitando assim que essa faixa da população também se constituísse em consumidora. Essa suposta preocupação com as camadas rurais justificava-se no temor de que populações totalmente desassistidas se transformassem em grupos potenciais para infiltração de ideologias “outras” que poderiam desvirtuar os propósitos que a CEPAL imaginava para a América Latina. Em decorrência disso, percebia-se a organização de vários programas de “ajuda” norte-americana<sup>32</sup> destinados a áreas mais deficitárias, seguindo a lógica da política pós Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>30</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Set./1993. In: Dataterra.org.br.

<sup>31</sup> SANTOS, 1999, p.38.

<sup>32</sup> Dentre esses programas destacava-se a Aliança para o Progresso, programa assistencial estadunidense criado pelo presidente John F. Kennedy a 13/03/1961, que tinha como objetivo evitar uma provável propagação do comunismo nas Américas (medo esse que havia se acentuado após a Revolução Cubana). A Aliança para o Progresso era uma forma de reconhecimento por parte dos EUA dos crescentes antagonismos sociais existentes na América Latina e uma tentativa de solucioná-los através de reformas e programas de desenvolvimento econômico visando conter uma possível eclosão revolucionária. Dentre as muitas reformas, a reforma agrária era sugerida como forma de eliminar concentração fundiária e de atendimento a populações que se encontravam em condições muito precárias, podendo se tornar um terreno fértil para mensagens de esperança do chamado comunismo.



Por sua vez, o que mais causava tensões e discussões era justamente a variável de inserção de uma camada antes desconsiderada no cenário político - os trabalhadores rurais- que através de suas reivindicações e manifestações poderiam por em xeque acordos firmados e consolidados pelas elites. Tal ameaça gerou um desconforto na sociedade, como nos esclarece Daniel Aarão Reis Filho de forma bastante inusitada:

“Tinham todos uma profunda aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945. Não se tratava, muitas vezes, de algo racional. No mais das vezes, era uma reação instintiva, uma coisa epidérmica, uma náusea, um desgosto: ver aquelas gentes simplórias, subalternas, ascender a posições de influência e mando. Vindas não se sabia de onde, como que emergindo dos bueiros, estavam agora nos palácios, nas solenidades. Pessoas bregas, cafonas, não se vestiam direito, nem sabiam falar, como poderiam ser autorizadas a fazer política e a freqüentar os palácios? Era urgente fazê-las voltar ao lugar de onde nunca deveriam ter saído: o andar de baixo”.<sup>33</sup>

Nesse ínterim, reiterando as conclusões de Aspásia Camargo<sup>34</sup>, Octávio Ianni<sup>35</sup> e José de Souza Martins<sup>36</sup> podemos afirmar que a incorporação das massas

---

<sup>33</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Organização, Jorge Ferreira – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p319-377.

<sup>34</sup> Segundo Aspásia Camargo: “Havia, sem dúvida, o incontrolável temor de ver ingressar na cena política, camadas sociais constituídas em clientelas políticas que pudessem ser enquadradas, tal como o fora a classe operária com Getúlio Vargas. Tais temores eram, sem dúvida, realimentados pela acelerada eclosão de conflitos rurais, que cada vez mais se orientavam para a ocupação de terras.” (CAMARGO, 1996, p.211).

<sup>35</sup> Segundo Ianni, “a verdade é que a política de massas estava indo muito longe, numa época de enfraquecimento do poder político da burguesia. O jogo com as massas, preconizado e realizado por um setor da própria burguesia, já não era mais suportável para a classe dominante. Os riscos se acumulavam. Além do mais, o populismo começava a estender-se para a sociedade agrária. As Ligas Camponesas e os sindicatos rurais estavam sendo multiplicados e dinamizados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica (...). A própria luta pela reforma agrária funcionava como um meio para fazer crescer a força do trabalhismo rural. Diante dessa situação, a burguesia agrária, industrial, comercial e financeira aliam-se.” (IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975, p.210).

<sup>36</sup> “(...) Com freqüência, a discussão sobre a relação entre campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho à política e é melhor que assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo, e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista”. (MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p.12) O autor

rurais mostrou-se o “Tendão de Aquiles” do ciclo populista, pois apesar de haver criado as condições para manifestação dos setores populares, não soube lidar com as conseqüências desse processo, acionando a reação dos grupos conservadores.

Por outro lado, podemos perceber que a potencialização das reivindicações dos trabalhadores rurais, teve como conseqüência a alteração dos projetos governamentais, que pela primeira vez na história cogitaram atender as demandas rurais. Dessa forma, resta-nos uma indagação, qual seja, de que forma os governantes desse período lidaram com essa nova realidade?

A resposta para essa pergunta perpassa as discussões acadêmicas daquele período que taxavam essas administrações de “populistas”. Sendo assim, precisamos refletir sobre o próprio conceito de “populismo” levando em conta a evolução histórica que o conceito adquiriu a partir do exame da produção historiográfica e de seu contexto histórico.

Nesse sentido, o artigo de Maria Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone<sup>37</sup> nos foi útil, ao passo que nos adverte que um conceito sempre é construído, sendo então necessário que saibamos como o conceito foi elaborado, por quem e para que fim. Além disso, precisamos levar em conta que o mesmo conceito de “populismo” pode ser aplicado a várias épocas e realidades históricas distintas.<sup>38</sup> Quanto ao uso

continua: “A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo político. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é; ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio de outro lado.”(Idem, p.25).

<sup>37</sup> MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (orgs.) *Populismo y neopopulismo en America Latina. El Problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p.11-55.

<sup>38</sup> Os autores acima citados apresentam as experiências históricas que seriam englobadas como populistas (populismo russo/1870-1917; populismo americano/1892/1896) e os ditos populismos da América Latina, a partir de uma classificação realizada por Drake (*populismo prematuro*: Yrigoyen na Argentina e Alessandri no Chile; *populismo clássico*: Haya de la Torre, Grove, Cárdenas, Betancourt, Gaitán e Perón; *populismo policlassista*: Paz Estensoro, Vargas, Quadros, Brizola, Goulart, Ibanez, Velasco Ibarra; *populistas tardios*: Echeveria e Perón). Além disso, os autores apresentam uma classificação das linhas interpretativas dos principais teóricos do populismo, quais sejam: Linha de interpretação centrada no processo de modernização tributária do funcionalismo, que pensa o populismo como fenômeno que aparece nos países subdesenvolvidos, na transição de uma sociedade tradicional para uma moderna. Ressalta o processo de incorporação de massas como algo diferenciado do que aconteceu na Europa, pois na América Latina este processo teria sido acelerado demais não apresentando condições para formação de incorporação via partidos políticos ou vias institucionais. (Gino Germani, Di Tella – anos 50);Linha de interpretação histórico-estrutural

da terminologia populismo, os autores propõem que essa seja usada como unidade analítica mínima que permita perpassar diversos períodos históricos e nações, mas que ao mesmo tempo, consiga elucidar as características peculiares de cada caso em questão. Além disso, sugerem que essa unidade analítica mínima dê conta de alguns aspectos: a crise como condição de emergência; a experiência de participação como sustentação da mobilização popular e o caráter ambíguo dos movimentos populistas.<sup>39</sup>

Nessa mesma linha, as considerações de Jorge Ferreira<sup>40</sup> ao historicizar o conceito de populismo, demonstram o quanto seu uso é influenciado pelo contexto da época. E que apesar das críticas sofridas, o conceito ainda pode ser útil na compreensão dos fenômenos de ascensão das massas, respeitando-se as peculiaridades de cada caso. Ao mesmo tempo, o autor sugere o uso de novas formas de abordagem que nos permitam romper com a “culpabilização” do Estado e a “vitimização” da sociedade, buscando perceber os meandros de cada processo.

Por seu turno, as leituras de Francisco Weffort, Otacvio Ianni e Ângela de Castro Gomes, autores brasileiros clássicos da temática em questão, nos possibilitaram perceber diferenças na forma de emprego do conceito de populismo<sup>41</sup>. Francisco Weffort<sup>42</sup> calçou suas explicações na manipulação e uso das massas

que vincula o populismo ao estado de desenvolvimento do capitalismo latinoamericano e que surge com a crise do modelo agroexportador e do estado oligárquico. Fazem parte dessa linha de interpretação vários trabalhos, embora dêem enfoques diferenciados à problemática. Dentre eles podemos citar os trabalhos de Cardoso e Faletto/perspectiva dependentista; Ianni/ótica marxista-novo modelo de Estado intervencionista e nacionalista; Vilas/mobilização social; Murmis, Portantiero, Weffort e Torre/ crise de hegemonia; Touraine/política de integração nacional. (anos 60); Linha de interpretação dos conjunturalistas, grupo amplo que questiona as explicações que remetem as origens do populismo ao passado pré-populista da América Latina (James, French, Doyon, Adelman, Horowitz, Matsushita, Tamarin, Boris Fausto e Murilo de Carvalho). (Anos 80); Linha de interpretação que analisa o populismo como plano de discurso ideológico (Laclau, de Ipola, Taguieff, Worsley).

<sup>39</sup> Idem, 1999, p.44.

<sup>40</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>41</sup> Devo esclarecer que os autores acima selecionados serviram como referência, visto que, a bibliografia sobre o assunto é bastante extensa, e o tema não constitui o objeto deste trabalho.

<sup>42</sup> O autor adverte que ao passo que as massas se adequam ao sistema capitalista reivindicando ajuda do Estado, se tornam incapazes de reconhecer sua condição de classe, daí “só encontram meios de exprimir-se através do carisma ou seja, através da mais irracional das formas de manifestação política. Jogam toda a sua aspiração de mudanças políticas em uma pessoa que imaginam dotada de um poder ilimitado.” (WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.36). Na opinião do autor, essa atitude impossibilita qualquer mudança, pois as massas entregam-se ao Estado e dele esperam tudo (o sol e a chuva), deixando assim de agir por conta própria, ao passo que se deixam levar pelos interesses dos dominantes. O autor afirma que o populismo foi sem dúvida manipulação das massas, mas que esta nunca foi absoluta. Pois percebe, que apesar da manipulação, o populismo também foi uma forma de manifestação de insatisfações. “(...) Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes

(massa de manobra/Estado de compromisso). Octavio Ianni<sup>43</sup>, por sua vez, extremamente influenciado pela teoria marxista, percebeu uma certa participação das massas, retirando-as da condição de massa amorfa. Este autor entende que a participação das massas ocorreu nas pressões no sentido de que fossem realizadas as mudanças nas estruturas da sociedade brasileira.<sup>44</sup>

Ângela de Castro Gomes em sua obra "*A invenção do trabalhismo*"<sup>45</sup>, embora não tenha abandonado completamente a idéia da manipulação das massas, elucidou os meandros envolvidos nessa transação, aceitando a presença de um pacto entre as partes (Estado e massas), admitindo assim uma participação, ainda que não revolucionária, atuante de um processo de conquistas por parte dos trabalhadores. Dessa forma, a autora apresenta uma alteração na forma de análise da participação popular, ainda que esteja tratando em específico dos trabalhadores urbanos. Suas considerações são inovadoras, pois compreende que mesmo que o Estado tenha tentado impor sua proposta, precisou levar em conta a "experiência" dos trabalhadores, adaptando seu projeto à realidade nacional, ao passo que concedeu especial atenção às formas institucionais de organização da classe trabalhadora. Exemplifica isso ao analisar o surgimento do PTB<sup>46</sup>, antes pensado simplesmente como base de apoio político para o Presidente Getúlio Vargas, mas que com o tempo tornou-se um dos únicos meios de expressão partidária da classe trabalhadora, e que, embora tendo nascido sob a chancela do Estado, funcionou como uma via de mão-dupla, isto é, constituiu-se num mecanismo de incorporação real – embora controlada – dos trabalhadores à vida política nacional.

---

exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado." (Idem, 1978, p.63)

<sup>43</sup> O autor ressalta em sua análise, que é nesse período que os trabalhadores agrícolas começam a organizar-se politicamente evidenciando que as técnicas tradicionais de favores, pressões e violências já não dão conta das tensões e conflitos do campo, formando-se assim, associações, ligas e sindicatos de trabalhadores agrícolas. Chama atenção também para o fato de que os antagonismos entre campo e cidade são minimizados durante o governo Kubitschek, pois o setor industrial não está mais comprometido com um projeto de desenvolvimento nacional e autônomo, da mesma forma que o setor agrícola, que é voltado para o setor externo. (IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.)

<sup>44</sup> O autor argumenta que um golpe de estado, na maioria das vezes, ocorre como reação contra soluções revolucionárias ou reformistas. Para tanto recorre ao autoritarismo e ao endurecimento de estruturas arcaicas.

<sup>45</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. – 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>46</sup> Partido Trabalhista Brasileiro - fundado no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1945. Sobre o PTB ver: Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *O PTB e o trabalhismo : partido e sindicato em São Paulo : 1945-1964*. - São Paulo : Brasiliense, 1989.

A partir dessas considerações podemos perceber que a terminologia populismo, feitas todas as ressalvas mencionadas acima, dá conta da análise de determinados períodos históricos e consegue elucidar os avanços nas tratativas do Estado em relação às demandas tanto urbanas como rurais<sup>47</sup>. Pois, se levarmos em conta as realidades existentes nos períodos anteriores à chamada política populista, as melhorias econômico-sociais se mostraram bastante expressivas, em especial no período de maior aguçamento das tensões e conflitos. Sendo assim, podemos afirmar que as mudanças de atitudes por parte do Estado em relação aos trabalhadores rurais resultaram de suas “experiências” de luta, mobilização e resistência. O conceito de experiência aqui empregado fundamenta-se nos pressupostos teóricos utilizados por Thompson, que o explicita da seguinte forma:

“Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”<sup>48</sup>

Ao mesmo tempo, faz-se necessária uma abordagem da atuação das administrações, tanto federais como estaduais, que foram contemporâneas da agudização da questão agrária no país, em especial, no que diz respeito às atitudes tomadas frente às mobilizações dos trabalhadores rurais. Nesse ínterim, os casos gaúcho e nordestino merecem maior relevância, por se tratar de regiões onde as manifestações dos trabalhadores rurais tomaram maior vulto, impelindo a tomada de algumas medidas efetivas no sentido de atender às aspirações dessa parcela da população que exigia ser ouvida. Além disso, devemos ressaltar que tais atitudes precipitaram uma reação dos setores mais conservadores que passaram a atuar no intuito de impedir que mudanças radicais fossem tomadas.

---

<sup>47</sup> Sobre o assunto ver : GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). *Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, SEVERO, Gerson Egas. *O que somos e o que esperávamos ser*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003, p.173-180, onde o autor exemplifica as diferentes formas pelas quais a historiografia brasileira atual utilizou o conceito.

## 1.2. O caso do Rio Grande do Sul: o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)

Compreendermos o processo de recrudescimento dos problemas agrários no estado do Rio Grande do Sul na década de 1960 e os problemas sociais decorrentes do surgimento da questão agrária exige-nos uma rápida abordagem do processo de ocupação desse estado. Sendo assim, passaremos a historicizar o processo dessa unidade da Federação.

### 1.2.1. A vinculação dos problemas do campo do estado do Rio Grande do Sul com a sua ocupação e formação histórica

Por volta da primeira década do século XVII as missões jesuíticas se expandiram, a partir de seu estabelecimento inicial no Rio Grande do Sul, por toda região do Prata, abrangendo áreas hoje pertencentes ao Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. A partir da segunda década do século XVII os jesuítas espanhóis encontraram-se com a frente de expansão portuguesa, empreendida pelos bandeirantes<sup>49</sup>. A expansão portuguesa no sul do país chocou-se, então, invariavelmente de forma violenta com as missões jesuíticas.

Em consequência a política de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul caracterizou-se, então, por critérios de ordem militar, que privilegiaram a defesa do território contra as invasões estrangeiras e a tentativa de assegurar para Portugal o domínio da Bacia do Prata.<sup>50</sup> A formação de estâncias, por sua vez, foi favorecida pela disseminação do gado pelos campos meridionais iniciada pelos índios guaranis catequizados pelos jesuítas espanhóis<sup>51</sup>, como também pela política de ocupação do

<sup>48</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros – Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1981, p.182.

<sup>49</sup> "O bandeirismo de apresamento português prefere capturar o indígena pacificado pelos jesuítas. Os paulistas, entre 1636 e 1641, movem a destruição do trabalho de catequese e de organização dessas missões". RÜCKERT, Aldomar. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p.45.

<sup>50</sup> KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: terra & poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 17.

<sup>51</sup> Segundo REICHEL, Heloisa Jochims & GUTFREIND, Ieda: "A partir da terceira década do século XVII, os bandeirantes atacaram as Missões, e os jesuítas retiraram-se para a outra margem do rio Uruguai. Ao abandonarem a área, deixaram grande parte de seu gado, cerca de 15000 cabeças. Sobreveio um período de tranquilidade que oportunizou reprodução natural desses animais, formando-se assim, dois outros grandes rebanhos na Região. Estes, compostos de gado selvagem, foram denominados de Vacaria do Mar e Vacaria dos Pinhais, chegando a possuir um milhão de cabeças." (REICHEL Heloisa Jochims & GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: ed. UNISINOS, 1996, p.113).

litoral que teve como principal intuito assegurar a posse do território colonial português.

Desse modo, por volta do século XVIII a pecuária figurava como uma atividade econômica muito importante para o Rio Grande Sul, ainda que mantivesse forte conotação de atividade periférica, sem grande expressão para a economia da Colônia, pois serviu exclusivamente como área de abastecimento de carne e derivados para a região mineradora. E, foi através da concessão de datas e sesmarias que se efetuou a formação das grandes propriedades, na sua grande maioria latifúndios de base pecuarista. Apesar disso, como nos demonstram Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, a ocupação do território não foi tão pacífica, pois existiam no local alguns pequenos proprietários:

“(...) a consulta a alguns documentos, como processos judiciais do Vice-Reinado do Prata e cadastros de sesmarias da Real Fazenda de Portugal, nos leva a reconhecer que a ocupação da terra ocorreu em meio a um clima tenso, de conflito pela posse ou pelo direito de exploração da mesma. A ocupação, por sua vez, se processou de forma variada, estando presente, ao lado dos latifúndios, um significativo número de pequenas e médias propriedades. No final do período colonial, as questões referentes ao uso, à posse e à propriedade da terra se faziam presentes. Dentre elas, as mais comuns diziam respeito à denúncia de terras, e estas nem sempre se relacionavam a grandes unidades.”<sup>52</sup>

Com a Lei de 1822<sup>53</sup> ficou proibida a doação de sesmarias no Brasil, abrindo-se um período de posse desordenada de terras por particulares, agravado pelo fato de que a regulamentação da apropriação da terra somente foi formalizada em 1850. Segundo Ruy Cirne Lima, tal prática tornou-se comum:

"Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa (*sic*) corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pode, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias(...). Depois da abolição das sesmarias, - então a posse passou a campear livremente, ampliando-se de zona a zona à proporção que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. A humilde posse com a cultura efetiva, cedo, entretanto, se impregnou do espírito latifundiário, que a legislação das sesmarias difundira e fomentara, depois de 1822,

---

<sup>52</sup> Idem, p.144.

<sup>53</sup> Resolução ministerial tomada por José Bonifácio em 17/07/1822.

sobretudo, - a data da abolição das sesmarias, - as posses passam a abranger fazendas inteiras e léguas a fio."<sup>54</sup>

Segundo o autor acima citado, o período posterior a 1822 (ano da proibição da doação de sesmarias) caracterizou-se como o início da apropriação efetiva da terra, delimitando os primeiros latifúndios. A política de terras expressava claramente a preocupação com a disponibilização de mão-de-obra para a lavoura. Ao mesmo tempo, iniciou-se a política imigratória<sup>55</sup>, que buscou formar um contingente de mão-de-obra livre para as áreas exportadoras de café, "além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo".<sup>56</sup>

A forma encontrada para impedir a apropriação da terra por indivíduos de poucos recursos (este contingente formou a massa produtiva nos cafezais substituindo o trabalho escravo, e no caso de Rio Grande do Sul, deu origem aos peões de estância), foi a Lei de Terras de 1850, pois a partir desta, a aquisição de terras devolutas<sup>57</sup> só poderia ser feita através de compra<sup>58</sup>. Contudo, segundo Paulo Zarth, a legislação não foi empecilho para ação dos grandes latifundiários, que não hesitaram em usar expedientes fraudulentos e arbitrários. Vale ressaltar, que a partir de 1850, com a vigência da Lei de Terras, caracterizou-se a terra por uma nova concepção: a de ser de domínio público, acessível apenas para aqueles que podiam explorá-la na forma de mercadoria, passando a representar, essencialmente, poder econômico. Com isso,

"acelera[ra]m-se a expropriação e marginalização dos caboclos; a terra passa ser uma mercadoria; as áreas das fazendas são demarcadas, e se

---

<sup>54</sup> LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1954, p.47-54.

<sup>55</sup> Tal política serviu também como forma de branquear a população brasileira; pois se faz necessário ressaltar que não havia razão do recrutamento de agricultores europeus, pois havia uma considerável população de camponeses nacionais ( ou caboclos) que não foram aproveitados- ou então, relegou-se a eles trabalhos antes realizados pelos escravos, bem como serviram para engrossar o contingente das milícias particulares: "(...) No entanto, essa população foi utilizada como mão-de-obra para a construção da infra-estrutura nos empreendimentos das companhias de colonização e para as atividades de estâncias de gado." ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p.101)

<sup>56</sup> KLIEMANN, 1986, p. 18.

<sup>57</sup> "Consideravam-se terras devolutas as não cultivadas em poder do Estado ou as posses não legitimadas". (Idem, p.21)

<sup>58</sup> Conforme a Lei de Terras de 1850: "Art.11 - Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei (...)". (Secretaria da Agricultura, 1961:5-6).



definem os limites das propriedades. Os fazendeiros - até então ocupando espaços mais nobres (os campos) - passam a disputar também as áreas próximas das matas. No Norte do Rio Grande do Sul, os conflitos ocorrem especialmente a partir de 1870. Quando o caboclo consegue registrar uma terra em seu nome, é logo contestado por um fazendeiro que reclama a propriedade da mesma fração; nessa briga, o perdedor é sempre o mestiço.<sup>59</sup>

Enfim, é a partir de 1850 que os posseiros perderam as terras que cultivavam livremente, tornando-se agregados, posseiros ou grileiros dos grandes proprietários. No caso específico do Rio Grande do Sul as terras no centro dos conflitos localizavam-se na região Norte do Estado, pois a região da Campanha estava destinada à pecuária. A política de colonização do governo procurou enviar imigrantes para regiões consideradas devolutas (como o Vale do Rio dos Sinos, Vale do Taquari, entre outras). Após o parcelamento dessa região, restaram as terras do Norte do Estado, que passaram a ser então destinadas à colonização.

Lembre-se que a Lei de Terras não deu cabo dos problemas fundiários como demarcação e medição, pois, ao final do Império, poucas terras haviam sido medidas e legitimadas, como era o intuito da Lei. Desta forma, esses problemas foram legados a República, que teve como traço marcante um forte federalismo, como demonstraram as discussões dos congressistas republicanos sobre a administração das terras. Com a vitória do federalismo, foi votada em 1896 a lei que decidiu que a administração das terras devolutas ficava ao encargo do Estado, conforme o Artigo 64, aprovado em 1896:

“Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo a União somente a porção de território que for indispensável para defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.”<sup>60</sup>

Contudo, segundo José de Souza Martins<sup>61</sup>, essa Lei também não resolveu os problemas relativos à terra, pois possibilitou que as classes dominantes de cada Estado pudessem distribuir as terras públicas de acordo com seus interesses econômicos e políticos aos seus próprios membros, aos seus cabos eleitorais,

---

<sup>59</sup> CORTIJORNAL, abril/maio, 1986, p.12. Apud: RÜCKERT, 1997, p.81.

<sup>60</sup> SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndios- efeitos da Lei de 1850*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996, p.242.

<sup>61</sup> MARTINS, 1985, p.20. Apud: RÜCKERT, 1997, p.99.

clientes e protegidos. Ao Estado cabia a responsabilidade de legitimar suas terras, bem como de resolver os problemas relativos à colonização, em muitos casos com uma política de imigração que "afastava os pequenos posseiros, agregados, etc. da pequena propriedade, considerando que não representavam um papel relevante na vida do estado, nem do país".<sup>62</sup>

Ao final do século XIX os conflitos de terras acentuaram-se no Norte do Estado. Essas áreas passaram a ser disputadas pelos habitantes que já viviam nas florestas (habitantes do mato), e que subsistiam com a extração da erva-mate, e os colonos que recebiam lotes de terra na mesma área, além de companhias privadas que também extraíam erva-mate. Paulo Zarth demonstra-o referindo-se ao Planalto gaúcho:

"Além dessa questão dos ervais, após a regulamentação da Lei de Terras, em 1854, os agricultores pobres passaram a ser sistematicamente controlados pelos interessados na apropriação das terras. Nas décadas de 1860 e posteriores, os processos de justiça contra invasão de matos nacionais por pequenos agricultores tornam-se comuns.(...) Com todo esse controle político e institucional das elites locais, as terras devolutas e os ervais públicos perderam espaço gradativamente para a privatização. Formou-se, desse modo, uma legião de homens despossuídos em meio à imensidão de terras, numa região de baixíssima densidade demográfica, à época."<sup>63</sup>

Nesse ínterim, o processo de exclusão oriunda dos conflitos acima citados deu origem a um grupo, classificado como "intrusos", por ocuparem indevidamente a terra. Os "intrusos" de modo geral apossavam-se de um pequeno espaço, onde construía seu rancho, tornando-se mão-de-obra barata para os grandes proprietários e não raro trabalhavam apenas pela alimentação.

Por sua vez, o governo gaúcho representado pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), pôs em prática um programa positivista, dando à resolução dos problemas agrários um teor consideravelmente autoritário, conforme nos mostra Luiza Kliemann:

---

<sup>62</sup> RÜCKERT, 1997, p.112.

<sup>63</sup> ZARTH, 1997, p.69.

“Durante quarenta anos, organiz[ou] os serviços de colonização, a partir de numerosa legislação sobre partilha, reavaliação de terras devolutas, criação de novas colônias, remedição de área de latifúndio, créditos rurais, escolas agrícolas, associações de classes e cooperativas. Além disso, reform[ou] o sistema de cobrança de impostos sobre a transmissão de propriedade, instituindo o imposto territorial, os incentivos agrícolas e trat[ou] de fazer da dívida colonial um instrumento de subordinação. Com essas medidas, o capitalismo avanç[ou] rapidamente no campo, expropriando o colono. Ger[ou] a minifundização, a intrusão e o abandono da terra. Aument[ou] a questão agrária, pois o governo, agindo tanto pela hegemonia como pela ditadura, não encar[ou] prioritária a reforma fundiária. Em conseqüência, durante a República Velha, os proprietários cresce[ram] em espaço e em volume, o que se p[ô]de verificar pelos numerosos conflitos e processos (...).”<sup>64</sup>

Segundo a autora acima citada essa situação prolongou-se até os anos de 1921-1923. Embora em meio a uma fase de relativa convulsão social, ainda assim a resolução do problema agrário não aconteceu, pelo contrário, a intrusão e o êxodo rural passaram a ser uma constante no decorrer deste período e no subsequente. As medidas tomadas para amenizar os conflitos mais preocupantes nunca passaram da legalização de títulos de intrusos em terras indígenas e da criação de seções de colonização, ou do envio dessas populações para outras áreas do país. Em se falando do Rio Grande do Sul, essa foi a solução aplicada quando se esgotaram as terras a serem oferecidas para os nacionais pobres, sendo encaminhados "tanto para cidades do Sudeste<sup>65</sup>, como para as terras públicas do Oeste e da Amazônia que ainda não [pertenciam] aos latifundiários”.<sup>66</sup> Ressalte-se que esta política também estava inserida no programa empregado no período pós-30 e Estado Novo, quando o governo Vargas montou uma estrutura na qual os órgãos oficiais<sup>67</sup> ou companhias privadas arcavam com a responsabilidade de manter esta massa tensa sob controle.

Por fim, foi na década de 1950 e início dos anos 1960 que a questão agrária se agudizou extraordinariamente fazendo eclodir por todo país movimentos

---

<sup>64</sup> KLIEMANN, 1986, p. 150.

<sup>65</sup> Onde serviram como mão-de-obra barata nas fábricas que começavam a surgir.

<sup>66</sup> SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. RJ: Petrópolis: Vozes, 1983, p.30.

<sup>67</sup> A responsabilidade pela colonização transita por várias agências governamentais: 1930(Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio); 1931 ( criado o Departamento Nacional de Povoamento); 1934(Ministério da Agricultura - criação em seguida do Serviço de Imigração, Reflorestamento e Colonização); 1937 (criado o Conselho de Imigração e Colonização); 23/12/1938 (criação do órgão de

reivindicatórios pela justa distribuição da terra, tendo seus expoentes máximos nas Ligas Camponesas surgidas no Nordeste na década de 1950<sup>68</sup> e no MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) surgido no Rio Grande do Sul na década de 1960<sup>69</sup>).

Por seu turno, a “República Populista”, confrontada com esta séria crise social e com as lutas camponesas, tentou reforçar suas políticas de colonização, buscando assim atender o clamor dos camponeses por terras:

“A República Populista retoma a política da colonização acrescentando-lhe outra dimensão: a de uma resposta, ideológica e política ao mesmo tempo, às lutas sociais no campo. Apenas esboçada de início, principalmente sob o Governo Vargas (1950-1954), esta orientação se mostrará bem clara sob o Governo Kubitschek (1956-1960). Em contrapartida sob os dois últimos governos populistas - o de Quadros (1961), e principalmente o de Goulart (1962-1964) - o número de programas de colonização implantados cairá sensivelmente: parece que então se revigoraram as lutas sociais dos camponeses, assumindo um caráter totalmente político e o debate político se polarizou em torno da reforma agrária.”<sup>70</sup>

Desta forma, durante as décadas de 1950 e 1960 as questões do campesinato ganharam efervescência, levando as classes dominantes a defender timidamente a Reforma Agrária ou tomar ações paliativas em áreas de maior atrito:

“Por um lado, com a emergência do movimento camponês na década de 50, colocando a questão da luta pela terra, várias propostas de Reforma Agrária foram elaboradas, mas tinham eficácia reduzida, pois, ou não correspondiam aos interesses do movimento camponês ou não correspondiam aos interesses da oligarquia rural que também se encontrava articulada. A impossibilidade de atender às reivindicações do campesinato sem ferir os interesses de frações da burguesia, que inclusive estavam embricados nos centros de poder, refletia claramente

---

Divisão de Terras Públicas, sujeito ao Ministério da Agricultura); 1941 (Colônias Agrícolas Nacionais).SANTOS, 1983, p.-24-30.

<sup>68</sup> Trataremos o caso pernambucano mais adiante.

<sup>69</sup> Ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p.67-68. Especificamente sobre o MASTER veja-se: HARRIS, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

<sup>70</sup> CAMARGO, 1996, p.31.

que as crescentes manifestações dos setores populares rurais, ultrapassaram os limites suportáveis pelas classes dominantes.”<sup>71</sup>

Em decorrência desta nova realidade que se apresentava, ocorreu uma certa alteração nas formas de tratamento dos problemas sociais. Foi sobre este contexto que o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, passou a efetivar algumas desapropriações e assentamentos, fruto das reivindicações realizadas pelo MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), que mobilizou mais de cem mil camponeses em todo Estado.

### 1.2.2. O governo Brizola e a tensão no campo

O engenheiro Leonel de Moura Brizola<sup>72</sup> foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul, no pleito de 1958, pela coligação PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PRP (Partido de Representação Popular) e pelo PSP (Partido Social Progressista), tendo derrotado seu oponente Válder Peracchi Barcelos da coligação PSD-UDN-PL, com 55% dos votos. Foi empossado em janeiro de 1959 e sua administração tinha como foco de interesse prioritário o desenvolvimento econômico do Estado, juntamente com o desenvolvimento educacional. Vale notar, que inexistia então na campanha política de Leonel Brizola a preocupação com a Reforma Agrária, conforme comprovado pela pesquisa no Jornal Correio do Povo de 1958<sup>73</sup>, muito embora o contingente de agricultores sem-terra chegasse em média a 297.814, segundo o censo de 1960<sup>74</sup>. Destaca-se ainda, que a questão Reforma Agrária sequer é citada em seus discursos de campanha. A preocupação com os problemas do campo só passa a fazer parte de seu Governo, a partir de 1961,

---

<sup>71</sup> ECKERT, Córdula. *O movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984, p.32.

<sup>72</sup> Sobre a trajetória de Leonel de Moura Brizola, ver: RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Fabris, 1986, p.64-66.; BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>73</sup> Conforme PROGRAMA DE GOVERNO DO ENG.º BRIZOLA, publicado no Jornal Correio do Povo, nos dias 27 a 31 de agosto e 04, 09 e 28 de setembro de 1958.

<sup>74</sup> Conforme dados do Anuário Estatístico de 1960, citados. In: ECKERT, 1984, p.56.

quando "(...) o objetivo principal da política agrária desenvolvida pelo governador Brizola era a legitimação de terras".<sup>75</sup>

É importante ressaltar que foi sob um contexto de crise e de busca de alternativas para o Rio Grande do Sul que a questão agrária tomou lugar na administração de Brizola. Este defendeu a dinamização da agricultura e da pecuária como forma de aquecimento da economia gaúcha, que seria reativada como um todo. Ou seja, via a inserção do setor camponês como inevitável para a retomada do crescimento da economia sulina, em função, estritamente, da necessidade do mercado interno que se expandia.

Maria Assunta Zanfeliz, por sua vez, detectou na preocupação de Brizola em atender as demandas populares uma forma de adaptação à nova conjuntura que se formava, com um número crescente de reivindicações que deveriam ser contempladas não como apelo demagógico, mas como caminho de constituir pontos de apoio à sua política de desenvolvimento nacionalista. Segundo suas palavras, "(...) o Governo deveria ter respaldo nas camadas populares para forçar as classes dominantes a aceitarem a via do capitalismo nacional como alternativa para romper a situação de estagnação econômica do Estado e no limite romper os laços com o imperialismo e a subjugação ao capital estrangeiro".<sup>76</sup>

Contudo, não compartilhamos com a autora acima citada quando esta afirma que a "boa vontade" de Brizola em apoiar o Movimento dos Sem Terra tenha sido apenas uma tentativa de controlar o movimento, para que este não adquirisse amplitudes maiores e que saíssem do seu controle. Pois, como a própria autora reconhece, "estes movimentos reforçaram o projeto de Reforma Agrária do Governo. Bem como, afirma que" (...) a exemplo do movimento sindical durante o Governo Brizola o movimento camponês nunca sofreu qualquer tipo de repressão (...)"<sup>77</sup> Outro aspecto importante a ser ressaltado, diz respeito ao fato de que apesar de Brizola não ter sido o criador ou fundador do movimento (MASTER – Movimento dos Agricultores Sem terra), este prestou total apoio à sua organização.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> ECKERT, 1984, op.cit, p.79.

<sup>76</sup> ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964*. 1980. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980, p.62.

<sup>77</sup> Idem, p.66.

<sup>78</sup> Segundo Córdula Eckert, o MASTER, foi articulado em julho de 1960, a partir de um conflito de terras, por sugestão de Paulo Schilling, Milton Serres Rodrigues e Ruy Ramos – três elementos

Por outro lado, há que se observar, que em determinados momentos, o governador Brizola julgou ser possível direcionar o movimento. Este fato evidenciou-se sobremaneira na negociação realizada entre o Governador e os setores rurais (representados pela FARSUL), ao constituírem uma Comissão Mista, no intento de firmarem um acordo quanto a resolução dos problemas agrários<sup>79</sup>. Na ocasião, Leonel Brizola garantiu a FARSUL que faria cessar os movimentos dos agricultores que eclodiam em número acelerado pelo Estado (o número de Associações Rurais chegou a mais de 100.000), pedindo que interrompessem o movimento durante as negociações. Contudo, foi surpreendido pela reação dos trabalhadores rurais, que mostraram seu descontentamento com os acordos realizados com a FARSUL.<sup>80</sup>

A indignação dos agricultores com relação ao acordo firmado entre Brizola e a FARSUL ficou evidente nas notícias publicadas na época. O jornal “Última Hora” veiculou a reação dos agricultores, exibindo uma foto em tamanho 18 x 24 cm, editada na capa do jornal. Na foto apareciam os trabalhadores com pratos e panelas nas mãos, em sinal de protesto às atitudes do governador<sup>81</sup>. Esse caso corrobora as

vinculados ao PTB. Sugere ainda que o governador Leonel Brizola “propiciava um clima mais favorável para a organização de setores populares, o que também não significa que necessariamente havia uma participação direta do governador nestas mobilizações.” ECKERT, 1984, p.78.

<sup>79</sup> REFORMA AGRÁRIA: GOVERNO E FARSUL VÃO PLANIFICAR

Relata o acordo entre os ruralistas e a FARSUL, que decidem equacionar o problema da Reforma Agrária, constituindo uma comissão integrada por representantes do Estado e da FARSUL. *Última Hora*, 09/02/1962, p.(12). Nesse sentido, não poderíamos deixar de mencionar a mudança de postura de Leonel Brizola, quando ao exercer o cargo de Deputado Federal (1963), fez duras críticas ao então Presidente João Goulart, quando este tentou entrar em acordo com PSD – com relação ao mesmo problema, qual seja, a reforma agrária.

<sup>80</sup> “(...) em fevereiro, no mês em que foi feito o acordo entre o Governo do Estado e a FARSUL, os agricultores continuaram pressionando por terra, apesar de muitos acatarem a solicitação do governo de não realizar acampamentos. É o caso (...) de Gravataí, São Lourenço do Sul e São Francisco de Assis. Já em Itapoã e Taquari, os agricultores mostraram-se inconformados com o acordo e não acatarem o pedido de suspensão dos acampamentos. Isso mostra que o Governo Estadual não tinha a força de controle sobre o movimento que afirmava perante a FARSUL”. ECKERT, 1984, p.126.

<sup>81</sup> ULTIMATO A BRIZOLA: 24 HORAS PARA POSSE DAS TERRAS DE ITAPOÃ

Levantando panelas e pratos vazios, mulheres e crianças “Sem Terra” de Itapoã deram, ontem um ultimato ao governador Leonel Brizola: se até amanhã não forem atendidas suas reivindicações, invadirão a Fazenda Lagoa Negra, de propriedade do Estado. Não se conformam com a trégua acertada entre o governo e a FARSUL. *Última Hora*, 13/02/1962, Capa.

“SEM-TERRA AMEAÇAM TOMAR FAZENDA; ULTIMATO A BRIZOLA”

Inconformados com a “trégua” acertada entre Brizola e os dirigentes da FARSUL, desesperados e famintos, agricultores de Porto Alegre e Viamão, que abandonaram as terras onde trabalham, por terem os donos aumentado arbitrariamente de 50 para 60% os arrendamentos, ameaçam invadir a Fazenda Lagoa Negra (4.000 hectares), em Itapoã, se até amanhã, o Governo não atender sua reivindicação. A informação foi prestada a UH pelo vereador viamonense Tapir Rocha, o qual revelou que vem “contendo a indignação dos camponeses”. Centenas de famílias continuam, há mais de uma semana, acampadas nas proximidades daquela propriedade do Governo estadual e seus líderes não estão dispostos a esperar mais, enquanto se processam os estudos de técnicos oficiais e fazendeiros em busca de uma solução para o problema. *Última Hora*, 13/02/1962, p.12.

afirmações de E.P. Thompson em relação à “experiência” vivida pelos trabalhadores, pois a ação empreendida nessa ocasião, ainda que forjada no calor da luta, acabou por tornar-se uma demonstração de força por parte dos envolvidos nesse conflito. Da mesma forma, comprova as constatações de Ângela de Castro Gomes, quando esta afirma que o Estado, embora tente manobrar a massa, precisa adequar-se aos desígnios dessa mesma, como se trilhasse uma via de mão-dupla.<sup>82</sup>

Embora tenhamos que admitir que o governador buscou conciliar com os setores latifundiários do Estado, representados pela FARSUL, é inegável o empenho de Leonel Brizola em atender certos aspectos do problema agrário, sejam quais forem as razões que o motivaram. Esse fato é comprovado pelas ações tomadas pelo governador no sentido de promover e defender a realização da Reforma Agrária. Contudo, vale ressaltar que Brizola passou a efetivar medidas referentes à Reforma Agrária somente a partir de agosto de 1961.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governador foi a criação de um setor na Secretaria do Trabalho, que recebeu a incumbência de assessorar as associações dos agricultores e camponeses sem terra. Outros órgãos foram encarregados de fazer um levantamento das áreas disponíveis no Estado, fossem elas públicas ou particulares, que poderiam posteriormente ser usadas na distribuição de terras entre os necessitados<sup>83</sup>. Leonel Brizola tomou estas atitudes baseado nos dispositivos da Constituição do Estado (08/07/1947), com base no Artigo 174, parágrafo 3º, que reza: “O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando as finalidades do parágrafo anterior<sup>84</sup>, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.” Com essa atitude, Brizola pôs em voga, um dispositivo da Constituição até então letra morta, “o Governo do Estado e as bases do PTB estimularam o surgimento dos abaixo-assinados, e com base nos dispositivos constitucionais, os camponeses se reuniam em locais públicos, garantidos pelo Governo, para expor seus problemas.”<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> GOMES, 1994, p.286.

<sup>83</sup> O órgão encarregado deste trabalho era a Divisão de Terras Públicas.

<sup>84</sup> Artigo 174 - Parágrafo 2º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção. *Constituição do Estado de 08 de julho de 1947.*

<sup>85</sup> BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.70.



Com o aumento das manifestações no Estado, o trabalho realizado pelo setor da Secretaria do Trabalho foi assumido posteriormente pelo IGRA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária), criado por Leonel Brizola em abril de 1962. Segundo Córdula Eckert, este órgão ficou encarregado de “estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul”<sup>86</sup>. Além, de promover o acesso a terra e à propriedade da terra dos agricultores sem terras – incluíam-se como tais, os parceiros, arrendatários, assalariados rurais e populações egressas do meio rural. Teve também como função, promover a organização de núcleos agrícolas e comunidades técnicas de colonização e produção.

Ademais, outro órgão criado com a intenção de atender os interesses dos trabalhadores rurais foi o PRADE (Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social). Além disso, criou Grupos de Trabalho, que visaram a instalação de 30 colônias agrícolas em diferentes regiões do estado, funcionando como uma espécie de colonização cooperativada. Dentre as ações que Brizola tomou no sentido de incentivar a Reforma Agrária, figuram também a doação da Fazenda Pangaré<sup>87</sup>, realizada no sentido de instigar outros grandes proprietários na mesma direção, ou seja, que estes também doassem parte de suas propriedades, especialmente as improdutivas.

Conforme Córdula Eckert, uma das preocupações tanto do Governo do Estado quanto do MASTER, era o de amparar-se legalmente antes de efetuar qualquer ação, fosse desapropriação ou de reivindicação, buscando assim “evitar a reação às medidas distributivas, pois quem as contestasse é que estaria burlando a lei e inclusive subvertendo a ordem”.<sup>88</sup>

O cadastramento dos agricultores sem-terra foi realizado pela Exatoria de Terras Públicas, seguindo as instruções do governador. Existiam no Estado 14

---

<sup>86</sup> ECKERT, 1984, p.86.

<sup>87</sup> O jornal *Ultima Hora* relata assim o episódio:

DERROTISTAS E REACIONÁRIOS NÃO ENTENDEM

Depois de expor pormenorizadamente, pela televisão, usando gráficos e mapas, o plano de colonização da Fazenda Pangaré, onde ele e dona Neusa Brizola ofereceram 1.000 hectares para serem vendidos (sem juros e em quinze anos) a agricultores sem terra, o governador concluiu: “Mesmo realizado em terras fracas para o cultivo, usando agricultores analfabetos, com 8 e 10 filhos, gente submetida e mergulhada até aqui, no maior atraso, vamos demonstrar a possibilidade do empreendimento. Iremos realizar o plano contra o ponto-de-vista dos céticos, dos derrotistas e reacionários, libertando 25 famílias do atraso e da opressão econômica.” *Ultima Hora*, 27/03/1962, p.12.

<sup>88</sup> ECKERT, 1984, p.90.

exatorias estaduais encarregadas e devidamente treinadas para este trabalho. Eram cadastrados com prioridade os trabalhadores rurais casados, com maior número de filhos e com certo conhecimento do trabalho com a terra. Depois de formados, os acampamentos recebiam toda assistência, incluindo-se nela, desde o envio de gêneros alimentícios, até o destacamento de soldados da Brigada Militar, designados para manter a segurança dos trabalhadores rurais.

Entretanto, vale frisar que as medidas efetivadas por Leonel Brizola, embora significativas, nem de longe abarcaram a totalidade das reivindicações dos sem-terra, pois o número deles no Estado chegava a quase 300.000. O alcance dessas medidas pode ser dimensionado quando tomamos como exemplo, o caso do assentamento de Camaquã (Banhado do Colégio), o qual, com a participação de mais de 3.000 trabalhadores rurais teve apenas 234 famílias assentadas. Contudo, apesar da pequena abrangência das medidas efetivadas pelo governador, não podemos deixar de frisar sua importância e relevância, sobretudo, se levarmos em conta o tipo de tratamento que a questão agrária havia recebido até aquele momento no Estado, bem como, se considerarmos as atitudes repressivas empregadas pelo governo que sucedeu Leonel Brizola.<sup>89</sup> Observe-se ainda que a situação de vida daqueles poucos trabalhadores rurais que foram beneficiados com os assentamentos se alterou drasticamente, pois deixaram de trabalhar nas terras de outros para se sustentarem com o trabalho em suas próprias terras.

Dessa forma, podemos inferir que o Governador Leonel de Moura Brizola teve reais interesses em amenizar os problemas agrários no Estado, não importando quais as razões que o induziram a efetuar-las. Ademais, precisamos compreender todo esse processo com base no contexto nacional, pois a política de Leonel Brizola estava em consonância com o programa do PTB, bem como, com a política desenvolvida por João Goulart em âmbito federal. Evidentemente, tanto o governo federal quanto o governo estadual esperavam que as medidas tomadas em relação à problemática agrária implicassem na solução dos problemas sociais, como também, na dinamização da economia, auxiliando no atendimento da demanda alimentar da zona urbana:

---

<sup>89</sup> A terceira parte do estudo de Cordula Eckert chama atenção para o refluxo sofrido pelo movimento após o fim do mandato de Leonel Brizola, quando foi sucedido por Ildo Meneghetti, político diretamente ligado ao golpe militar de 1964.

“Goulart e o Partido Trabalhista Brasileiro tinham também uma proposta para resolver os problemas do campo. Nessa proposta juntavam-se duas intenções: a do desenvolvimento econômico independente, de base nacionalista, e da extensão do populismo ao campo. Nessa concepção, o principal problema do país era o da inflação, particularmente a elevação dos preços dos gêneros alimentícios. A elevação dos preços dos gêneros seria nada mais do que o resultado do fato de que a agricultura havia se constituído num ponto de estrangulamento da economia, devido a oferta insuficiente de alimentos. Tal oferta insuficiente decorria, por sua vez, da estrutura fundiária do país, fortemente marcada pelo latifúndio improdutivo, enquanto milhares de camponeses estavam sem terra e sem condições de produzir para aumentar a oferta de alimentos. A solução para o ponto de estrangulamento seria a reforma agrária. Essa reforma teria como uma das suas conseqüências, além de aumentar a produção de alimentos, a ampliação do mercado interno, um fluxo maior de renda no meio rural. Isso propiciaria o desenvolvimento da indústria nacional, criaria mais empregos nas cidades.”<sup>90</sup>

Todavia, apesar das intenções políticas em se resolver a questão agrária, essas não impediram as vicissitudes decorrentes das alterações econômicas em que o país estava atravessando. Nesse ínterim, a região nordestina também chamava atenção no cenário nacional pelos inúmeros conflitos entre latifundiários e camponeses que eram noticiados dia a dia.

### **1.3. O caso de Pernambuco: as Ligas Camponesas**

A condição periférica e marginalizada da região nordestina, onde milhões de camponeses sobreviviam em condições deploráveis em contraste com a situação privilegiada dos latifundiários que durante séculos comandaram a vida política e econômica da região, possibilitou o surgimento de expressões de descontentamento por parte dos trabalhadores rurais, que passaram a sofrer com as novas formas de produção que vinham paulatinamente sendo introduzidas, isto é, o avanço da lavoura capitalista que trouxe consigo uma nova forma de tratar o trabalhador agrícola, visto apenas como uma “peça” a mais em um sistema bastante complexo, pois o objetivo maior era o aumento dos lucros. Sob este contexto, um dos principais

---

<sup>90</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p.90-91.

movimentos de reivindicação ocorridos na década de 1950 e meados dos anos 1960 foram as “Ligas Camponesas”.

A mobilização camponesa do Nordeste, que assumiu a denominação “Ligas Camponesas”, iniciou no Engenho Galiléia, localizado em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, onde residiam 140 famílias camponesas (juntas somavam cerca de 1.000 pessoas) que trabalhavam no regime de arrendamento<sup>91</sup> combinado com as atividades de produção e de subsistência (cultivo de legumes, frutas, mandioca e algodão)<sup>92</sup>.

A mobilização teve início com um incidente, a tentativa de expulsão de um dos camponeses (o foreiro José Hortêncio) que não tinha condições de pagar o foro exigido pelo proprietário, foro que equivalia à renda de dois anos de trabalho<sup>93</sup>. Não conformado com a situação José Hortêncio procurou José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista, que vinha contatando camponeses em litígio com os proprietários. Este propôs ao foreiro que formasse uma sociedade com o objetivo de comprarem um engenho, para se livrarem do foro e do medo de uma expulsão. A idéia foi aceita, e no final de 1954, José Hortêncio, José Francisco de Souza (administrador do engenho) e um pequeno grupo de foreiros fundaram uma associação denominada Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP), legalmente constituída como sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, com os objetivos de fundar uma escola primária, arrecadar fundos para aquisição de caixões para crianças, bem como de adquirirem sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, auxílio do governo e assistência técnica.<sup>94</sup>

Como Presidente de Honra da sociedade os camponeses convidaram o proprietário das terras (Oscar de Arruda Beltrão), que foi empossado em sessão solene. Advertido mais tarde por outros proprietários de que havia permitido a instalação do “comunismo” em suas terras, Beltrão afastou-se do cargo e sob orientação de seu filho, tentou interditar a sociedade e expulsar os camponeses. Apesar das intimidações então ocorridas os camponeses continuaram lutando por seu propósito. Foram a Recife pedir que o Governador General Cordeiro de Farias

---

<sup>91</sup> As propriedades cultivadas tinham em média 3,5 hectares e pagavam percentagem ao proprietário em dinheiro, o chamado foro.

<sup>92</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1964, p.246.

<sup>93</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.18.

interviesse no caso. Em decorrência da negação de auxílio por parte do governador, recorreram a Assembléia Legislativa, onde foram aconselhados a contratar advogados.

Foi então que entraram em contato com Francisco Julião, deputado estadual eleito pelo Partido Comunista, no ano de 1955, que passou a defender juridicamente a causa dos foreiros do Engenho Galiléia. O caso dos camponeses do Engenho Galiléia não foi o primeiro processo defendido por Francisco Julião, pois vinha trabalhando há anos com causas semelhantes, mas o caso dos “galileus” possuía algo de inusitado, como expressou o próprio Julião:

“Depois de passarmos mais de dez anos mantendo contatos isolados com camponeses, como simples advogado, no recinto fechado dos pretórios, diante de juízes bitolados pelo Código Civil, era aquela, a primeira vez que nos víamos em frente a um grupo de camponeses, debatendo com eles a melhor forma de lutar pela permanência na terra, contra o feudalismo que os sufocava”.<sup>95</sup>

O caso Galiléia estendeu-se até 1959, sendo resolvido não por via judicial, mas por deliberação da Assembléia Legislativa de Pernambuco que aprovou a lei de desapropriação do Engenho, mas, ao invés de entregar as terras aos camponeses, estas foram entregues a uma Companhia de Revenda e Colonização, fazendo eclodir novas manifestações por parte dos “galileus” que não aceitaram a situação a eles imposta<sup>96</sup>.

Dessa forma, a luta judicial dos “galileus” ganhou espaço na imprensa nacional que passou a chamar a associação de “Liga Camponesa”, traçando um paralelo com as antigas ligas fundadas pelo Partido Comunista que tinham sido extintas em 1948 quando o partido entrou na ilegalidade<sup>97</sup>. A partir daí, as Ligas

---

<sup>94</sup> JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962, p.24.

<sup>95</sup> Idem, p.26.

<sup>96</sup> Tentaram realocar os “galileus” em outras áreas, submetendo-os a vários critérios, tais como: limite de idade em 50 anos (dessa forma excluindo camponeses como Zezé da Galiléia, líder do movimento que contava mais de 70 anos na época), desempenho físico, prestação de serviço militar, atestado de facilidade de adaptação).

<sup>97</sup> As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945. Elas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram a expropriação e à expulsão da terra. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados brasileiros e tinham o apoio do PCB, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do Partido e com a repressão generalizada, as ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços.

passaram a se organizar também em outros estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Em 1962 as Ligas realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. A ação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações.

Concomitante às Ligas o PCB criou em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB, que se organizou em quase todo o território nacional. A meta era realizar uma aliança camponesa-operária. Segundo Ronald Chilcote, o posicionamento da ULTAB era considerado relativamente conservador, pois lutavam pela extensão da legislação trabalhista ao campo, em nítido contraste com as reivindicações de reforma agrária radical feitas pelas Ligas Camponesas, muito embora, o autor afirme que a ULTAB tivesse um campo de ação mais abrangente, por contar com os meeiros da cultura cafeeira e os trabalhadores da região da cana de São Paulo.<sup>98</sup>.

Em virtude desses movimentos, o crescimento da luta pela terra dimensionou a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação, seja pela ULTAB, que era controlada pelo Partido Comunista, seja pela Igreja Católica que estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista. O setor conservador da Igreja Católica criou no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR). Em Pernambuco criou o Serviço de Orientação Rural (SOR) e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha (FAG). O segundo setor da ação católica era liderado pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB) e formou o Movimento de Educação de Base que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses.

Devemos ressaltar que o objetivo desse trabalho não é mapear os conflitos surgidos nas décadas de 50 e 60, o que já foi realizado por vários autores através de larga bibliografia sobre o assunto. Apesar disso, o mapa cronológico abaixo ajuda-nos a termos uma visão parcial dos principais acontecimentos que envolveram a problemática agrária no período em questão:

---

<sup>98</sup>CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração*. Rio de Janeiro; Ed Graal, 1982, p.131.

### Mapa Cronológico

<b>1950</b>	Primeiras discussões sobre reforma agrária no Congresso Nacional 1º Congresso Camponês de Pernambuco
<b>1951</b>	1º Congresso Camponês de Goiânia
<b>1953</b>	1º Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas
<b>1954</b>	II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (Criação da ULTAB)
<b>1955</b>	Primeiras Propostas de extensão da Legislação Trabalhista ao Campo Criação das Ligas Camponesas Resistência à expulsão no Engenho Galiléia (PE)
<b>1957</b>	Ocupação de Francisco Beltrão e Pato Branco (PR)
<b>1959</b>	Operação “Arranca Capim” (SC)
<b>1960</b>	Criação do Serviço de Assistência Rural (RN) Criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (RS)
<b>1961</b>	Intensificação do debate no Congresso Nacional e na sociedade sobre a Reforma Agrária Congresso Camponês de Belo Horizonte
<b>1962</b>	Regulamentação da Sindicalização Rural
<b>1963</b>	1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais Congresso de criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Estatuto do Trabalhador Rural Criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA)
<b>1964</b>	13/03 Comício da Central do Brasil

Fonte: Mapa cronológico. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

Há que se frisar que, com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas, os sindicatos comunistas e outras organizações não oficiais foram extintas e suas lideranças presas ou exiladas, interrompendo drasticamente um dos momentos mais

profícuos de participação popular que o país conheceu<sup>99</sup>. Em vista disso, e da relevância que a temática agrária tomou nas décadas de 1950 e 1960, tendo alcançado ampla cobertura jornalística, nos ocuparemos no capítulo que segue, da reação dos setores conservadores, em especial dos latifundiários à tentativa de inserção dos trabalhadores rurais no jogo político. Simultaneamente, buscaremos analisar a influência da Revolução Cubana na evolução dos acontecimentos concernentes à reforma agrária.

---

<sup>99</sup> Sobre o assunto ver: MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Vozes, 1984.



## 2. A POLÍTICA ESTADUNIDENSE DA GUERRA FRIA E SUA INTERFERÊNCIA NOS ASSUNTOS INTERNOS BRASILEIROS

*“Os Estados Unidos parecem destinados pela providência a infeccionar a América.”  
(Simon Bolívar)*

### 2.1. A política da Guerra Fria

A expressão Guerra Fria foi cunhada pelo financista norte-americano Bernard Baruch em 1947, tendo sido utilizada para definir a crescente tensão existente entre os EUA e a URSS no período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial.

Ao final do conflito, os dois países em questão apareceram no cenário mundial em situação privilegiada se comparados com as demais potências mundiais extremamente debilitadas, tanto política como economicamente. E apesar de terem, sido aliados durante o conflito mundial (tinham inimigos em comum: a Alemanha nazista e o Japão Imperial), as experiências históricas divergentes e suas incompatíveis ambições políticas resultaram no acirramento das ambigüidades, ao passo que as diferenças entre as instituições e as ideologias políticas se evidenciavam, resultando na disputa entre duas superpotências pelo domínio político e ideológico do espaço mundial. Uma das conseqüências imediatas dessa disputa foi a corrida armamentista, com extraordinário desenvolvimento do potencial bélico de ambos os países. Esta realidade imprimiu ao confronto a peculiaridade, em relação aos demais conflitos, do advento das armas nucleares, trazendo à tona a possibilidade real de um cataclismo que poderia dar fim à maioria das formas de vida na terra, elevando, assim, a Guerra Fria a uma condição global.

No plano econômico e político a disputa girou em torno do controle ou ocupação de territórios. Por conseguinte, a União Soviética num esforço de impedir o avanço do domínio americano reuniu os países do leste europeu numa zona-tampão. Tais países<sup>100</sup> tornaram-se satélites soviéticos no período de 1945-1948. Em contrapartida, os Estados Unidos lançaram a “Doutrina Truman” que consistia na promessa de apoio dos EUA aos povos que chamavam de livres ou que estivessem

---

<sup>100</sup> (Albânia, Bulgária, Iugoslávia, Romênia, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia). A Alemanha foi ocupada pelos soviéticos dando origem a República Democrática Alemã e as outras zonas formaram

resistindo à subjugação de minorias armadas ou sofrendo pressões externas (numa referência clara às atitudes de Joseph Stalin). O principal objetivo dessa doutrina era impedir que o poder soviético aumentasse sua área de domínio. Em concomitância com a “Doutrina Truman” os Estados Unidos puseram em prática o Plano Marshall<sup>101</sup>, como ficou conhecido o plano de recuperação européia. Além disso, empreenderam uma maciça mobilização ideológica da opinião pública norte-americana contra o comunismo, bem como disseminaram uma nova concepção daquilo que consideravam “segurança nacional”. Contudo, os Estados Unidos foram surpreendidos em 1949 com a Revolução Chinesa liderada por Mao Tse-Tung que rendeu mais um aliado de grande expressão para a União Soviética.

A chamada Guerra Fria estendeu-se também para a Ásia e África, onde as duas superpotências disputaram a influência sobre os Estados emergentes<sup>102</sup>. Nos anos que se seguiram vários conflitos<sup>103</sup> foram travados e, mesmo que as duas potências não entrassem em conflito direto, as guerras continham em sua gênese motivos políticos, econômicos e ideológicos nos quais Estados Unidos e União Soviética estavam envolvidos.

Por outro lado, na luta pelo domínio da América Latina os Estados Unidos lançaram “mão de uma visão maniqueísta, produzindo imagens e mitos mobilizadores e legitimadores tais como: a ameaça soviética e a defesa do mundo livre”.<sup>104</sup> O espectro do comunismo foi utilizado como uma arma poderosa na formação da opinião pública ocidental. Bem como, várias outras formas de elaboração de um “inimigo” que precisava ser combatido. Criou-se todo um arcabouço teórico no intuito de legitimar ações que em outras circunstâncias poderiam ser consideradas ofensivas à soberania dos países envolvidos. Uma das

---

a República Federal da Alemanha – dividindo assim a Europa Oriental e Europa Ocidental em dois pólos ideológicos antagônicos: o socialista e o capitalista.

<sup>101</sup> O programa se estendeu de 1947 a 1951 chegando ao montante aproximado de investimentos de cerca de 12 bilhões de dólares. Vale lembrar que este programa rendeu para os Estados Unidos importantes aliados e parceiros comerciais.

<sup>102</sup> Filipinas (1946 – auxiliadas pelos EUA); Índia e Paquistão (1947); Indonésia (1948); Laos (1954); Uganda (1962 – tornou-se Estado socialista), entre outros.

<sup>103</sup> Guerra da Coréia; Guerra do Vietnã; conflitos no Oriente Médio em que defrontaram os israelenses, apoiados pelos EUA e os Estados Árabes apoiados pela URSS: Guerra de Suez (em 1956); Guerra dos Seis Dias (1967); Guerra do Yon Kippur (1973); Guerra do Laos; Camboja.

<sup>104</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A guerra fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *O século XX. V.2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.202.

formas empregadas pelos Estados Unidos foi a do treinamento policial, oferecido aos países da América Latina como forma de auxílio.

Nesse sentido, Martha Huggins<sup>105</sup> discorre exaustivamente sobre o assunto. A autora, com riqueza de dados comprobatórios revela que o objetivo principal dos Estados Unidos, ao oferecer treinamento aos policiais latino-americanos, era o de exercer e consolidar sua hegemonia política e econômica sobre a América Latina, enquanto intervinham na política interna dos países ditos “beneficiados”.

Segundo a autora, a justificativa apresentada para a elaboração desse plano de “ajuda” aos países latino-americanos consistiu na suposição de que esses países não estavam suficientemente preparados tecnicamente para enfrentar o “comunismo”:

“Nos anos que se seguiram a Segunda Grande Guerra, o treinamento das polícias latino-americanas destinou-se explicitamente a combater a ameaça, que se julgava iminente, da subversão de esquerda e da insurreição das guerrilhas armadas; os Estados Unidos temiam que as polícias locais não estivessem preparadas, do ponto de vista organizacional e ideológico, para enfrentar essas ameaças percebidas pelos Estados Unidos – disposição de espírito esta que era estimulada por uma ideologia de segurança nacional típica da Guerra Fria”.<sup>106</sup>

Para tanto, os Estados Unidos ofereceram um amplo programa de ajuda, no intuito de consolidar uma política de segurança nacional padrão em todos os países, em especial naqueles considerados áreas de maior risco (como o Brasil), passando assim a intervir, mesmo que de forma indireta, na condução das decisões políticas dos países da América Latina. Um dado importante ressaltado pela autora diz respeito a quem ministrava os treinamentos. Ao contrário do que se imagina, estes eram ministrados não por membros da polícia civil dos Estados Unidos, mas por integrantes da agência de segurança nacional norte-americana (CIA), comprovando assim a hipótese de que o propósito dos Estados Unidos era utilizar o treinamento como mecanismo de controle político sobre os sistemas de segurança interna dos

---

<sup>105</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. A autora baseou sua obra em rica pesquisa documental, com base em dados de diversas fontes como: artigos, documentos secretos dos governos norte-americano (Departamentos de Estado, de Guerra e de Defesa, da Organização para o Desenvolvimento Internacional, do Bureau Federal de Investigações e da Organização Central de Informações) e brasileiro. Além do uso de entrevistas orais com funcionários envolvidos nos programas de treinamento de polícia.

<sup>106</sup> Idem, p.4.

países beneficiários e não de fomentar a difusão da democracia pelo continente. Evidenciou-se assim, que,

“(...) foi preciso que surgisse a ideologia da contenção da Guerra Fria para efetivamente vender à América Latina a proteção da ajuda policial. Criou-se uma ameaça tanto para os Estados Unidos quanto para a América Latina originária de um movimento político desviante – a ameaça comunista. Esta, por sua vez, justificou a ajuda externa especializada em segurança nacional para combatê-la. Em outras palavras, os Estados Unidos criaram os argumentos para justificar a existência desse perigo específico e, a seguir, mostraram-se dispostos, mediante pagamento, a proteger os países ameaçados através da ajuda policial e também militar. No decorrer do processo, o protegido tornava-se mais subordinado ao protetor: em troca de proteção por parte de seu aliado mais poderoso, os Estados Unidos, todo país que pudesse ser convencido de que era vulnerável à infiltração comunista tinha que abrir mão de parte de sua independência na administração de sua própria capacidade de se proteger (...).”<sup>107</sup>

Sendo assim, ao pressupor que “toda ação policial é política, variando em um *continuum* desde a polícia visivelmente a serviço do poder organizado, como ocorre historicamente em grande parte da América Latina, até a disseminação de seu relacionamento com o poder por ideologias de democracia e controle social, que afirmam transformar a polícia em mera extensão de um Estado neutro quanto a classes, e do povo”<sup>108</sup>, a autora nos defronta com a ferocidade e intensidade com que as idéias anti-comunistas foram disseminadas na América Latina, com a única intenção de impedir, coibir ou controlar conflitos que representassem alguma ameaça ao regime, eliminando, se necessário fosse, qualquer manifestação popular, as quais em sua maioria, não tinham ligações com o dito “comunismo”, antes, refletiam realidades sociais em convulsão. Ou ainda evidenciavam o despertar para participação política de um contingente populacional que nunca dantes havia tomado lugar como protagonista na História.

No caso específico do Brasil, a autora refere-se a vários incidentes onde os Estados Unidos manifestaram sua não conformidade com a forma com que o país conduzia sua política, considerando-a permissiva demais ou ingênua quanto aos perigos da ameaça comunista.<sup>109</sup> O Brasil, por ser o maior país da América Latina,

---

<sup>107</sup> Idem p.232.

<sup>108</sup> Idem, p.10.

<sup>109</sup> Segundo o Grupo de Coordenação de Operações americano “havia no Brasil uma falta de interesse das altas esferas do governo em combater a infiltração comunista retardando o

figurou como um campo fértil para a disseminação e implantação de uma política rígida de contenção da ideologia comunista<sup>110</sup> e de suas possíveis conseqüências, com a conivência e colaboração de vários setores da sociedade brasileira<sup>111</sup>. Segundo René Armand Dreifuss, existiram várias “organizações de guerra fria” espalhadas por vários países com o intuito de produzir e disseminar a propaganda anticomunista. E entre elas, cita a Associação dos Amigos das Nações Cativas e a instituição Rearmamento Moral<sup>112</sup> sediada nos Estados Unidos.<sup>113</sup>

Necessitamos assinalar ainda que o acirramento da campanha anticomunista na América Latina teve lugar após o movimento revolucionário cubano, muito embora “em termos materiais a revolução cubana não representa[sse] nenhum desastre para os EUA (...). Entretanto, politicamente, os barbudos de Havana representa[ram] um desafio inaceitável num continente já convulsionado, um mau exemplo que espelhava, simultaneamente, a incapacidade americana e a presença diplomática soviética na reserva de caça dos EUA”.<sup>114</sup> Sobremaneira, o que incomodou os Estados Unidos foi a condução dos eventos na ilha caribenha, uma revolução camponesa de cunho antiimperialista que alcançou a vitória com o apoio

desenvolvimento do programa policial” (Idem, p.96). Estas afirmativas diziam respeito ao presidente Juscelino Kubitschek, muito embora a autora tenha encontrado referências com o mesmo teor com relação a Getúlio Vargas, Jorge Amado e, em especial, com referência a João Goulart, que era tido pouco disposto em adotar medidas anti-comunistas.(Idem, p.101)

<sup>110</sup> Este assunto será tratado mais adiante, utilizando-se o material jornalístico da época.

<sup>111</sup> Faz-se necessário lembrar que este trabalho não contemplará as múltiplas manifestações anti-comunistas do período em questão, trabalho este que já foi realizado com farta pesquisa documental por René Armand Dreifuss em sua obra “ 1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe”, onde arrazoza largamente sobre o assunto, analisando as ações do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)no planejamento e execução de ampla campanha anticomunista e anti nacionalismo reformista. Sobre a campanha ideológica da burguesia através da imprensa jornalística, do rádio, da televisão, da produção de filmes e da participação da Igreja ver o capítulo VI . Sobre a campanha política da burguesia através do aliciamento dos estudantes, mobilização das classes médias, apoio feminino, ação entre os trabalhadores industriais e a ação política nos partidos políticos e no Congresso, ver o capítulo VII. Sobre a ação do complexo IPES/IBAD e militares ver o capítulo VIII.Sobre o anticomunismo ver: RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos , católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado.A autora utilizou como fonte a documentação diplomática recolhida nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos tendo como objetivo mostrar qual era a avaliação que o corpo diplomático norte-americano fazia das ações anticomunistas no Brasil.

Sobre a atuação da CIA e da Embaixada dos EUA ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil,1961-1964-7ª ed.revista e ampliada – Rio de Janeiro:Revan;Brasília,DF:EdUnB,2001, p.81-86.*

<sup>112</sup> Ver Anexo 1.

<sup>113</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*.Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.5ª edição, p.293.

<sup>114</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1990, p.55.

da quase totalidade da população cubana e que aos poucos foi se aproximando do mundo socialista.

Desta maneira, ainda que o objetivo principal desse trabalho não seja analisar o processo da Revolução Cubana, perpassaremos alguns fatos importantes desse movimento procurando entender porque este despertou tantas reações, tanto por parte dos Estados Unidos quanto de países como o Brasil, onde a campanha anticomunista ou anticubana se intensificou de tal forma que durante meses a fio a imprensa dedicou grandes espaços na cobertura dos acontecimentos envolvendo a pequena ilha caribenha. Além de utilizar todos os recursos possíveis (em editoriais e artigos encomendados), no sentido de advertir sobre o perigo “vermelho”, dando ao anticomunismo uma nova roupagem onde expressões, tais como “fidelização”, “cubanização”, “socialização” são adaptados à realidade latino-americana fazendo, assim, com que o temor dos russos fosse amainado cedendo lugar ao medo da influência dos “barbudos de Havana”.

## **2.2. O processo revolucionário cubano como justificativa da política estadunidense na América Latina**

*“[A Revolução Cubana] é a mais simples, a mais imprevisível e também a mais tocante, pois brota de dentro do homem para fora, dos sentimentos e aspirações mais profundos dos humildes e dos condenados da terra.”  
(Florestan Fernandes)*

O processo revolucionário cubano não se resume ao triunfo do 1º de janeiro de 1959, com a tomada de poder, um mês depois, por Fidel Castro, e a deposição de Fulgencio Batista. Ao invés disso, expressou a continuidade de frustradas lutas por independência<sup>115</sup> iniciadas na segunda metade do século XIX.

A primeira delas teve duração de dez anos (1868-1878) e foi liderada por proprietários rurais (entre eles Carlos Manuel de Céspedes), contando também com a participação de líderes populares (Antonio Maceo). A segunda luta por

---

<sup>115</sup> Florestan Fernandes, dando ênfase à disposição de luta do povo cubano como um processo lento diferente de manifestações esporádicas de descontentamento popular, justifica o processo independentista da seguinte forma: “(...) Havia um armazenamento ou acumulação secular de forças sociais na sociedade cubana. A revolução é produto de todas essas forças, que não desapareceram ao longo da história”. FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p.70.

independência iniciou em 1895 sob o comando de José Martí, Máximo Gomez e Antonio Maceo e, embora tenha sido vitoriosa no primeiro momento, a continuidade do processo foi frustrada pela intervenção norte-americana, dando início à consolidação da prática imperialista dos Estados Unidos sobre a América Latina. Esse acontecimento confirmou as advertências feitas por José Martí<sup>116</sup> em relação à tendência norte-americana no sentido de controlarem política e economicamente o continente. O Exército Libertador constituído por José Martí, e pelos demais dirigentes da luta independentista, foi desmobilizado através da ação corrompedora dos EUA ao oferecer grandes somas em dólares para que os soldados depusessem as armas.

Sendo assim, além de colher os louros por ter “colaborado” para que a pequena ilha se livrasse do jugo colonial espanhol, os Estados Unidos assumiram os rumos políticos e econômicos de Cuba através da imposição da Emenda Platt. Tal emenda conferiu aos Estados Unidos a tutela econômica<sup>117</sup> e militar da ilha, assim como, o direito à instalação de bases militares<sup>118</sup>, portos, concessões territoriais e privilégios econômicos que macularam abertamente a soberania da recém-libertada nação. A dominação norte-americana também estendeu seus tentáculos sobre a vida política cubana, processo que se iniciou em 1906, com o envio de um interventor norte-americano acompanhado por cerca de cinco mil marinheiros. Tal situação se estendeu por várias décadas com a manutenção no poder de regimes políticos subservientes aos interesses das grandes empresas norte-americanas e aos anseios políticos de Washington. Conforme Werner Altmann, a sucessão de intervenções políticas com a intenção de interromper processos eleitorais legítimos tornou-se uma constante na história cubana, e em 1952, ao final do governo de Carlos Prio Socarrás: “(...) repetiu-se um quadro crônico na história de Cuba: na

---

<sup>116</sup> José Martí foi um escritor, poeta e ensaísta que desde a sua juventude participou em atividades em favor da independência cubana e em consequência disso, foi preso e exilado. Contudo, continuou sua luta no exílio, onde organizou o Partido Revolucionário Cubano, tendo como referência os ideais de Símon Bolívar que sonhou com uma América unida e capaz de se desenvolver autonomamente. Dessa forma, Martí enquadrou a luta anticolonial cubana em um processo maior, qual seja, a luta contra o imperialismo norte-americano que espalhava seus tentáculos sobre todo o continente. Veja-se: MARTÍ, José. *Nossa América*. (Introdução e organização de Roberto Fernandez Retamar), São Paulo: Hucitec, 1983. ALTMANN, Werner. Um grito de independência Latino-Americana. In: *IHU On-Line*, Ano 3, ° 65- 23 de junho de 2003, 4-6.

<sup>117</sup> Cuba foi condicionada à economia monocultora de exportação, tendo o açúcar como principal produto, complementado pelo tabaco, café e frutas cítricas. As relações comerciais de importação e exportação restringiram-se aos EUA, que monopolizou ¾ de toda produção.

<sup>118</sup> Uma das principais consequências da Emenda Platt foi a instalação da base militar de Guantánamo, situado na parte oriental da ilha.

iminência da vitória eleitoral dos nacionalistas, ocorreu o golpe de Estado chancelado pelo governo norte-americano".<sup>119</sup>. Para tanto recorria-se às mais variadas formas de repressão às constantes manifestações populares<sup>120</sup>.

Sobretudo, o governo instalado pelo golpe militar de Fulgencio Batista em 1952 atingiu patamares elevados de corrupção e exploração da população cubana, tendo facilitado a instalação de hotéis luxuosos, de cassinos, do tráfico de drogas, bem como a proliferação de casas de prostituição.

Nesse ínterim, as desigualdades sociais se evidenciaram, possibilitando o surgimento de grupos oposicionistas, como o Partido do Povo Cubano (ortodoxo), cooptando o apoio das camadas populares, especialmente do público jovem. Dentre os muitos jovens cooptados estava o estudante de Direito e filho de proprietários rurais – Fidel Castro – que desenvolveu uma forte consciência antiimperialista. E, em decorrência de seu carisma e poder de comando, rapidamente tornou-se líder da Federação de Estudantes de Cuba participando de vários processos de luta contra o imperialismo norte-americano ou regimes a ele submissos.<sup>121</sup>

Apesar disso, o ato que revelou Fidel Castro como importante líder foi a ação jurídica movida contra Fulgencio Batista. Através de uma acusação formal o jovem advogado expôs as irregularidades do regime de Batista tendo como base o Código de Defesa Social e, com base na mesma lei, pediu a pena de 01 a 08 anos de prisão ao ditador pela totalidade dos crimes que havia cometido<sup>122</sup>. Entretanto, tendo em vista que as ações empreendidas por meio jurídico e legal não apresentaram nenhum resultado, mas ao invés disso evidenciaram ainda mais a corrupção e ilegalidade da ditadura de Batista, os jovens universitários que se uniram a Fidel Castro resolveram retomar o antigo plano militar de José Martí, qual seja, o de atacar o quartel Moncada, situado em Santiago de Cuba.

A escolha do quartel Moncada justificava-se por ser a principal prisão política do país e estar localizada na parte oriental da ilha (longe da capital Havana), onde

---

<sup>119</sup>ALTMANN, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001, p.44.

<sup>120</sup> Sob este contexto, ocorreram vários incidentes como: o assassinato de Julio Antonio Mella (líder estudantil de idéias antiimperialistas, morto na Cidade do México à mando de Gerardo Machado); repressão à greve geral de 1930; repressão às movimentações populares que exigiam um governo democrático).

<sup>121</sup> Por exemplo: lutou contra a ditadura de Rafael Leônidas Trujillo na República Dominicana em 1947; participou de uma Conferência anti-imperialista em Bogotá em 1948.

<sup>122</sup> In: CASTRO, Fidel. *A história me absolverá: discurso de Fidel Castro ante o Tribunal de exceção de Santiago de Cuba, proferido em 16 de outubro de 1953*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p.86.



havia uma população politicamente ativa<sup>123</sup> que seria munida de armas obtidas no assalto ao quartel. Fidel e seus companheiros pretendiam ocupar os pontos estratégicos da cidade e do estado para conseguir, assim, o controle de toda parte oriental da ilha e através de transmissões radiofônicas se dirigir à população no intuito de instigar a adesão ao movimento que depor a ditadura de Batista e restituiria a democracia ao país.

Entretanto, o assalto ao quartel Moncada realizado no dia 26 de julho de 1953 não teve êxito, tendo resultado na morte de vários revolucionários e na prisão dos demais participantes que em sua maioria foram enviados para a prisão-modelo da Ilha de Pinos, hoje Ilha da Juventude localizada ao sul da ilha. O líder do grupo, Fidel Castro, foi isolado de seus comandados e submetido a um processo especial. No tempo em que ficou separado de seus companheiros redigiu a sua própria defesa intitulada “*A história me absolverá*”. Nela, denunciou os maus tratos que recebeu, a forma como foram assassinados friamente os participantes do assalto ao quartel Moncada, apontou as razões pelas quais haviam empreendido o assalto, explicitou as condições deploráveis em que se encontrava a população cubana e exigiu o direito à resistência e rebelião contra tiranias, além de enumerar as leis revolucionárias que seriam postas em prática caso a revolução fosse bem sucedida.<sup>124</sup> “A História me absolverá” transformou-se, mais tarde, em livro e foi distribuído inicialmente de forma clandestina, servindo para organizar as bases programáticas do Movimento 26 de Julho.

Contudo, apesar da contundente defesa, Fidel Castro foi condenado a quinze anos de prisão na Ilha de Pinos em regime de isolamento. Durante esse tempo, contatou através de cartas os companheiros que conseguiram escapar da prisão no assalto ao Quartel Moncada, instando-os a que fizessem lembrar a repressão brutal

---

<sup>123</sup> Segundo Fidel Castro escolheu-se o Oriente por várias razões:” Surge la idea de iniciar la lucha em la provincia de Oriente considerando las tradiciones combativas de la población, la topografía del terreno, la geografía del país, la distancia de la capital y del grueso de las fuerzas represivas que tendrian que ser obligadas a recorrer trayectos, para todo lo cual había que adquirir las armas tomándolas de los depósitos enemigos en esa provincia.” CASTRO, Fidel. Del informe al primer congreso del Partido Comunista de Cuba. Documento 87. In: *Cuadernos Políticos*, Revista Trimestral, México: Ediciones Era, n.7. México, D.F., enero-marzo-1976.

<sup>124</sup> Faziam parte das leis: devolução da soberania à Constituição de 1940; concessão da posse intransferível da terra a todos os camponeses que ocupavam pequena parcela ou nenhuma parcela de terra; participação dos operários no lucro das grandes empresas; direito a uma cota de açúcar aos pequenos colonos; confisco dos bens do governo que foram adquiridos ilegalmente; redução do preço dos aluguéis em 50%. Previa: uma reforma no ensino; a nacionalização das empresas de eletricidade e telefonia e um projeto de industrialização do país com intuito de criar empregos.

empreendida contra os combatentes do 26 de Julho bem como aproveitassem a suposta “abertura política” de Fulgencio Batista para promover uma ampla campanha pela anistia dos presos políticos, assim como, reorganizassem as forças revolucionárias.

Fulgencio Batista, por sua vez pressionado pela reação popular e internacional foi forçado a conceder anistia total aos presos políticos de Pinos, entre eles Fidel Castro e seus companheiros que foram libertados antes de completar dois anos de prisão<sup>125</sup>. A volta de Fidel e seus companheiros a Havana foi presenciada por uma multidão, mas suas ações foram controladas de perto pela polícia. A possibilidade de sofrerem uma emboscada por parte do regime de Batista, correndo assim risco de vida, levou Fidel e companheiros do Movimento 26 de Julho, a se decidirem a partir para o México com vistas à reorganização das forças insurrecionais para um novo ataque contra o regime ditatorial<sup>126</sup>.

Durante o exílio Fidel Castro empreendeu um trabalho político de propaganda da luta revolucionária contra Batista, além de promover a organização do grupo que participaria do novo ataque; contou com apoio até mesmo do ex-presidente do México Lázaro Cárdenas<sup>127</sup>, e de Alberto Bayo (ex-general da guerra civil espanhola) e de muitos outros voluntários. Dentre os voluntários estava Ernesto Che Guevara (médico argentino disposto a lutar pela melhoria das condições de vida do povo latino americano), que depois se tornou um dos principais colaboradores de Fidel. Por fim, após longos preparativos, no dia 25 de novembro de 1956, 82 homens embarcaram em um iate chamado “Granma” em direção à parte oriental da ilha, onde se encontrariam com outro grupo revolucionário já contatado anteriormente.

No entanto, as dificuldades da viagem fizeram com que o desembarque ocorresse em lugar inapropriado (mangue) e em data atrasada, facilitando a ação das tropas do governo Batista que surpreenderam o grupo. Muitos foram capturados e fuzilados. Os demais (12 homens), entre eles Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara se refugiaram na Sierra Maestra onde passaram a organizar a guerrilha rural com o auxílio e o apoio dos camponeses. Aos poucos o Exército Rebelde foi

---

<sup>125</sup> “Pelas pressões internas e também externas por parte de diferentes nações e, em grande medida, da imprensa internacional que havia revestido os jovens universitários barbudos de uma aura romântica na luta contra um tirano moralmente indefensável, o governo Batista acabou cedendo e decretando a anistia para os rebeldes (...)”. (ALTMANN, 2001, p.46).

<sup>126</sup> Sobre o assunto ver: ALTMANN, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001, p.49-51.

fazendo muitas adesões entre os camponeses, impactados com as atitudes dos guerrilheiros que ao contrário da polícia rural e do Exército, eram compreensivos e colaboravam com os camponeses (pagando por tudo que consumiam de suas lavouras e prestando ajuda e orientação médica, além de desenvolver um trabalho de alfabetização).<sup>128</sup>

Durante 19 meses, o exército rebelde de Fidel Castro agiu com a tática de guerra de guerrilhas, contando sempre com o auxílio dos camponeses, obtendo pequenas vitórias frente ao exército de Fulgencio Batista. Somente, a partir do segundo semestre de 1958, a luta se tornou mais compacta ganhando aspecto de exército regular. Então, Fidel Castro passou a organizar a unificação de todos os grupos guerrilheiros que haviam se formado, unindo as colunas que estavam em ação, a de Raul Castro e Juan Almeida pelo lado oriental do país e a de Che Guevara e Camilo Cienfuegos que desciam em direção ao Ocidente (ou seja, em direção a capital do país). Sendo assim, após 25 meses de atividade na Sierra Maestra, o Exército Rebelde chegou ao poder em 1º de janeiro de 1959 derrubando a ditadura de Batista e constituindo uma nova realidade para a população cubana.<sup>129</sup>

O novo governo, logo após assumir o poder, tomou uma série de medidas, entre as quais: anulação da Emenda Platt, extinção da polícia de Batista, dissolução do Congresso; além de por em vigor a Constituição de 1940 e instaurar tribunais de justiça com a participação direta do povo no julgamento de pessoas acusadas de colaborarem com o regime de Batista, juntamente com o confisco dos bens adquiridos ilegalmente pelos mesmos. No plano social, a ação dirigiu-se no sentido de elevar os níveis de vida da população: combate ao analfabetismo, à prostituição, ao jogo, à corrupção, à crise habitacional e ao desemprego. Ao mesmo tempo, Fidel Castro iniciou um programa de reforma agrária<sup>130</sup> e de nacionalização das empresas norte-americanas<sup>131</sup>.

---

<sup>127</sup> Idem, p.51 e 53.

<sup>128</sup> CASTRO, Fidel. *La Revolución Cubana*.3ª ed. (Selección y notas de Adolfo Sánchez Rebolledo). México: Ediciones Era,1976.

<sup>129</sup> Sobre as atividades guerrilheiras e o desenrolar do processo revolucionário (desde o México) até a vitória de 1º de janeiro de 1959, ver partes III e IV da obra: SZULC, Tad. *Fidel: Um retrato crítico*.São Paulo: Best seller, 1987.

<sup>130</sup> Quanto ao programa de reforma agrária faz-se necessário ressaltar que este já havia sido iniciado na província do Oriente, bem como havia servido de bandeira e de elo agregador dos camponeses: "(...) Todos os militantes do exército rebelde, homens e mulheres, se impuseram a missão do melhoramento do camponês, sua incorporação à luta pela terra, e sua contribuição foi levada a cabo por meio de escolas que os mestres improvisados encontravam nos lugares mais inacessíveis dessa região do Oriente.Fez-se ali o primeiro ensaio de repartição de terras, com um regulamento agrário

Tais medidas surpreenderam os Estados Unidos, que passaram a se preocupar com os rumos do novo regime de Havana, apesar de terem reconhecido o novo governo que se instalara. A evolução dos acontecimentos na pequena ilha caribenha fez com que os Estados Unidos deixassem para trás uma certa simpatia mantida pelos barbudos de Havana e passassem a tomar medidas repressoras que freassem a autonomia cubana. Dessa forma, em contraposição às ações de Fidel Castro, o governo norte-americano embargou a venda de medicamentos para Cuba e cancelou a importação de açúcar, tendo plena certeza de que a máxima “sem cota, não há país” se cumpriria, com o total colapso da economia cubana.

Entretanto, as atitudes norte-americanas só fizeram aumentar a probabilidade de aproximação de Cuba com os países socialistas<sup>132</sup>. Com eles Cuba passou a estabelecer acordos alternativos de cooperação econômica, a partir do restabelecimento de relações com URSS em fevereiro de 1960<sup>133</sup>, relações que, haviam sido rompidas pelo ditador Fulgencio Batista. O rompimento diplomático dos EUA com Cuba veio em janeiro de 1961, após longa campanha por parte dos Estados Unidos para que os demais países latino-americanos também rompessem relações com a ilha caribenha.<sup>134</sup>.

Não obstante, as retaliações norte-americanas não haviam se esgotado, pois em 16 de abril de 1961, meses depois do rompimento diplomático, a CIA (Central Intelligence Agency) organizou uma invasão de Cuba a partir da Baía dos Porcos. Recrutou cubanos exilados em Miami (somavam cerca de 1.500 homens - na maioria refugiados e cidadãos expulsos pelo governo de Fidel) que tinham absoluta confiança em que a empreitada teria apoio popular. A invasão foi um fracasso. Uma

---

redigido pelo Doutor Humberto Sorí Marin e por Fidel Castro (...).Deram-se revolucionariamente as terras aos camponeses, ocuparam-se grandes propriedades agrárias de servidores da ditadura, as quais foram repartidas; (...). Havia chegado o momento que nos identificavam plenamente como um movimento camponês ligado estreitamente à terra e com a reforma agrária como bandeira.” (CASTRO, Fidel. La revolucion cubana.p.430, Citado por: FERNANDES, 1979, p.84).

<sup>131</sup> Intervenção na companhia telefônica; confisco do consórcio petrolífero norte-americano: Texaco, Esso e Shell; nacionalização dos latifúndios da United Fruit.

<sup>132</sup> Florestan Fernandes interpreta da seguinte forma as atitudes dos EUA em relação ao processo revolucionário cubano:” Portanto, a posição egoísta, míope e agressiva dos Estados Unidos facilitou o desenvolvimento de uma estratégia política que proporcionou à revolução cubana o próprio eixo pelo qual a descolonização poderia ser levada até o fundo e até o fim.” FERNANDES, 1979, p.93.

<sup>133</sup> O pacto comercial entre URSS e Cuba foi assinado em janeiro de 1961. A URSS se comprometia em comprar a produção açucareira cubana e Cuba por sua vez, passou a importar petróleo soviético.

<sup>134</sup> Depois de muita pressão por parte dos EUA a maioria dos países rompeu relações com Cuba, com exceção do México.Mas é interessante notar, que no caso brasileiro as relações só foram rompidas após o golpe militar de 1964, pois o governo João Goulart (mal visto pelos EUA) se recusou a cortar relações com Cuba.

série de desencontros, falhas de estratégia e má coordenação permitiu que as forças armadas de Cuba realizassem um contra-ataque fulminante. A principal consequência da tentativa de invasão, do ponto de vista geopolítico, foi o aprofundamento dos laços entre Cuba e União Soviética. Em vista dos acontecimentos e como consequência da dinâmica interna e externa do processo revolucionário cubano, Fidel Castro proclamou a adoção do socialismo no país em 1º de maio de 1961.

Essa proximidade política com a URSS provocou uma das mais sérias crises da Guerra Fria - a crise dos mísseis. Em outubro de 1962, aviões de espionagem dos Estados Unidos detectaram movimentos que indicavam a disposição soviética de instalar uma base de mísseis nucleares em Cuba. Seguiram-se duas semanas de tensão, período em que o presidente Kennedy advertiu Moscou de que usaria armas nucleares caso a União Soviética insistisse na base de mísseis. O dirigente Nikita Khrushchev recuou, mas conseguiu um compromisso de Kennedy da não-intervenção americana em Cuba. No entanto, esse compromisso não impediu que os Estados Unidos iniciassem um bloqueio econômico e naval do país, numa tentativa de asfixiar a economia cubana. Washington também fez pressões junto aos demais países da América para que Cuba fosse expulsa da Organização dos Estados Americanos, a OEA.

Na prática, os Estados Unidos passaram a considerar Cuba como integrante do "bloco do leste", o grupo de países do leste europeu aliado de Moscou. Mas a Casa Branca jamais perdeu de vista a proximidade geográfica da pequena ilha e utilizou a revolução cubana como pretexto para uma grande ofensiva anticomunista no continente americano. Intensificaram-se os esforços para a elaboração de medidas que evitassem convulsões sociais que pudessem dar origem à "novas cubas" no continente americano. Para tanto, uma das formas encontradas foi a criação de programas de ajuda às reformas sociais dos países da América Latina, tais como a "Aliança para o Progresso" implantada pelo presidente John Kennedy.

Ainda assim, segundo Paulo G. Fagundes Vizentini a Revolução Cubana logrou algumas vantagens com as negociações de alguns países latino-americanos com os Estados Unidos:

"(...) O auxílio longamente solicitado, só se efetivara devido ao triunfo da revolução cubana, razão pela qual era ironizado como Plano Castro. Os

governos latino-americanos insistiam que a ascensão de Castro ao poder era menos fruto da subversão comunista que resultado do subdesenvolvimento, chantageando Washington a liberar investimentos públicos para seus países. Durante a administração democrata de Kennedy, esta tese logrou impor-se temporariamente à da segurança nacional anticomunista, que enfatizava os aspectos político-repressivos em detrimento do desenvolvimento econômico. A revolução castrista criara um clima de perplexidade nos EUA, permitindo aos países latino-americanos aprofundar suas reivindicações e desenvolver uma diplomacia autônoma nas nações maiores como Brasil, México e Argentina”.<sup>135</sup>

Em vista disso, podemos verificar que a perplexidade dos EUA frente aos acontecimentos de Cuba pode ter sido concebida na percepção de que a realidade social cubana pouco divergia da maioria dos outros países da América, com algumas variações na organização política e econômica. Igualmente, podemos compreender o esforço dos Estados Unidos em buscar alternativas para o atendimento das demandas sociais candentes na América Latina, ainda que essas medidas fossem apenas de cunho paliativo, visando somente desviar a atenção da pequena ilha que ousara enfrentar o desafio de desenvolver uma política autônoma.

Outrossim, podemos constatar a repercussão dada aos acontecimentos envolvendo Cuba a partir do exame da veiculação dos fatos pela imprensa. Sendo assim, como já explicitamos na introdução deste trabalho, utilizamos como fontes os jornais: *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*<sup>136</sup>, num recorte temporal que vai de 1º de janeiro de 1959 (data da tomada de poder pelo exército revolucionário cubano) a 30 de abril de 1964 (mês posterior ao golpe militar brasileiro), num esforço de elucidar quão vigorosa foi a campanha tanto norte-americana (ao anunciar o perigo comunista) quanto a campanha dos grupos conservadores do Brasil que se mostraram assombrados com a possibilidade de grupos sociais então alijados da participação política exigirem algum atendimento a exemplo dos camponeses cubanos, ou até mesmo, partirem para a ação revolucionária.

---

<sup>135</sup> VIZENTINI, 1990, p.53.

<sup>136</sup> Vale mencionar que tanto o *Correio do Povo* quanto o *Diário de Notícias* não contavam com correspondentes internacionais e por isso publicavam as notícias do Associated Press United Press respectivamente. Devo ressaltar que não foram utilizadas as notícias publicadas pelo jornal *Ultima Hora* por este ser um jornal declaradamente pró-PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Contudo, este jornal serve como fonte documental rica no exame dos diversos movimentos empreendidos pelos trabalhadores rurais nesse período. Visto que a eles concedeu ampla cobertura, em especial durante o período de gestão do governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola.

### 2.3. Cubanização, fidelização: a construção do alarmismo anti-cubano na imprensa gaúcha

Os fatos ocorridos na pequena ilha caribenha tiveram um efeito alarmante em meio aos setores conservadores, pois, os mesmos já se encontravam assustados com a tomada de rumo de alguns setores da sociedade brasileira, envoltos em ampla mobilização política (manifestações de estudantes, greves de operários nas cidades e invasões de propriedades, seguidos de pedidos por reforma agrária). Os setores conservadores temiam que essa efervescência pudesse resultar num processo semelhante ao cubano. Nesse sentido, ainda que o objetivo desse trabalho não seja dimensionar o impacto que os fatos publicados sobre a Revolução Cubana exerceram sobre os diferentes grupos sociais<sup>137</sup>, algumas considerações sobre o imaginário social são relevantes. Empregaremos o conceito com base na acepção utilizada por Bronislaw Baczo,

“O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as atividades internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva do dispositivo da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”<sup>138</sup>.

---

<sup>137</sup> Para tanto seriam necessários a utilização do corpo teórico dos estudos sobre recepção amplamente utilizados pela área da comunicação, assim como o exame de um corpo documental diferenciado que pudesse possibilitar essa análise, tarefa que não pretendemos no momento. Sobre o assunto ver: RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado. Também faz-se necessário esclarecer que não utilizaremos nossa análise sob o prisma das representações. Apesar disso, compartilhamos com as considerações de Ciro Flamarion Cardoso ao justificar sua insatisfação com o uso vago de noções de outros saberes do social, como a psicologia: “(...) é quase sempre impossível, ou pelo menos muito difícil, chegar a conhecer, de forma diretamente comprovável, as motivações dos agentes em si mesmas, o movimento conducente às decisões que comandam as escolhas em matéria de ação individual ou coletiva”. CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. - São Paulo: Papius, 2000, p.34

<sup>138</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi (*Antropos-Homem*). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v.5, p.310. Vale ressaltar que o autor emprega a nomenclatura imaginário, por reconhecer que seja um termo amplamente aceito e difundido no meio intelectual, embora o considere inadequado. E acrescenta ao falar da obra de Marx: “A obra de Marx, conquanto alimentando-se das idéias que proliferam em meados do século XIX, marca um dos momentos mais significativos no estudo dos imaginários sociais. A contribuição de Marx resume-se, sumariamente exposta, a dois pontos: a elaboração de um esquema global de interpretação dos imaginários sociais a partir da análise das ideologias; o estudo dos casos concretos que, embora aquele esquema, o tornam mais matizado e maleável.” (Idem, p.304)

Compreendemos que o conceito elaborado por Baczo dá conta ou nos auxilia no exame do período em questão, evidenciando a dinâmica da política norte-americana em relação à América Latina durante o período conhecido como Guerra Fria, onde a maioria dos movimentos reivindicatórios que contassem com alguma participação popular eram taxados de “comunistas”. Outrossim, podemos perceber que tal situação se agravou ainda mais com o advento da Revolução Cubana, quando o temor do comunismo bolchevista é mitigado, abrindo espaço para o medo do “cubanismo”. Dessa forma, o imaginário social do “comunismo” é ampliado ou redimensionado, adaptando-se ao contexto e a realidade da época. Confere-se, assim, aos barbudos de Havana um sentido díspar daquele experimentado no início da Revolução quando eram retratados com uma certa aura romântica.

Nota-se que, após a guinada política de Fidel Castro em direção a URSS, expressões como: “cubanismo”, “cubanização”, “fidelismo”, “castrismo”, “comunismo”, “comunização” se tornaram recorrentes nos noticiários da época, sempre carregados de um sentido depreciativo em relação ao movimento revolucionário e às mudanças que o mesmo instalou na pequena ilha caribenha. Além disso, evidenciou-se o esforço para criação de um estereótipo dos barbudos de Havana: maus exemplos que estariam espalhados pela América Latina toda com o único intuito de destruir a unidade do continente, sendo imprescindível, então, que fossem denunciados e condenados.

Igualmente, o conceito de ideologia utilizado por Marilena de Souza Chauí, nos adverte quanto à forma com que os dominantes agem tentando impor seus pontos-de-vista sobre determinados acontecimentos, fazendo acreditar que o seu juízo das coisas é o correto:

“(…) Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através das instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio,



os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas”.<sup>139</sup>

Sendo assim, ao refletirmos sobre o processo da Guerra Fria e a Revolução Cubana, a observação das expressões utilizadas nos meios midiáticos (cubanismo/cubanização, fidelismo/castrismo, comunismo/comunização) nos auxiliam na compreensão da dinâmica do período. Assim como, nos ajudam a compreender como determinados acontecimentos foram utilizados na legitimação de uma determinada ideologia. A esse respeito, Marilena Chauí nos adverte sobre como a informação pode servir como fonte de convencimento de um grupo:

“A Comunicação de Massa vive sob a magia da Informação. Esta, por sua vez, é comandada pela crença na objetividade científica. O informante veicula e divulga todos os conhecimentos como saberes que cada um de nós deve possuir se quiser participar validamente da vida social. Seu discurso – sempre discurso do especialista competente – nos diz o que as coisas são objetivamente e quais as ações que exigem de nós, se quisermos ser racionais e contemporâneos de nosso tempo. A Informação não se reduz ao aspecto de consumo nem ao da persuasão (como mostra a Teoria da Recepção, o consumo depende da reinterpretação das mensagens, e a persuasão pode falhar), mas se assenta no desejo de sedução. Esta decorre da capacidade dos meios para nos convencerem de que estamos vendo e ouvindo a produção coletiva de idéias ou de valores(...)”.<sup>140</sup>

Caminhando por uma linha de raciocínio semelhante, Baczo argumenta sobre a forma de disseminação de um determinado imaginário:

“A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre os seus circuitos de difusão”.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 37ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.21.

<sup>140</sup> CHAUI, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

<sup>141</sup> BACZKO, 1985, p.313.

Desta feita, as considerações dos autores acima citados nos advertem para a complexidade das informações veiculadas num determinado período. Deixando-nos cientes de que estas têm um objetivo e, além disso, suas veiculações são privilégio de um determinado grupo que na maioria das vezes detém o poder tanto econômico quanto político. Sendo assim, com base nessas acepções buscaremos evidenciar como a cobertura jornalística dada a Revolução Cubana pela imprensa gaúcha contribuiu ou teve a intenção de contribuir no alarma criado na sociedade como um todo e especialmente entre os latifundiários no período que antecede ao golpe militar de 1964. Ressalte-se que a situação de intranqüilidade na maioria das vezes deu-se pela comparação entre o movimento revolucionário cubano e a possível efetivação de um programa de reformas estruturais aos seus moldes, no qual, a reforma agrária figurava como carro chefe e principal motivo de temor.

A recorrência da temática na pauta dos jornais pesquisados, que as tabelas abaixo revelam, construídas com base na contagem do número de vezes que expressões como cubanização, comunização, fidelização, castrismo apareciam nas notícias, além das palavras Cuba e Fidel Castro, evidenciam a gravidade ou a relevância do assunto. Note-se que os números apresentados são resultado da totalidade das matérias políticas publicadas no jornal.

Tabela 1

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	Média
<b>1959</b>	10	15	6	14	17	13	30	22	11	25	21	16	<b>200</b>	<b>16,66</b>
<b>1960</b>	23	23	27	24	21	23	40	45	41	22	25	21	<b>335</b>	<b>27,91</b>
<b>1961</b>	35	16	25	32	23	16	15	17	16	20	9	12	<b>221</b>	<b>18,41</b>

Fonte pesquisada: Jornal Correio do Povo

Tabela 2

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	Média
<b>1962</b>	37	27	13	8	4	5	11	6	30	45	52	29	<b>267</b>	<b>22,25</b>
<b>1963</b>	10	6	4	3	0	4	11	4	4	7	4	14	<b>71</b>	<b>5,91</b>

1964 22 18 18 15 73 18,25

Fonte pesquisada: Jornal Correio do Povo

Tabela 3

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	Média
1962	29	29	16	15	10	11	3	23	31	45	31	18	261	21,75
1963	30	30	34	22	11	10	10	10	13	5	7	8	190	15,83
1964	17	13	12	11									53	13,25

Fonte pesquisada: Jornal Diário de Notícias<sup>142</sup>

Ao analisarmos os dados acima podemos perceber que a média de notícias sobre Cuba é bastante alta, com picos no período que compreendem a chamada “crise dos mísseis”<sup>143</sup> e nos meses que contaram com a tentativa de aprovação de projetos de reforma agrária pelo governo João Goulart<sup>144</sup>, evidenciando assim a intencionalidade da recorrência do assunto nas manchetes diárias. Outro fator a ser ressaltado é a ênfase dada pelos noticiários sobre os incidentes em Cuba e o cuidado em se publicar as mais variadas notícias: seja o número de pessoas fuziladas, uma ação tomada por Fidel por mais simples que fosse, suas viagens, suas declarações, estado de saúde; comemorações pelo aniversário da revolução, relação com outros países comunistas, ações pró-Fidel no resto da América, ação dos contra-revolucionários. Enfim, toda e qualquer informação sobre a Ilha caribenha e seu governante.

Faz-se necessário registrar também, a forma de diagramação utilizada pelos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias quando as chamadas se referiam ao número de executados, relação com a URSS ou ação de possíveis disseminadores da revolução em outros países. Nesses casos, a notícia era anunciada na maioria das vezes em letras GARRAFAS e em **negrito**. Outro aspecto que se evidenciou

<sup>142</sup> As tabelas são de nossa autoria.

<sup>143</sup> Outubro, novembro, dezembro de 1962. Sobre o assunto ver: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. (Capítulo XIV).

<sup>144</sup> Esse assunto será tratado no capítulo que segue.

durante a pesquisa foi a diferença no teor das informações publicadas por ambos os jornais. Enquanto o jornal *Correio do Povo* parecia tentar manter a imparcialidade, o *Diário de Notícias* mostrava-se mais veemente nas críticas ao regime cubano<sup>145</sup>, em especial durante o período em se tentou aprovar a alteração da Constituição Federal Brasileira para viabilizar a execução da Reforma Agrária.

Ressaltamos também, que as notícias relacionadas com o movimento revolucionário cubano nunca foram festivas<sup>146</sup>, e seu de teor se modificou quando divulgaram mudanças estruturais na pequena ilha, em especial, quando os interesses norte-americanos foram atingidos (desapropriação das refinarias petrolíferas estrangeiras<sup>147</sup> e das terras em poder dos norte-americanos).As notícias que antes apenas serviam para informar os acontecimentos mais recentes passaram a tecer relações com o resto da América Latina e advertir sobre a ameaça cubana. Exemplo elucidativo é a notícia distribuída pela Associated Press em 17 de dezembro de 1959:

“EUA preocupados com Cuba, Venezuela, Brasil e Panamá:

“.Struve Hensel, diretor de uma organização particular interessada em intervenções estrangeiras disse que os recentes acontecimentos em Cuba, Brasil e Venezuela preocupam os intervencionistas norte-americanos nesses países.Hensel é presidente do Conselho para o Desenvolvimento Internacional Particular, que disse estar interessado em fomentar inversões estrangeiras particulares para proteger tais inversões.Em Cuba, disse Hensel, em uma declaração à imprensa, o governo fez profusas promessas de que serão emitidos bônus, para compensar os inversionistas cujas propriedades foram apreendidas sem causa.Duvido muito que alguma vez vejamos esses bônus.Acrescentou

---

<sup>145</sup> Algumas vezes as matérias publicadas chegavam ao limiar do esdrúxulo, como a matéria intitulada : *Barbudos contra Barbeiros*, publicada no *Diário de Notícias* de 26/06/1963. A matéria concentra-se em advertir o hemisfério ocidental quanto ao perigo vermelho. E, logo após ter criticado ferozmente as atitudes de Fidel Castro em relação as encampações das empresas norte-americanas, conclui de forma bastante inusitada, sem deixar de traçar um paralelo com a situação do Brasil que supostamente estaria trilhando o mesmo caminho de Cuba: “ (...) Como se vê sequer as menores economias escaparam à foice empunhada por Castro . Não nos surpreenderia menos a notícia de que o Barbudo primeiro-ministro de Cuba tivesse decidido nacionalizar o uso da barba, como manifestação do culto à personalidade ou para deixar sem fregueses os barbeiros. (...) Os inconseqüentes e oportunistas do Brasil poderão ver nisso uma lição e uma advertência (...). *Diário de Notícias*, 26/06/1963, p.4.(editorial)

<sup>146</sup> As notícias publicadas durante o início do ano de 1959 centraram sua atenção na denúncia do número de pessoas executadas no “Paredón”, atividades contra-revolucionários; visita de Fidel aos EUA e ao Brasil. Em se tratando da visita de Fidel aos EUA, a chamada não se mostrava ofensiva, muito pelo contrário: O primeiro ministro cubano causa muito boa impressão nos E.E.UU.*Correio do Povo*, 18/04/1959, capa.

<sup>147</sup> Governo holandês protesta energicamente junto a Castro pela desapropriação da refinaria da Shell *Correio do Povo*, 13/07/1960, capa.

que na Venezuela grupos esquerdistas, que abertamente defendem a apreensão de propriedades estão crescendo em número. Disse que em alguns estados do Brasil se considera as inversões de propriedades estrangeiras privadas como saborosas porções para serem confiscadas.(...)Hensel, ex-secretário auxiliar de defesa, declarou que Cuba é a maior culpada (...).<sup>148</sup>

Podemos perceber que além da mudança de teor no conteúdo da notícia, ela frisou o efeito nocivo de Cuba frente aos demais países latino-americanos<sup>149</sup>, prática que se repetiria nas notícias publicadas nos anos posteriores à radicalização cubana em relação aos EUA. Seguem alguns exemplos:

Revela serviço secreto americano/Aumentam as malhas do comunismo na América Latina:

Washington, 30/01/1960 (Ben F. Meyer, da Associated Press) – Um importante funcionário do serviço militar norte-americano disse que o governo de Fidel Castro, em Cuba, está proporcionando todas as facilidades necessárias para as reuniões comunistas (...). O comunismo opera ilegal ou semilegalmente na Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Venezuela, Colômbia, Uruguai, México e Equador, declarou Cabell e procura sempre ampliar o número de seus membros e sua propaganda.<sup>150</sup>

Passados três anos, a tônica do discurso mantém o mesmo teor. Veja-se a notícia divulgada pela United Press International em 25 de janeiro de 1963:

“EUA denunciarão subversão cubana na América Latina

Washington, 25 (condensado UPI) O governo norte-americano está ultimando o importante estudo sob a subversão comunista na América Latina e também sobre o apoio que esse movimento recebe do regime cubano de Fidel Castro. (...) Entre as providências a serem adotadas figura um aumento na vigilância naval no Caribe. Funcionários ianques informaram que o governo cubano, ao estimular a subversão no continente, põe em execução um plano político de longo alcance.(...).<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> *Correio do Povo*, 18/12/1959, capa.

<sup>149</sup> No caso específico do Brasil, o entrevistado referiu-se às ações desapropriadoras do governador Leonel de Moura Brizola (então governador do Estado do Rio Grande do Sul). Sendo que as duas corporações internacionais desapropriadas foram a filial da American and Foreign Power Company (AMFORP) em maio de 1959 e da subsidiária da International Telephone and Telegraph (ITT), em fevereiro de 1962. Ressalte-se que a primeira intervenção do governo Brizola foi anterior a desapropriação cubana, fato omitido por H. Struve Hensel.

<sup>150</sup> *Correio do Povo*, 31/01/1960, capa.

Outro acontecimento amplamente noticiado no ano de 1960 foram as disputas entre EUA e Cuba em relação à base militar de Guantánamo.

Ainda outra notícia da mesma agência com o mesmo enfoque e elucidando o temor estadunidense em relação a Cuba e sua influência no resto da América:

“Estados Unidos preocupados com a exportação da Revolução Cubana Washington, 16/08/1963, (UPI) – O secretário de Estado americano, Dean Rusk, declarou hoje que os Estados Unidos estão seriamente preocupados pelos esforços do governo cubano para intervir em outros países da América Latina. Acrescentou que o governo estadunidense vem acompanhando com grande interesse e preocupação, a campanha do regime cubano para exportar a sua revolução comunista a outros países no hemisfério.”<sup>152</sup>

Todavia, podemos observar que o acirramento da veiculação de notícias em detrimento de Cuba ocorreu a partir de janeiro de 1961, quando os Estados Unidos romperam relações com a pequena ilha, passando a insistentemente afirmar que Fidel Castro estava instigando o continente a atividades revolucionárias, como podemos notar na chamada “Comunicado do Departamento de Estado/Castro tenta reconstruir a América pelo modelo cubano”, justificando assim sua orientação para que todos os demais países seguissem seu exemplo e rompessem relações com a ilha caribenha. Observe-se a chamada: “Estados Unidos desejam que a América Latina tome medidas conjuntas contra o governo de Fidel Castro”.<sup>153</sup>

A mudança de tratamento dos Estados Unidos em relação a Cuba, não passou despercebido aos meios midiáticos rio-grandenses, na medida em que, embora de maneira muito sutil, passaram a denegrir o movimento revolucionário e seu líder, usando como argumento a desunião do hemisfério. Para corroborar nossa hipótese, transcrevemos abaixo parte do editorial do Jornal Correio do Povo, de 05 de janeiro 1961:

“Unidade ameaçada

(...) O que, porém de qualquer modo, não se pode deixar de reconhecer é a gravidade da situação criada com essas rupturas, que, de resto, cabe observar, não representam senão o aspecto formal, no campo diplomático, de uma perigosa realidade pré-existente: a que suscitaram, nas três Américas, as atitudes e ações do governo de fato implantado na maior das Grandes Antilhas pelo desconcertante radicalismo de Fidel Castro e do grupo que, como o irrequieto caudilho, passou a deter o

---

<sup>151</sup> *Diário de Notícias*, 26/01/1963, capa.

<sup>152</sup> *Diário de Notícias*, 17/08/1963, p.16, contra-capa.

<sup>153</sup> *Correio do Povo*, 28/04/1961, capa.

poder político e econômico naquele país após a derrubada da corrupta e sanguinária tirania de Fulgencio Batista(...). Causas existiam, por conseguinte, e não poucas e não sem profundidade, para que o brado de libertação, lançado por um homem sem dotes excepcionais de persuasão e notórias qualidades de ator, encontrasse ambiente fartamente propício à sua ressonância, para que a semente medrasse em terreno fértil. E para isso concorria, densamente, a seqüência de erros da política dos Estados Unidos em relação a Cuba, desde a sua emancipação do poder colonizador de Espanha. Se essa política houvera sido de amparo e estímulo ao desenvolvimento do país e ao florescimento de verdadeiras instituições democráticas, e não de boas e amistosas relações, senão de efetivo apoio, a sanguinários e vorazes ditadores da laia de Batista, não estaríamos diante de explosivo e perigoso quadro da atualidade, imediatamente resultantes dos descaminhos, desatinos e violências do grupo que empolgou o poder na mais vasta das Índias Ocidentais, fugindo à comunhão dos povos americanos e pondo em risco seriamente a unidade do continente – sonho bolivariano que o pan-americanismo, mormente através dos novos rumos que se lhe procura dar acabará, mais cedo ou mais tarde, realizando. (...) “<sup>154</sup>

Ressalve-se que embora tenham reconhecido as causas que levaram à eclosão da Revolução, inclusive apontando os erros dos EUA em relação a Cuba, não deixaram de criticar o “desconcertante radicalismo de Fidel Castro”, taxando-o de “caudilho”. Além de advertirem para a suposta desunião do continente em consequência do rompimento diplomático entre os dois países.

Outrossim, outros incidentes envolvendo EUA e Cuba, evidenciaram o posicionamento da imprensa. Ao tratar da reunião dos chanceleres<sup>155</sup> realizada em Punta Del Este em janeiro de 1962 que decidiu pela expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) podemos notar o teor da notícia em relação à decisão brasileira: “Brasil teria sido o gigante enfermo do conclave/Dois terços dos países e um terço da população hemisférica apoiaram os EUA.<sup>156</sup> Do mesmo modo,

---

<sup>154</sup> *Correio do Povo*, 05/01/1961, p.4.

<sup>155</sup> Segundo, Tânia Quintaneiro o pedido para que acontecesse a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, partiu do Peru e da Colômbia, que alegaram estarem sendo agredidos pela subversão cubana. A reunião ocorreu de 23 de janeiro a 2 de fevereiro de 1962 em Punta Del Este, Uruguai. E teve como objetivos: “(...) fazer reconhecer a incompatibilidade entre Cuba e o sistema interamericano e o perigo que as atividades exercidas por aquele país representavam para o continente; excluir Cuba dos órgãos do sistema interamericano e da Junta Interamericana de defesa; interromper o comércio continental, especialmente de armas com a ilha e estabelecer um Comitê Especial de Segurança que recomendasse aos países americanos medidas coletivas e individuais de defesa”. QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe(1959-1964): Uma interpretação sobre a política externa independente*. - Belo Horizonte:UFMG, 1988,p.66-75.

<sup>156</sup> *Correio do Povo*, 01/02/1962, capa.

o editorial publicado pelo Diário de Notícias em 13 de janeiro de 1962 já havia deixado claro seu posicionamento:

“Ameaça ao continente

Ninguém de boa fé poderá mais contestar que o regime castrista de Cuba pode comprometer a paz do continente (...). Nada mais necessitaria acrescentar-se para que ficassem revelados os propósitos do neo-ditador cubano. Inclusive do ponto-de-vista do sacrifício que impôs à Nação, à semelhança do regime que implantou em Cuba com as ditaduras da direita, de Hitler e de esquerda, de Stalin, vai conduzindo a nação ao mesmo tremendo sacrifício; canhão em vez de alimentos é a realidade do destino dos empréstimos que realizou como o associado do Oriente, para que o seu regime sobreviva, constituindo indisfarçável ameaça à paz americana(...).”<sup>157</sup>

Ampla divulgação recebeu igualmente uma coluna atribuída aos ex-ministros das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Ráo e Horácio Lafer, pronunciado-se sobre a decisão brasileira de não apoiar o isolamento de Cuba:

“ Hora da resistência democrática

Desde Jânio Quadros, em sua semi-demência, iniciamos o torpedeamento sistemático do pan-americanismo, tentamos contra a nossa tradição organizado bloqueismo latino-americano, no estilo de Perón, e colocamo-nos como o mais importante esteio de Fidel Castro, sob a capa hipócrita de que assim sustentamos os princípios da não-intervenção e autodeterminação dos povos. Mas o que estamos sustentando, à evidência solar é um regime de tirania sem igual na história americana, é o paredon dos fusilamentos incessantes; é a perseguição sistemática e levada ao paroxismo da expulsão do clero, da prisão e morte de padres e freiras à Igreja Católica, é a eliminação de todo Direito, de toda justiça, de toda liberdade, em Cuba.(...) O Brasil está sendo traído, laqueado na sua boa fé, conduzido com uma venda nos olhos para o caos e a desagregação. Em Punta Del Leste ficaremos sozinhos, apontados à execração da América e do mundo ocidental, enquanto no mundo vermelho ficaremos apenas na posição desprezível que se reserva aos lacaios. Classes conservadoras, partidos centristas, imprensa responsável, Forças Armadas sobre quem está pairando a mais terrível ameaça que se objetiva nas cominações de Almino Afonso e Francisco Julião, ambos pensando em termos de metralhadoras, de morte, de secessão e tirania; Igreja Católica com o seu poder divino sobre as almas, todos os que tem patriotismo e um pouco de brio cívico, são

---

<sup>157</sup> *Diário de Notícias*, 13/01/1962, p.4.



chamados para preservar o Brasil da catástrofe que um grupo celerado está armando contra a unidade nacional(...).”<sup>158</sup>

Observe-se que o texto faz críticas severas à condução da política externa do governo janista e janguista em relação a Cuba, exacerba vários julgamentos em relação ao regime cubano, além, de incitar a opinião pública à ação, no sentido de repudiar o posicionamento brasileiro. Nesse sentido, revelam-se apropriadas as considerações de Baczo quando afirma que:

“(...) Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui uma apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.”<sup>159</sup>

Vários outros editoriais seguiram no mesmo tom, com inúmeras críticas à política externa, à desordem nos sindicatos de trabalhadores e entidades estudantis<sup>160</sup>; e a pretensa situação caótica vivida pelos cubanos<sup>161</sup>. Do mesmo modo, os editoriais utilizaram-se do resultado das eleições de 1962<sup>162</sup> como elemento indicador de que o povo rejeitava a política externa brasileira em relação a Cuba, pois elegeram indivíduos livres de “influência vermelha”. Por sua vez, sentiram-se no direito de preceituar ao Presidente da República como este deveria conduzir o país, ao passo que se julgavam representantes e conhecedores da vontade popular, conforme podemos observar pela mensagem abaixo:

“Novos caminhos  
Consultado nas eleições, o povo intimou os traidores da glória e do prestígio diplomático do Brasil a cessarem a proteção dispensada a Fidel Castro, já agora inscrito satélite da Rússia, como signatário do Pacto de Varsóvia. Não queremos mais a vergonhosa posição de capangas de um ditador sanguinário que não esconde a ninguém que o Brasil trabalha por

<sup>158</sup> *Diário de Notícias*, 21/01/1962, p.4, Colaborações.

<sup>159</sup> BACZKO, 1985, p.311.

<sup>160</sup> Os cônsules dormem. *Diário de Notícias*, 13/06/1962, p.4.

<sup>161</sup> Sem liberdade e sem alimentos. *Diário de Notícias*, 12/06/1962, p.4.

<sup>162</sup> Sobre o anticomunismo como estratégia eleitoral ver: Capítulo 4 da obra RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*-2ed. Passo Fundo: UPF, 2003. Ver também: A ação política nos partidos políticos e no Congresso. In: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987. 5ª edição, p.319-337.

sua conta e em qualquer situação, o governo de Brasília servirá de escudo à sua segurança. Somos aos olhos de Fidel Castro guardas e garantidores do paredon (...). Houve no pleito de 7 de outubro, uma mensagem que seria perigosa desconhecer: a absoluta repulsa à política externa brasileira inaugurada por Jânio Quadros. Elegendo os srs. Ildo Meneghetti, Ademar de Barros, João Cleofas, Virgílio Távora e numerosos outros senadores da UDN e do PSD. A nação enviou ao Presidente da República uma advertência a qual deve curvar-se em nome de suas convicções democráticas. O Brasil não aprova o governo comunista de Fidel Castro, não lhe dá nenhuma espécie de apoio, e pela infinita maioria de seu povo, está decidido a contribuir, com as demais Repúblicas americanas para que este tumor maligno seja extirpado do nosso hemisfério, sejam quais forem as conseqüências. Não podemos viver sob a ameaça dos foguetes de Moscou. (...) Deve o Presidente da República desfazer-se dos péssimos conselheiros que o rodeiam, encaminhando-se para uma reformulação política tanto interna como externamente, (...) Reconheçamos o erro e retrocedamos, enquanto é tempo. O Sr. João Goulart deve dar essa prova de sabedoria, bom-senso e patriotismo seguindo o caminho que acaba de lhe ser apontado pelo povo.”<sup>163</sup>

A figura de Fidel Castro também foi utilizada como forma de prejudicar a imagem política de determinados candidatos, denunciando-se sua colaboração ou simpatia com o governo revolucionário cubano e soviético, como é o caso de Leonel Brizola<sup>164</sup>, Miguel Arraes<sup>165</sup> e Francisco Julião<sup>166</sup>, os personagens mais citados como sendo comunistas. A charge abaixo ilustra o que acabamos de afirmar:

---

<sup>163</sup> *Diário de Notícias*, 17/10/1962, p.4. Editorial.

Passaram-se os meses e a temática e as argumentações em relação à política exterior brasileira não se alteraram, como se observa noutro editorial intitulado: “Parece, mas não é – (...) Não somos, evidentemente, um país comprometido com o comunismo, mas permitimos que meia dúzia de vermelhos emprestem o seu colorido à política exterior que estamos incrivelmente praticando. Cuba chegou ao que é por que contou, na Conferência dos Chanceleres com o endosso do Itamaraty, um endosso matreiramente articulado (...). É por essa e por outras que o Brasil está fazendo supor, lá fora, o ‘que absolutamente não é.’” *Diário de Notícias*, 20/12/1962, p.4.

<sup>164</sup> Governador do estado do Rio Grande do Sul de 1959 a 1962; eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara.

<sup>165</sup> Foi eleito governador de Pernambuco no pleito de 1962.

<sup>166</sup> Deputado federal pelo PTB pernambucano, um dos fundadores das Ligas Camponesas.

Outra forma empregada na elaboração dos editoriais consistia em neles inserir o noticiário diário, com seus respectivos comentários, utilizando-os como forma de depreciar as atitudes do governo federal, bem como, de vinculá-lo ao “castrismo”. Ainda que longo, o texto abaixo exemplifica essa prática, evidenciando o posicionamento dos grupos conservadores, que contavam com um espaço privilegiado na imprensa para emitir suas opiniões:

“Conspiração vermelha na América

A Organização Agrária Interamericana que tem sua sede no México, qualificou de conspiração vermelha na América o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, a realizar-se em março próximo no Rio de Janeiro. Segundo a OAI, esse Congresso tem por objetivo organizar as forças populares em toda América a fim de apoiar a primeira revolução socialista continental. Como em grande número de países latino-americanos ocorrem eleições em 1963, os organizadores do Congresso pretendem aproveitar a oportunidade para intensificar a propaganda castrista. Os movimentos subversivos registrados ultimamente no Peru, na Venezuela e na Colômbia mostram que as palavras de incitamento à desordem proferidas por Fidel Castro, estão surtindo efeito, o que

recomenda especial atenção por parte das autoridades. Coincide com essa denúncia a apreensão feita nesta capital, pelo DOPS, de farto material de propaganda subversiva, constante principalmente de livros, selos e medalhas. Parte desse material era distribuído nas portas de fábricas, sendo dos mais divulgados o livro “ Guerra de Guerrilhas” de Che Guevara. O Brasil – como os fatos indicam – continua sendo o alvo preferido de agitadores vermelhos. Pela sua condição de país subdesenvolvido, pela sua enorme superfície e pelo seu já elevado conteúdo populacional, nosso país prende a atenção dos inimigos da democracia, dos solapadores da unidade ocidental. O comportamento do Itamaraty, a tolerância das autoridades responsáveis e o procedimento mais do que suspeito de personalidades escudadas nas altas posições que ocupam fazem com que o Brasil surja aos olhos dos extremistas rubros como um campo dos mais propícios ao desenvolvimento de ensaios revolucionários envolvendo classes e grupos cuja simplicidade e boa fé os colocam a mercê de aventureiros e espertalhões a serviço do imperialismo soviético (...). Não resta dúvida que as dimensões da conspiração vermelha na América são já de impressionante magnitude e que mais crescerão se as autoridades continuarem omissas e tolerantes, sem cuidar, como juraram, de defender o regime democrático.”<sup>167</sup>

Entretanto, ainda que os meios midiáticos se esforçassem em induzir a opinião pública no sentido de aceitar a punição de Cuba por julgarem-na prejudicial ao regime democrático, a realidade mostrou-se dessemelhante da exposta nos editoriais da época. Pois, segundo Tânia Quintaneiro, foram inúmeras as manifestações populares em apoio a Cuba, organizadas pelos mais diferentes setores da sociedade: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a União Nacional de Estudantes (UNE), o PTB; além da participação de setores intelectuais, estudantes e operários que protestaram contra a ação norte-americana por meio de diversos comícios, manifestos e passeatas.<sup>168</sup>

Ademais, deve-se ressaltar que as pressões para que o Brasil mudasse seu posicionamento em relação a Cuba, não partiram apenas dos setores internos (grupos conservadores), mas também dos Estados Unidos, que se dispuseram inclusive a “subornar” as autoridades brasileiras para que votassem a favor da intervenção em Cuba, seguida de sua expulsão da OEA.<sup>169</sup> Apesar disso, o

---

<sup>167</sup> *Diário de Notícias*, 10/02/1963, p.4.

<sup>168</sup> QUINTANEIRO, 1988, p.47.

<sup>169</sup> “O presidente Kennedy nomeou seu Conselheiro em Assuntos Latino-Americanos, Adolf Berle Jr., enviado especial de seu governo a América Latina. Em visita oficial ao Brasil, Berle, procurou imediatamente o Ministro Afonso Arinos para sondar a possibilidade de que o país apoiasse uma ação armada contra Cuba. Nessa ocasião, ofereceu também a quantia de 300 milhões de dólares que

posicionamento mantido pelos ministros das relações exteriores, tanto os do governo Jânio quanto os do governo parlamentarista de João Goulart mostraram-se irrefutáveis nos princípios de não-intervenção e autodeterminação, conferindo à política externa brasileira uma situação díspar em sua história, costumeiramente subserviente a todos os anseios dos EUA.<sup>170</sup>

Por seu turno, o exame das matérias jornalísticas do período nos permitiram perceber que a radicalização dos enfoques dados ao regime de Fidel Castro e sua vinculação ao governo de João Goulart se fizeram mais intensos após a tentativa de efetivação de um plano de Reformas de Base pelo presidente João Belchior Goulart<sup>171</sup>. Entretanto, antes de abordarmos as reações dos setores conservadores frente à possibilidade de mudanças estruturais no país, faz-se necessário algumas considerações sobre a realidade social daquele período.

Como já observamos no primeiro capítulo deste trabalho, o contexto social, político e econômico do final dos anos 1950 e início da década de 1960 no Brasil mostrou-se bastante convulsionado, ao passo que antigos problemas emergiram e exigiram soluções imediatas, em especial os problemas referentes aos trabalhadores rurais. Nesse contexto a temática da reforma agrária se avolumou e tomou conta das discussões nacionais, evidenciando a urgência da solução dessa problemática. Outrossim, podemos perceber que a realidade vivida pelo Brasil pouco divergia da maioria dos países latino-americanos, envoltos em problemas tão ou mais graves que os brasileiros e que igualmente ansiavam pela melhora da condição de vida de suas populações. Nesse ínterim, a alternativa cubana apresentou-se como uma via possível, inclusive podendo servir de exemplo inspirador para novos movimentos

---

os EUA mantinham de reserva para o Brasil – como forma de suborno em troca da cooperação brasileira”. (Idem, p.41) Além do Brasil, outros seis países votaram contra a expulsão de Cuba da OEA (Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México). Ressalte-se ainda que no decorrer do processo e em vista da pressão norte-americana aos seis países que votaram pelo não, apenas Brasil e México não romperam relações diplomáticas com Cuba. O Brasil veio a romper relações com Cuba após o golpe militar de 1964.

<sup>170</sup> “Desde essa época a idéia que tradicionalmente vigorava no Brasil – de que latino-americanos eram apenas os países de colonização hispânica – começa a modificar-se e perceber-se o aflorar de um sentimento de identidade, de pertencimento à comunidade latino-americana. Entre os grupos de esquerda a imagem do revolucionário ganha os traços, marcadamente românticos, inspirados nos mitos da Revolução Cubana.” QUINTANEIRO, 1988, p.77. Veja-se também: Discurso de San Tiago Dantas na Comissão Geral, em Punta Del Este (24 de janeiro de 1962); Ata Final da VIII reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores Americanos (31 janeiro de 1962); Justificação de voto da delegação brasileira na Comissão Geral. In: [www.cebela.org.br/txtpolit](http://www.cebela.org.br/txtpolit)

<sup>171</sup> Este assunto será tratado no capítulo que segue.

insurgentes dispostos a romper os laços imperialistas e a subserviência à política norte-americana.

No caso específico do Brasil, o alarma causado pela experiência caribenha pode ser compreendido se tomarmos como elemento comparativo a realidade brasileira na época, que se mostrava bastante semelhante à cubana<sup>172</sup>. Até a Revolução, Cuba era um país essencialmente agrário, dominado por grandes latifundiários que reinavam sobre o trabalho quase servil de milhões de camponeses que trabalhavam em diversas modalidades (posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, colonos, diaristas, mensalistas ou tarefeiros)<sup>173</sup>, quase totalmente desassistidos pelo Estado (pois não contavam com uma legislação que os amparasse), em sua maioria analfabetos e por isso impedidos de participarem politicamente através do voto. E assim como os trabalhadores rurais cubanos, os brasileiros ansiavam também por um pedaço de terra onde pudessem desenvolver suas atividades com dignidade.

Tal similaridade entre as duas realidades serviu para advertir os grupos conservadores no sentido de impedir ou desautorizar qualquer manifestação popular em prol de mudanças mais radicais. Pode-se endossar, assim, a reflexão feita por Marilena Chauí ao examinar a forma como os grupos dominantes encaram as contradições da sociedade (causadas em sua maioria pelas desigualdades sociais levadas ao limite) e as transformam em situações de “crise”, no intuito de mascarar a realidade,

“Uma crise nunca é entendida como resultado de contradições latentes que se tornam manifestas pelo processo histórico e que precisam ser trabalhadas social e politicamente. A crise é sempre convertida no fantasma da crise, irrupção inexplicável e repentina da irracionalidade, ameaçando a ordem social e política. Caos. Perigo. (...) Contra o perigo, representado sempre pela manifestação explícita das classes populares, os dominantes partem em busca dos agentes responsáveis pela

---

<sup>172</sup> Segundo José Rodrigues Mao Jr. “(...) apesar de, em números absolutos e percentuais, a população urbana superar a rural, ainda assim podemos afirmar que a sociedade cubana era essencialmente agrária, se levarmos em conta que as atividades fundamentais da economia cubana se desenvolviam no campo”. Além disso, “a maior parte das propriedades agrárias de Cuba concentrava-se nas mãos de um reduzido número de latifundiários, ou pertencia a monopólios açucareiros norte-americanos”. MAO JR, José Rodrigues. *O campesinato e a revolução cubana: Da Sierra Maestra ao triunfo da revolução (1956-1959)*. In: *HISTÓRIA-UNISINOS*/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - v.5,n.3- São Leopoldo:Unisinos, 2001.p.132-133.

<sup>173</sup> José Rodrigues Mão Jr classifica os camponeses cubanos em seis categorias: arrendatário;subarrendatário, parceiro;colono;subcolono e precarista. Idem, p.131-132.

subversão, isto é, iniciam a caça às bruxas que ameaçam a paz nacional e a união da família brasileira. Finalmente, contra o caos, a classe dominante invoca a necessidade da salvação nacional.”<sup>174</sup>

A similitude entre as realidades cubana e brasileira ratificou o temor gerado principalmente entre os grandes proprietários brasileiros que passaram a execrar qualquer possibilidade de Reforma Agrária de cunho mais radical, identificando-a como “coisa de comunista”. Dessa forma, desqualificaram ou negaram a existência de um problema real, conferindo ao problema uma outra dimensão. Em se tratando da situação dos trabalhadores rurais, esta foi posta em segundo plano, ao passo que se utilizou o cubanismo como elemento ameaçador.

Nesse ínterim, a invulnerabilidade da propriedade privada e manutenção do *status quo* ficaram subsumidos numa necessidade maior, qual, seja, a eliminação do perigo cubano. Tentou-se de todas as formas provar que o exemplo cubano não era satisfatório, que ao invés disso, esse modelo era a encarnação de muitas coisas ruins, que poderiam resultar na desintegração da família, da ordem e o fim da liberdade e democracia no país.

Como alternativa, elaboraram-se muitos discursos nos quais o “modelo ideal de Reforma Agrária” era exposto<sup>175</sup>. Estes discursos foram proclamados em concomitância às tentativas de aprovação pelo Congresso Nacional da alteração do Artigo 141 da Constituição Federal de 1946. Um exemplo elucidativo dos argumentos utilizados pelos grupos conservadores na descrição de um modelo ideal de reforma agrária pode ser observado num texto publicado pelo Correio do Povo Rural de autoria de José Resende Peres (então diretor técnico da Confederação Rural Brasileira):

---

<sup>174</sup> CHAUI, Marilena de. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.60-61.

<sup>175</sup> SETE ETAPAS PARA UMA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA EM NOSSO PAÍS  
Rio, 24 (CP) – O sr. J. Fabino, antigo ministro apresentou a Confederação Rural Brasileira, memorando, equacionando a questão da Reforma Agrária. Diz o diplomata: - Finalmente, após quase um século de letargia, o governo federal dá os primeiros passos ao encontro da reforma agrária.(...) Mas, a desapropriação de terras a baixo preço e mediante o pagamento a longo prazo e com títulos, desvalorizáveis, bem como o arrendamento compulsório de fazendas são duas providências erradas e que subverteriam a ordem econômica e social do Brasil. Ambas levariam o homem do campo a cruzar os braços, determinando baixa vertiginosa de produção e trazendo a fome. O ministro J. Fabino é de opinião de que o governo, atendendo a que reforma agrária consumiria cifras astronômicas, poderia dividi-lo em 7 fases distintas a saber: 1) combate ao alcoolismo; 2) campanha sanitária; 3) educação e preparação do trabalhador rural; 4) outro Ministério da Agricultura; 5) criação do Banco Nacional da Lavoura; 6) férias, pensões e aposentadoria; 7) mobilização civil.”*Correio do*

“(...) É bastante acender o tubo do televisor para aparecer um médico, um político profissional, uma dona de casa dando receitas de reforma agrária, um militar explicando que a vida está cara por causa do latifúndio. O fato é que, de vez em quando aparece um técnico para dizer que cada camponês deverá receber tantos hectares de terra e ai quase que está a reforma agrária.”<sup>176</sup>

Segue o texto enumerando as variantes que precisam ser analisadas para distribuição de terras: a) fatores da natureza; b) tipo de exploração; c) a situação em face dos mercados; d) o índice demográfico; e) a capacidade do homem. Sobre este último item se detém e continua sua explanação no seguinte teor:

“(...) Este, é a meu ver o ponto mais importante. Em 1810, Bolívar fez sua Reforma Agrária” na Venezuela, dando a cada soldado uma gleba retirada dos antigos latifundiários espanhóis. Dentro de alguns anos, porém, poucos conservaram seu pedaço de terra. A maioria por motivos vários vendeu-os a outros. Tenho certeza que se presenteasse aos pregadores da terra-própria como parecia universal para a cura de todos os males sociais do campo, poucos conseguiriam fazer ao menos pagar os impostos.(...) Por isto, no Brasil, reforma agrária é muito mais um problema do homem do que da terra. Antes de tudo, temos que preparar o homem, física e intelectualmente, para que possa vir a ser proprietário. Só depois de eficiente atuação dos Ministérios da Saúde e da Educação, o problema cairá na órbita do Ministério da Agricultura, que então o guiará no rumo do progresso, pelo caminho da produtividade.”<sup>177</sup>

Note-se que o autor do texto iniciou suas considerações delimitando os campos do saber que estariam autorizados a considerar o problema do campo, deslegitimando a participação de outros setores na discussão, especialmente os próprios interessados na obtenção da terra. A seguir, negou que existia problema de distribuição de terra, relegando aos trabalhadores rurais a responsabilidade por sua situação, taxando-os de incapazes. Por fim, deslocou o problema para outras instâncias – educação e saúde – para exonerar-se de qualquer responsabilidade na

---

*Povo*, 25/05/1963, p.11. Cada um dos itens contava com uma explicação. Além disso, a matéria menciona o exemplo dos Kibutz judaicos.

<sup>176</sup> *Correio do Povo Rural*, 04/01/1963, p.12.

<sup>177</sup> Idem. Seguindo a mesma linha de raciocínio e desta vez criticando a distribuição de terras realizada no México em 1910, o texto “Não basta distribuir terras”, de autoria de João Didonet Neto, argumentou sobre o mesmo assunto: “(...) Urge, pois, transformar idéias e conceitos errôneos e formar outra mentalidade. Com a elevação do nível cultural e técnico do homem rural brasileiro, teremos maior produtividade e outras condições de vida. Para isso se justificam e se impõem medidas radicais de envergadura. E se compreende logo que a reforma agrária não pode ser simplesmente a divisão dos latifúndios improdutivos. Abrange medidas de muito maior amplitude.” *Correio do Povo*, 09/03/1963, p.4. Colaborações.



questão, pois, a seu ver a resolução dos problemas dos homens do campo não reside na distribuição de terras. Confirmam-se assim, as palavras de Baczo: “os agentes sociais procuram, sobretudo em situações de crise e conflito graves, apagar as incertezas que essas escolhas necessariamente comportam. É assim que estas escolhas são muitas vezes imaginadas como as únicas possíveis e mesmo como impostas por um destino inelutável.”<sup>178</sup>

Ademais, cabe salientar, conforme Caio Navarro de Toledo que “apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, assim, às necessidades de consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia de dominação social burguesa”<sup>179</sup>, a reforma agrária foi fortemente combatida no Congresso Nacional.

Dessa maneira, o rechaço mais veemente à reforma agrária foi feito pelos latifundiários que contaram com o apoio das bancadas do PSD e UDN, as quais se negaram a apoiar qualquer emenda constitucional que viabilizasse a reforma agrária proposta pelo governo. A ação política dos setores contrários à reforma agrária visava causar um alarma na sociedade brasileira evocando a proteção à “sacrossanta” propriedade privada e denunciando a subversão e conseqüente “comunização-fidelização do país”<sup>180</sup>. As manifestações em oposição à alteração da Constituição fizeram eco nos mais diferenciados setores conservadores evidenciando assim o temor em relação à possibilidade da efetivação de mudanças estruturais na sociedade brasileira. Este assunto será tratado no capítulo que segue.

---

<sup>178</sup> BACZKO, 1985, p.312.

<sup>179</sup> TOLEDO, Caio Navarro. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p.55.

<sup>180</sup> Termos comumente utilizados na imprensa da época.

### **3. O ESPECTRO DA REFORMA AGRÁRIA CUBANA COMO ELEMENTO DESESTABILIZADOR DA “TRANQUILIDADE NACIONAL”**

*“A gente quer voz ativa  
no nosso destino mandar  
mas eis que chega a roda viva  
e carrega o destino pra lá”. (Chico Buarque)*

Este capítulo tem como objetivo demonstrar como a possibilidade de efetivação da reforma agrária funcionou como elemento desestabilizador da tranquilidade dos setores conservadores brasileiros e contribuiu entre muitos outros

fatores<sup>181</sup> para a precipitação do processo golpista empreendido pelos militares em março de 1964, o qual resultou na interrupção do período democrático brasileiro. Além disso, buscaremos compreender como a variável do “exemplo cubano” teve influência no processo de exacerbação dos setores conservadores. Como já explicitamos em outro momento, nossa análise está baseada na produção jornalística rio-grandense do período. Contudo, antes de enveredarmos pelos objetivos ora propostos faz-se necessário, ainda que de forma breve, a abordagem do contexto político do período.

### 3.1. As Reformas de Base

João Goulart assumiu a Presidência da República em 07 de setembro de 1961, após uma séria crise política oriunda da renúncia de Jânio Quadros<sup>182</sup>. Em decorrência disso, foi imposta a ele uma “solução de compromisso”, com a instalação do parlamentarismo<sup>183</sup>. Durante a experiência parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963), sucederam-se três conselhos de ministros: o primeiro

---

<sup>181</sup> Conforme revisão bibliográfica realizada por Gláucio Ary Dillon Soares são muitos os fatores que contribuíram para a precipitação do golpe militar de 1964: econômicos (descontrole da inflação, crise do modelo substitutivo de importações); sociais (descrédito nos políticos, corrupção entre os membros do Congresso nacional); políticos (instabilidade do Governo Goulart, caos administrativo); militares (caos e a desordem, quebra de hierarquia); externos (ameaça comunista, apoio norte-americano). Vale ressaltar, que o autor hierarquiza a participação dos militares como fator principal para a detonação do golpe, com base em pesquisa realizada junto às fontes documentais e orais dos militares. SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994. Sem a pretensão de fazer um balanço das teses que explicam o golpe (que são muitas), nosso interesse aqui é evidenciar o alarme (em muito acentuado pela eclosão da Revolução Cubana) criado pela possibilidade de efetivação da reforma agrária em meio aos setores rurais e a importância desse fator no conjunto dos elementos que precipitaram o golpe militar de 1964.

<sup>182</sup> Ver Anexo 2: Manifesto dos Ministros Militares em relação à João Goulart. Detalhes, veja-se: CARONE, Edgard. *A república Liberal – evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985, p.161-170.

<sup>183</sup> Segundo Caio Navarro de Toledo, a solução encontrada para permitir que João Goulart assumisse a presidência, caracterizou um legítimo “golpe branco”, pois alterou a Constituição em plena crise insurrecional, podendo os poderes presidenciais. Ou ainda, segundo Argelina C. Figueiredo “o parlamentarismo foi uma solução institucional adequada aos conservadores interessados em conter o movimento pró-reformas. Dada a maioria conservadora no Congresso, o novo sistema era garantia adicional contra a implantação de um programa rápido de reformas”. FIGUEREIDO, Argelina C. *Democracia & reformas: a conciliação frustrada*. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Caio Navarro de Toledo (Org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p.47-53. Ver também: ALMEIDA, Alberto Carlos. *Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1999. ALMEIDA, Alberto Carlos. A posse de Goulart: emergência da esquerda e solução de compromisso. In: *Antropolítica*. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, n.2, 1. sem.1997, p.39-60.

deles chefiado por Tancredo Neves (que deixou o cargo em junho de 1962 juntamente com todo seu gabinete sob alegação de que concorreriam às eleições de outubro de 1962), o segundo por Francisco Brochado da Rocha (nome ligado ao PTB, que se exonerou para trabalhar na campanha pela antecipação do plebiscito onde se votaria pela permanência, ou não, do parlamentarismo), e o último conselho de ministro foi chefiado por Hermes Lima.<sup>184</sup>

O sistema parlamentarista, mostrou-se incapaz de atender às demandas sociais e econômicas do país, pois o Conselho de Ministros e o Presidente não raro divergiam<sup>185</sup>, prejudicando a tomada de decisões que a realidade do país exigia. Em janeiro de 1963, após uma derrota fragorosa nas urnas<sup>186</sup>, o parlamentarismo foi revogado, devolvendo plenos poderes ao Presidente da República, como outorgava a Constituição de 1946.

Recuperados os plenos poderes, João Goulart voltou sua atenção para a situação econômica do país no intuito de solucionar a crise<sup>187</sup> então instalada. Eram muitos os problemas a ser sanados: inflação galopante, estagnação e mesmo regressão do crescimento, perda do poder aquisitivo dos assalariados, crise na produção de alimentos, desemprego e evasão de capitais. Para tanto, anunciou um audacioso plano, elaborado pelo economista Celso Furtado (que na época ocupava a Pasta do Planejamento), denominado: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social<sup>188</sup>: 1963-1965. Todavia, ao final do primeiro semestre de 1963 o

<sup>184</sup> Sobre a atuação dos gabinetes, veja-se: CARONE, Edgard. *A república Liberal – evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985, p.186-190. ROCHA, Francisco Brochado da. *Falando ao Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1964.

<sup>185</sup> "(...) No seu discurso de 1º de maio [1962], em Volta Redonda, Goulart chamou sobre si a fúria dos conservadores. Embora, não explicitamente, Jango se opôs à forma moderada e conciliadora pela qual o Gabinete Tancredo Neves vinha encaminhando o debate do anteprojeto de Reforma Agrária de autoria do Ministro da Agricultura, o conhecido usineiro pernambucano Armando Monteiro (PSD)". TOLEDO, 1982, p.31.

<sup>186</sup> O pleito foi realizado no dia 06 de janeiro de 1963. Dos 12,3 milhões de votantes 9,5 milhões responderam não ao parlamentarismo.

<sup>187</sup> Sobre a situação econômica do país nesse período ver: OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Caio Navarro de Toledo (Org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p.23-28. SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. Tomo III, vol. 4. Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.: VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de Base e a política nacionalista de desenvolvimento – de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980. PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

<sup>188</sup> Sobre o Plano Trienal (suas propostas, posição dos trabalhadores e capitalistas e conseqüente fracasso), ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p.91-113.

plano já esboçava sinais de fracasso e “o governo Goulart passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira das Reformas de Base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral, etc)”.<sup>189</sup>

As Reformas de Base foram apresentadas como caminho indispensável para o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro<sup>190</sup>. Também deveriam servir para abrandar as tensões sociais acumuladas ao longo de décadas e que se manifestavam em conflitos cada vez mais freqüentes<sup>191</sup>. Nesse ínterim, a reforma agrária figurou como um dos Tendões de Aquiles do Governo Goulart. Pois, se por um lado, a efetivação da reforma agrária era justificada na necessidade de aumento da produção de alimentos, de matérias-primas para indústria, bem como de um mercado consumidor de bens manufaturados, por outro lado, ela deveria dar conta da situação convulsiva estabelecida entre os trabalhadores rurais, que não aceitavam mais ações paliativas na solução dos problemas do campo. A profundidade das reivindicações dos trabalhadores rurais nesse período foram expressas nas resoluções tomadas no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte em 17 de novembro de 1961. O documento explicitou o tipo de reforma agrária que almejavam.<sup>192</sup> Embora o teor do documento e as conseqüentes resoluções tomadas evidenciassem a influência dos comunistas<sup>193</sup>, não podemos deixar de atentar para a significância desse evento quando, pela primeira vez na história do Brasil, se presenciou a reunião de uma camada antes totalmente segregada da cena política do país. Também merece

---

<sup>189</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Caio Navarro de Toledo (Org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.p.35.

<sup>190</sup> As discussões sobre o desenvolvimentismo contemplam uma bibliografia ampla, mas merecem destaque nesse período as obras de Celso Furtado.

<sup>191</sup> Conforme Daniel Aarão Reis Filho nesse período da história brasileira configurou-se um quadro em que “as instituições políticas pareciam incapazes de conciliar os interesses dominantes e canalizar em ordem as pressões e a insatisfação dos dominados”. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.21.

<sup>192</sup> Veja-se Anexo 3: Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

<sup>193</sup> Sobre a atuação dos comunistas nesse período ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. PANDOLFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o golpe. In: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina. (orgs). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. A autora analisa a atuação do Partido Comunista Brasileiro no período que precede o golpe, enfatizando a parceria realizada por este partido que apesar de atuante estava na ilegalidade com o PTB.

menção o fato do Presidente João Goulart ter visitado esse congresso e manifestado apoio às reivindicações dos trabalhadores rurais.<sup>194</sup>

Por conseguinte, ainda que a temática da reforma agrária não fosse uma novidade no plano de governo de João Goulart, tendo sido exposta inclusive em sua campanha eleitoral<sup>195</sup>, bem como, em suas manifestações públicas ao longo da experiência parlamentarista<sup>196</sup>, foi somente a partir de 1963 que o governo passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira da reforma agrária, juntamente com as

---

<sup>194</sup> Veja-se parte do discurso proferido por João Goulart nessa ocasião. In: CARONE, 1985, p.190-191.

<sup>195</sup> João Goulart preconiza reformas constitucionais: Reforma agrária, proteção aos assalariados e melhor distribuição de renda aos estados. *Correio do Povo*, 22/03/1959, p.64, contra-capá.

<sup>196</sup> Presidente da República em Santos: reforma agrária só poderá ser feita mediante o pagamento justo das terras. RIO (CP): Ao inaugurar ontem a nova sede do Sindicato dos Portuários de Santos, o presidente João Goulart pronunciou um discurso ratificando tudo quanto dissera no dia 1º de maio ao falar em Volta Redonda na festa comemorativa do dia do Trabalho: mais uma vez acentuou a necessidade de reformas de base dizendo que o povo não erra ao reclamá-las (...). Destacando algumas reformas que preconiza, disse que a reforma agrária interessa à tranqüilidade e a paz social do país e não poderá ser obtida sem a modificação dos textos constitucionais porquê na forma da Constituição as desapropriações só podem ser feitas mediante o pagamento justo da terra e a antecipação do valor justo ditado para a terra. E acentuou: “Assim, não podemos fazer a reforma agrária se o país for obrigado a despende quantias fabulosas, para aquisição de terras e pagar preços que, sirvam não para ajudar o operário, mas para enriquecer os latifundiários”. Não defendia a desapropriação de terras, acha apenas que se deve, pagar ao proprietário valor á altura daquilo que se pode pagar e que o pagamento seja feito à longo prazo e em títulos da União, para que a inflação não leve o país a revolução. *Correio do Povo*, 15/05/1962, p.14..

Presidente João Goulart defendeu na Paraíba a urgência da reforma agrária RIO, 30 (CP) – Afirmado que a “reforma agrária é um imperativo do trabalhador” e que “ela não irá transformar o trabalhador em proprietário e o proprietário em trabalhador, mas visará, principalmente, ao bem-estar de todos, o presidente João Goulart dirigiu-se a uma multidão que se aglomerava nas cercanias do Palácio da Redenção, em João Pessoa, Paraíba, liderada por camponeses que agradeciam ao presidente suas atitudes firmes em favor da legalidade constitucional e da preservação das franquias democráticas”. Disse o presidente que as reformas de base são indispensáveis para evitar que o povo se rebele frisando que “chegou a hora de acabar com o latifúndio(...)”. “Chegou a hora de acabar com o latifúndio” disse o presidente João Goulart logo ao início do seu discurso, constantemente interrompido por aplausos da multidão, que a “mensagem ao povo paraibano é uma mensagem de fé por destinos melhores para a Nação. A seguir conclamando os trabalhadores a se manterem “em defesa da batalha pela emancipação nacional”, João Goulart ressaltou ainda os seguintes pontos: “Só as reformas de base poderão evitar a rebelião em nosso país. “Não me afastarei um centímetro na luta por uma reforma agrária brasileira, dentro do equilíbrio da paz, para que tenha fim o privilégio de poucos sobre o sacrifício de muitos. A Reforma Agrária que compreendo e prego e que o Brasil exige, visa a dar aos trabalhadores uma justiça social que os liberte da miséria e da fome”. (...) “Há necessidade urgente de ser aprovada a Reforma Agrária, que atenda aos interesses nacionais através do incremento da produção, mas principalmente que traga justiça social, propiciando a posse das terras àqueles que nela trabalham. Que o sentimento para a Reforma Agrária é geral principalmente por parte de todos os brasileiros que desejam um Brasil mais forte e desenvolvido, com a terra promovendo o bem-estar social dos que vivem e trabalham nos campos, fomentando a riqueza do país e não sendo por ela explorado e miserabilizado, como no momento acontece. Que sem a reforma constitucional que possibilite uma reforma agrária justa e que atenda ao interesse geral, não é possível realizar nada. A reforma agrária, disse ainda o presidente, é um princípio cristão que manda dar a terra aos que dela necessitam, e não um projeto de inspiração comunista, como alguns querem fazer crer à Nação, somente para intranqüilizar a família brasileira e sustar sua execução, que o Brasil realizará sua própria reforma agrária, isto é, uma reforma agrária nacional, e que não interessa importar reforma de outros países.” *Correio do Povo*, 31/07/1962, p.24”.

demais medidas que constituíam as chamadas Reformas de Base. Nestas, inseriam-se ainda, a Reforma Sindical, a Reforma Bancária, a Reforma Constitucional, Político-Partidária e Eleitoral, a Reforma Tributária Federal, o Plano Contra a Inflação, o Plano Trienal do Governo, a Autosuficiência Alimentar no Brasil, o Programa para a Produção de Energia, a Eletrificação Ferroviária, a Defesa dos Preços dos Produtos Exportáveis, a Dinamização da Zona Livre de Comércio e a Reorganização da Marinha Mercante Nacional)<sup>197</sup>.

Assim, em 23 de março de 1963, João Goulart apresentou ao Congresso um projeto que propunha a alteração do parágrafo 16 do Artigo 141 da Constituição Federal<sup>198</sup> de 1946. Tal projeto pretendia alterar a linha que previa o pagamento de indenização justa e prévia, em dinheiro, para as desapropriações por interesse público, por entender que este dispositivo da lei inviabilizava qualquer projeto de reforma agrária. O argumento utilizado por João Goulart ao propor a alteração da Constituição baseava-se no fato do Governo não contar com recursos necessários para efetuar o pagamento das desapropriações. Por isso, sugeriu que se possibilitasse o pagamento em títulos da dívida pública num prazo de 20 anos. A elaboração do projeto foi realizada pela Assessoria Técnica do Presidente, dirigida por um grupo de técnicos gaúchos. Em abril do mesmo ano (1963) o líder do PTB na Câmara dos Deputados apresentou ao Congresso o projeto de emenda constitucional onde eram revistos os pontos mais controvertidos do projeto inicial, quais sejam, forma de pagamento das desapropriações e abrangência das desapropriações, além de propor a desapropriação de áreas urbanas.<sup>199</sup>

A proposta governista resultou no apoio renovado<sup>200</sup> de grupos de esquerda e a ferrenha oposição do PSD e UDN<sup>201</sup>, bem como dos “proprietários rurais, setores

---

<sup>197</sup> Conforme dados do: Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, 10 v.

<sup>198</sup>ARTIGO 141 - CAPÍTULO II -*Dos Direitos e das Garantias individuais*: § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior. BRASIL. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

<sup>199</sup> Maiores detalhes sobre o assunto ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.113-128.

<sup>200</sup> Denominamos “renovado”, por que em vários momentos a chamada “esquerda negativa” (liderada por Leonel Brizola) havia divergido das ações tomadas por João Goulart (discordância quanto ao primeiro Gabinete chefiado por Tancredo Neves; tensões geradas nas negociações de Goulart no caso AMFORP – empresa expropriada por Brizola; na condução do Plano Trienal considerado um plano adequado as exigências dos EUA). Sobre o assunto ver: SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder. I- os protagonistas*. São Paulo: Global Editora, 1979. D'ARAÚJO,

da Igreja, congressistas liberais e conservadores, imprensa, etc., [que passaram] a denunciar a 'reforma agrária radical' cogitada, segundo eles por Goulart".<sup>202</sup> Vale ressaltar, que a oposição a esse projeto gravitava em meio ao temor de que essa primeira alteração da Constituição abrisse caminho para outras modificações na Carta Magna do país, pois os setores conservadores suspeitavam que João Goulart pretendia candidatar-se a Presidência da República no pleito de 1965, possibilidade que a constituição vigente naquela época não autorizava. Além disso, receavam que caso a reforma agrária fosse posta em prática, se invalidaria o estatuto da propriedade privada no Brasil. Igualmente, temiam a inserção de outras camadas sociais na clientela política, agora realimentadas pela eclosão de conflitos rurais<sup>203</sup> em busca da ocupação de terras.

Por fim, após incessante campanha dos partidos conservadores (PSD, UDN e PSP)<sup>204</sup> a emenda que tentava tornar viável financeiramente a Reforma Agrária foi derrotada em 08 de outubro de 1963<sup>205</sup>. Contudo, faz-se necessário frisar que

Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina. (orgs). Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1994, p.52-70. A autora expõe as várias dissensões do Partido Trabalhista Brasileiro e as dificuldades em manter uma homogeneidade, pois no seu entender essa homogeneidade nunca foi alcançada dificultando a atuação do partido em momentos de crise (período que antecede o golpe militar, por exemplo).

<sup>201</sup> Sobre a ação da UDN na cena política desse período ver: DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986. Ver também: TÁPIA, Jorge R. B. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil: 1945-1964*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, 1986.

<sup>202</sup> TOLEDO, 1982, p.31.

<sup>203</sup> Temática já tratada no primeiro capítulo desse trabalho.

<sup>204</sup> Quanto à posição dos partidos, cabe salientar que, embora conservadores, PSD e UDN contavam com alas progressistas: Ala Moça no PSD - condenava o anti-reformismo visceral de suas elites e apoiava as reformas de base e algumas propostas nacionalistas) e a ala Bossa Nova na UDN - defendia as reformas, a política externa independente, a lei de remessa de lucros, a democratização do ensino. Por seu turno, o PTB também não era homogêneo em sua composição pois, "apresentava-se dividido em duas facções: o grupo compacto (ou ideológico) e o grupo fisiológico. Enquanto o primeiro procurava manter uma linha de independência face ao comando populista de Goulart, o segundo aceitava sem a menor restrição, a política de conciliação do Presidente da República, que acumulava também a função de presidente nacional do PTB. Esta facção do partido postulava a realização de reformas sociais não radicais e, para isso, defendia uma maior aproximação com o PSD. Na formulação de San Tiago Dantas, tratava-se de uma esquerda positiva - construtiva, pragmática, não ideológica. Por seu lado, o grupo compacto, destacou-se por uma negação da tradicional política clientelística desenvolvida pela velha guarda petebista que controlava a burocracia sindical e a máquina da Previdência Social (...). Ao defender a realização de reformas de base de cunho radical e propugnar medidas político-econômicas de caráter anti-imperialista, o grupo compacto identificava-se com os demais setores da esquerda nacionalista brasileira." TOLEDO, 1982, p.71. Veja-se também: SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. - São Paulo : Alfa-Omega, 1976.

<sup>205</sup> Conforme o jornal *Correio do Povo* a emenda foi rejeitada com uma votação de 176 votos contra e 121 votos a favor da emenda constitucional que alteraria a forma de indenização de terras desapropriadas. *Correio do Povo*, 11/10/1963. p.4. Faz-se mister esclarecermos que a votação



durante os meses em que o projeto proposto por João Goulart tramitou no Congresso, inúmeras matérias foram publicadas nos jornais sugerindo um modelo ideal de reforma agrária. Seguidas de muitas manifestações dos setores conservadores que extrapolaram sua veemente contrariedade a qualquer alteração constitucional, como poderemos observar nas matérias jornalísticas que analisaremos a seguir.

### **3.2. A reação dos setores conservadores**

A oposição dos setores conservadores às medidas reformistas propostas por João Goulart constitui-se numa reação óbvia, em vista da composição extremamente conservadora da sociedade brasileira. Nesse sentido, muitos estudos sobre o período fizeram referência à ferrenha oposição empreendida pelos setores conservadores (em especial dos proprietários rurais) ao projeto de reforma agrária cogitado naquele período. Entretanto, entendemos que um exame mais detido das manifestações desses setores nos possibilitará dimensionar a gravidade da temática em questão. Sendo assim, devemos esclarecer que pretendíamos apresentar unicamente as manifestações do ruralismo brasileiro, mas, o exame das demais declarações (feita pelos outros setores) comprovou o conteúdo muito similar das mesmas, o que corrobora a tese defendida por muitos historiadores, a de que o setor industrial era com frequência intimamente ligado ao setor rural. Por essa razão faremos uso do conjunto dessas manifestações.

Para efeito de comparação, exporemos inicialmente as manifestações do ruralismo brasileiro, representados pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Confederação Rural Brasileira (CRB).<sup>206</sup> A esse respeito, são necessários alguns

---

ocorreu sob clima bastante tenso, em vista do pedido de estado de sítio realizado pelo presidente João Goulart. Segundo Caio Navarro de Toledo, “ não havia dúvida que o estado de sítio objetivava, imediatamente, a intervenção na Guanabara e a conseqüente derrubada do conspirador-mor da UDN [Carlos Lacerda].” Entretanto, este pedido gerou grandes insatisfações tanto entre os grupos conservadores (que temiam que João Goulart poderia dar um golpe aos moldes de Getúlio Vargas) quanto da chamada “esquerda negativa” liderada pelo deputado federal Leonel Brizola ( que viam o estado de sítio como uma ameaça às liberdades democráticas e aos movimentos progressistas). Maiores detalhes sobre a crise instaurada com o pedido de estado de sítio, veja-se: CARONE, 1985, p.197-200. FIGUEIREDO, 1993.p.131-136.

<sup>206</sup> Em se tratando da organização das entidades Argelina Cheibub Figueiredo nos esclarece: “ o sistema de representação corporativa estabelecido durante a década de 30 organizava suas

esclarecimentos sobre a origem e composição dessas duas entidades. Segundo Flávio M. Heinz, essas duas entidades, uma fundada em 1919 (SRB) e a outra (CRB) em 1951, disputavam “o reconhecimento de um estatuto de entidade nacional e o direito de falar em nome de uma agricultura brasileira”<sup>207</sup>. A primeira, radicalmente anti-varguista, contava com integrantes da UDN e com uma prática de permanente crítica à política social e fundiária do país. Enquanto a Confederação Rural Brasileira constituiu-se no modelo de sindicalização implementado pelo Governo Getúlio Vargas, de cunho situacionista, apesar de também contar com udenistas em seus quadros.<sup>208</sup> Além disso, o autor ressalta que:

“A Confederação Rural e suas associações encetaram para impor-se como instâncias legítimas de representação dos interesses da agricultura, sofrem reiteradas vezes uma oposição firme da Sociedade Rural Brasileira, organização de fazendeiros de extração regional, paulista, mas que evocava em nível nacional um passado ainda recente onde as elites rurais dispunham dos meios para controlar politicamente o estado e onde o seu poder não era passível de contestação da parte de outros grupos sociais. A SRB ainda era capaz de encarnar a recusa tipicamente elitista das mudanças sociais que abriram o caminho para o reconhecimento de novos atores no cenário político e constituíra-se numa entidade concorrente da Confederação Rural Brasileira.”<sup>209</sup>

Entretanto, segundo Flávio M. Heinz, apesar das diferenças, em alguns momentos estas duas entidades se aproximaram, fato que poderemos constatar

unidades constitutivas em uma estrutura vertical e hierárquica diferenciada funcionalmente de acordo com os setores de produção, e dotada, através do reconhecimento do estado, de monopólio da representação. Desta forma, a estrutura de representação sindical consistia em três níveis de organizações articuladas verticalmente de acordo com os setores de produção: no topo, as Confederações (do Comércio, Transporte, Indústria, etc.); no nível intermediário, as federações estaduais ligadas à confederação de seu setor correspondente; e, no nível inferior, os sindicatos estabelecidos sobre uma base territorial (municipalidade) e reunindo trabalhadores de uma categoria específica.” FIGUEIREDO, 1993, p.94.

<sup>207</sup> HEINZ, Flávio M. Região, patronato e política: apontamentos sobre a idéia de região nas políticas do patronato rural brasileiro (1945-1967). In: *História Tendências & Debates*, Passo Fundo, v.1, n.1, jun.1999.

<sup>208</sup> Flávio M. Heinz aponta outras características dessas duas entidades, quando diz que a Sociedade Rural Brasileira é “mais paulista, regional, logo menos brasileira, mais elitista e portanto mais representativa de um certo olhar lançado pelos fazendeiros sobre a sociedade rural, a SRB buscou consolidar uma representação orientada pelos valores da tradição, as ligações com grandes famílias rurais, a perpetuação do status quo no campo e o reforço do poder das elites agrárias no campo e na sociedade brasileira. Mais brasileira, uma vez que reunia membros das diferentes elites fundiárias e políticas regionais, a CRB aparece por sua vez menos rural no sentido que seus dirigentes se apresentam, quanto à estrutura de seu capital social, mais como personagens de destaque da política regional e nacional do que como proprietários fundiários.” Idem, p.2.

<sup>209</sup> HEINZ, Flávio M. Entre a fazenda e o plenário: os representantes do patronato rural na política brasileira dos anos 1940/1960. In: *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro, 1998.

logo abaixo pelo posicionamento que as mesmas tomaram diante da possibilidade da efetivação de um projeto de reforma agrária.

A matéria que segue diz respeito ao posicionamento da Confederação Rural Brasileira, quando ficam evidentes as razões primordiais das críticas ao projeto de lei que previa a efetivação da reforma agrária: direito à propriedade privada (em primeiro lugar), seguidos do medo do comunismo, do caos, da desordem, da demagogia. Sobretudo, chama a atenção o imperativo feito aos proprietários rurais, no sentido de que defendessem suas propriedades:

“COFERUBRA

Rio, 29 (CP) – O diretor secretário da Confederação Rural Brasileira sr. José Resende Peres, enviou ao presidente das Federações Rurais de todo país, um apelo para *mobilizar a classe agrícola* em favor da verdadeira reforma agrária. Afirma aquele líder ruralista: “Aproxima-se a passos rápidos o momento histórico em que o Congresso Nacional, pressionado pela demagogia, talvez se esqueça de que foi eleito para defender os princípios da democracia e não o ponto de vista dos inimigos da pátria”. Nunca se viu tanta ignorância com referência ao problema da reforma agrária. Militares, políticos profissionais, estudantes que não estudam e toda uma corte de oportunistas resolveram *extinguir o direito da propriedade no Brasil*, assegurado pela Constituição Federal. Assim, estão agindo contra o próprio espírito religioso de nosso povo, cristão em quase totalidade, de vez que o direito de propriedade é reconhecido pela Igreja. “ Todos reconhecemos que nossa agricultura precisa ser revitalizada (...). Mas dizer que a reforma agrária deve consistir em tomar terras dos que produzem, embora não sob o ritmo ideal, para entregá-las a trabalhadores – não preparados – não passa de uma pregação para entregar o Brasil ao *comunismo*, sabido que este só encontra meio favorável para afirmar-se dentro do caos, fome e desespero. Então, o caminho escolhido pelos agitadores é desorganizar o que deveria ser aprimorado. E após, falar sobre agricultura nos EUA e outros países, salientou: “ Esta é a grave conjuntura do momento. Preocupada com tanta demagogia, com perigos enormes que resultaram ao Brasil a aprovação do ante projeto nº 45, em má hora remetido ao Congresso, a Confederação sente-se no dever primordial de alertar os agricultores de todo Brasil. Trata-se talvez, de último apelo para que os ruralistas não se deixem abater de braços cruzados diante do inimigo. É um brado de alarma para que o chão que amamos, que nos foi legado por nossos maiores ou conquistado com o nosso suor, não seja criminosamente esbulhado.”<sup>210</sup>

---

<sup>210</sup> *Correio do Povo*, 30/04/1963, p.22. Grifo nosso.

Segue na mesma linha a posição da Sociedade Rural Brasileira, como podemos observar na notícia abaixo:

“Ruralistas planejam o combate à tentativa de Reforma Constitucional São Paulo, 3 (CP) – Em reunião realizada na sede da Sociedade Rural Brasileira, diversos líderes de entidades ruralistas acertaram planos para campanha contra a tentativa de reforma constitucional para consecução da reforma agrária. O presidente da entidade, sr. Flávio Pacheco, fez um relato sobre o problema, esclarecendo não ser contrário à reforma agrária, mas a uma providência que institua uma política agrária realística no País. Estavam presentes os srs. Íris Meimberg, presidente da Confederação Rural Brasileira; Marcos Machado Borges representando a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, embaixador Edmundo Barbosa da Silva, ex-presidente da IAA, além de diversos conselheiros e associados da Sociedade Rural Brasileira.(...) O sr. Flávio Pacheco fez relatório dos resultados de sua recente viagem ao Rio Grande do Sul, onde manteve contato com a FARSUL, que está inteiramente à favor da atitude da Sociedade Rural Brasileira, articulando o esquema de defesa da classe contra a emenda constitucional que derroga o *direito a propriedade*. Concluindo sua exposição, o presidente da SRB formulou apelo aos presentes para colaborarem através de suas entidades, em ação conjunta e final, no sentido de impedir a aprovação da reforma constitucional, para possibilitar uma reforma agrária desapropriando propriedades agrícolas com pagamento da dívida pública, a vinte anos de prazo.

A notícia continua sob o título “Manutenção das Instituições”:

Expondo a posição da entidade que preside, disse o sr. Íris Meinberg que está ativando e coordenando entre as Federações das Associações Rurais dos estados, um movimento pela manutenção das instituições, ao mesmo tempo que, em contatos pessoais, se dirige a deputados e senadores para que apoiem o objetivo.

Segue a notícia:

Quanto a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, o sr. Machado Borges anunciou que estava autorizado, em nome de sua diretoria, a manifestar solidariedade aos entendimentos da SRB, que vem combatendo aqueles que desejam a reforma da Constituição. Assim, segundo informou a SRTM realizará reunião de lavradores, em Uberaba, dia 6, para acompanhar a luta em defesa das instituições democráticas. No mesmo sentido, o sr. Severo Fagundes Gomes, Diretor do Departamento de pecuária de Leite da SRB, comunicou que a Associação Paulista de Criadores de Bovinos, da qual é presidente, endereçou telegramas a todos deputados da

bancada paulista e está providenciando outros tantos às Associações Rurais do estado para que integrem o movimento.”<sup>211</sup>

Nota-se o espírito solidário existente entre os latifundiários quando o assunto é defender seus interesses, deixando-se de lado todas diferenças. A similitude de idéias fica evidente na tônica dos pronunciamentos, onde o direito à propriedade privada é sempre colocado em primeiro lugar, seguido da manutenção da ordem e do medo do comunismo. A reunião anunciada pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, e que se realizou nos dias 06,07 e 08 de maio de 1963, contou com total apoio da CRB e resultou num manifesto no seguinte teor:

“(...) a SRTM vem manifestar ao povo sua total repulsa a toda e qualquer alteração no atual texto constitucional a pretexto de realizar-se no país uma reforma agrária. A justificativa para tal decisão é explicitada da seguinte forma:” A alteração da Constituição abrirá caminho à subversão do regime democrático. Manifesta, entretanto a classe rural seu apoio e sua colaboração à efetivação duma reforma agrária dentro da Constituição em vigor”.<sup>212</sup>

Da mesma forma, pronunciando-se através da Confederação Rural Brasileira, o presidente do Conselho Superior das Classes Produtoras (Nelson Calafate), afirmou que o “projeto em questão seria uma terrível arma de política nas mãos de qualquer governante, que teria poderes para expropriar toda e qualquer propriedade produtiva”. Sobre o apoio do Presidente da República a esse projeto acrescentou que “outros homens de boa fé serviram de biombo para iniciativas comunizantes”.<sup>213</sup>

Pelo visto, a solicitação feita pelos presidentes da Confederação Rural Brasileira (CRB) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), no sentido de que houvesse uma união dos “setores produtivos” contra a emenda constitucional teve pleno êxito. Pois, nos meses que se seguiram foram inúmeras as manifestações de repúdio à alteração da constituição advinda das mais diferentes localidades e setores conservadores. Além disso, as notícias evidenciaram que o próprio Presidente da CRB, Íris Meinberg, encarregou-se de averiguar se o projeto tinha ou não

---

<sup>211</sup> *Correio do Povo*, 04/05/1963, p.9.

<sup>212</sup> *Correio do Povo*, 10/05/1963, p.16.

<sup>213</sup> A matéria é finalizada anunciando a decisão da CONCLAP em enviar ao Presidente da República um memorial onde se expressariam os pontos básicos em que deveria se fundamentar a reforma agrária. Além de informar que numerosas manifestações de agricultores estavam chegando a CRB em decorrência da apreensão dos mesmos quanto a “propalada reforma agrária de caráter expropriativa e espoliativa”. *Correio do Povo*, 12/06/1963, p.16.

possibilidades de ser aprovado no Congresso através de contatos diretos com os parlamentares.<sup>214</sup> Também foi organizada, pela Confederação Rural Brasileira uma convenção de ruralistas no estádio Pacaembu em São Paulo, com o intuito de reafirmarem sua posição de contrariedade à emenda constitucional.<sup>215</sup>

Outra aproximação já indicada anteriormente ocorre na confluência de idéias entre o setor industrial do sul do Brasil com os proprietários rurais, ao se pronunciarem sobre o projeto proposto por João Goulart :

Memorial da indústria gaúcha ao Presidente da República

“Uma comissão representativa de industriais gaúchos integrada pelos senhores Plínio Kroeff, Jorge Johanpeter, Paulo Velhinho e Nedi Smith, representando a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, fez a entrega de um memorial ao Presidente João Goulart definindo pontos-de-vista e transmitindo apreensões quanto a evolução dos fenômenos que afligem o complexo sócio econômico.(...) Afirma que princípios como (...), *a garantia do direito a propriedade* constituem conquistas indefectivelmente ligadas a nossa civilização(..).Os homens ligados à produção industrial do extremo sul do país diz o documento – expressam a sua intranquilidade ante a maneira de agir do Governo Federal, no que diz respeito, ao equacionamento dos problemas nacionais: o primado das soluções de caráter político-partidário ou de grupos sobre as demais, geram um clima de desconfiança generalizado, entorpecedora, de novas iniciativas.(...) Afirmam os representantes da indústria do Rio Grande do Sul que o equacionamento desses problemas – reforma administrativa, reforma tributária, reforma agrária ou outros – vem dando cobertura a interesses inconfessáveis, preocupados mais em destruir a ordem vigente do que aprimorá-la, ressaltando a evidência que um organismo político avesso à evolução e que faz da estagnação o seu suporte, está fadado ao retrocesso ou a conturbações violentas(...)”<sup>216</sup>

Note-se, que a exemplo dos ruralistas, os industriais também fizeram a defesa da propriedade privada e a repetição do discurso anti-comunista, como justificativa para o veto ao projeto presidencial. Da mesma forma, podemos observar a convergência de interesses entre os setores comerciais e rurais,

“Classes comerciais contra o projeto de reforma agrária  
Rio, 23, (CP) – segundo comunicação recebida pela Confederação Rural Brasileira, o sr. Alberto de Paiva Garcia, presidente em exercício das

<sup>214</sup> Não sairia a anunciada reforma da Constituição. *Correio do Povo*, 30/05/1963, p.4..

<sup>215</sup> Convenções de concentração de ruralistas no Pacaembu. *Correio do Povo*, 16/06/1963, p.22.

<sup>216</sup> *Correio do Povo*, 15/01/1963, p.20. Veja-se também: Manifestações extremistas. *Diário de Notícias* 16/07/1963, p.4.(A matéria foi redigida por um importante empresário gaúcho A J. Renner), e ressalta seu temor em relação aos agentes do comunismo que promovem ações extremistas.

Associações Comerciais, representando os comerciantes brasileiros, enviou a todos os deputados sem distinção partidária ou ideológica, telegrama em que demonstra o alarma da sua classe com o teor de emendas à Constituição que, ameaça de total destruição o *direito de propriedade*, coluna mestra da democracia.

A matéria prossegue apontando as razões do alarma:

“(...) Para justificar o alarma oriundo da reforma constitucional proposto pelo Executivo Federal, a Federação das Associações Comerciais elaborou as seguintes razões: o direito a propriedade, base da democracia; destruído esse direito implanta-se o Estado totalitário, dono de tudo, inclusive do homem.”<sup>217</sup>

Outro elemento a ser ressaltado refere-se ao total empenho dos partidos conservadores em apoiar os interesses dos ruralistas, como podemos observar nas notícias que seguem:

“PSD e UDN preparam obstrução do projeto de Reforma Agrária SP (30) - O deputado Armando Falcão, em conferência pronunciada na sede da Sociedade Rural Brasileira denunciou a infiltração de elementos comunistas nos altos comandos da administração federal e mesmo na acessoria do Presidente da República e criticou o projeto de reforma agrária encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional. Disse que o documento é a preparação da *comunização* do Brasil por via legal (...). Acentuou que não é um homem obcecado pelo anticomunismo e nem é fascista, mas que não tem medo de ser chamado de reacionário por combater a reforma agrária nos moldes em que se pretende realizá-la. Alertou os lavradores paulistas para que atentem para a pressão que o Comando Sindical está preparando sobre o Congresso Nacional, através de greves e de caravanas a Brasília.”<sup>218</sup>

A posição dos partidos conservadores explicita-se de forma mais clara, em um artigo encomendado,

“A pedido  
Ao Rio Grande  
O PSD, o PL, o PDC, o PRP, a UDN e o PSP, fiéis aos ideais que os inspiram e aos propósitos que perseguem com a ação política, após detido exame da situação nacional, exprimem as suas apreensões ante as freqüentes tentativas que vem sendo feitas, por setores facilmente

---

<sup>217</sup> *Correio do Povo*, 24/04/1963, p.16. Grifo nosso. O posicionamento do Presidente das Associações Comerciais de Porto Alegre mostrou-se idêntico ao paulista.

<sup>218</sup> *Correio do Povo*, 31/03/1963, p.48. Grifo nosso.

identificáveis, no condenável empenho de gerar a intranqüilidade, para implantar no país a desordem e o caos. Está se pretendendo convulsionar a Nação para substituir o regime de liberdade pela opressão. Quer se repetir aqui o triste exemplo da *desventura de Cuba*. Procura-se desmoralizar o Congresso, levar a cizânia e a indisciplina ao seio das Forças Armadas, criar órgãos espúrios, para arrastar, pela coação, o operariado à anarquia e à luta. Exalta-se a *sanguinária loucura fidelista*, como modelo a ser, entre nós imitado. (...) Insiste-se na *abolição da propriedade privada* – princípio básico de toda a democracia – e combate-se a livre iniciativa (...). Os partidos políticos que ao longo de sua existência tem lutado pela manutenção das franquias democráticas, ao externarem suas apreensões pelo momento em que estamos vivendo, dirigem-se a todos os seus correlegionários para alertá-los, concitando-os a permanecerem vigilantes, não permitindo que a campanha de ódio e de subversão que está em curso, arquitetada e dirigida pelos extremistas, atinja seus sinistros objetivos.(...).”<sup>219</sup>

Novamente identificamos o recurso aos mesmos argumentos, quais sejam, a defesa da propriedade privada, o discurso anti-comunista . E, no caso da matéria encomendada (A pedido) pelos partidos conservadores, utiliza-se a tática de comparar o projeto de reforma agrária proposto pelo Governo com a “*desventura de Cuba*” e a “*sanguinária loucura fidelista*”.

Do mesmo modo, necessitamos salientar que alguns estados da Federação posicionaram-se de forma mais veemente, como foi o caso do Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. A Federação dos Agricultores do Estado do Rio Grande do Sul convocou seus associados para uma reunião extraordinária, com o fim de posicionarem-se oficialmente em relação ao projeto que previa alteração da Constituição.<sup>220</sup> A Nota Oficial<sup>221</sup> emitida pela FARSUL foi entregue em mãos, aos parlamentares no Congresso Nacional por uma comissão especialmente escolhida durante a reunião de Diretoria e Conselho Deliberativo da FARSUL. Outra cópia foi entregue pessoalmente a João Goulart pelo presidente da FARSUL na época professor Antônio Saint Pastous de Freitas.<sup>222</sup> Vale ressaltar, que o documento gerou tensões entre a entidade e alguns latifundiários do Estado, que se manifestaram descontentes com o teor da Nota, considerada muito amena, em

<sup>219</sup> *Correio do Povo*, 17/04/1963, p.16.

<sup>220</sup> Vale ressaltar, que durante o governo Leonel Brizola a FARSUL já havia se posicionado em relação ao modelo de reforma agrária que consideravam correto, quando explicitaram as proposições durante um Congresso realizado em Santa Maria nos dias 06 e 07 de janeiro de 1962. Ver Anexo 4 : *Diário de Notícias*, 18/01/1962, capa.

<sup>221</sup> A reunião foi realizada no dias 27 e 28 de maio de 1963. Ver Anexo 5:Nota Oficial da FARSUL.



especial o 3º parágrafo<sup>223</sup>. No entanto, apesar da aparente tranqüilidade da Diretoria da FARSUL em relação às decisões que o Congresso pudesse tomar, não se dispensou o *lobby* entre os parlamentares.<sup>224</sup> Além do mais, com o correr do processo e a possibilidade da execução da reforma agrária, o tom das declarações dessa entidade se modificou.<sup>225</sup>

Por seu turno, a reação dos proprietários mineiros foi ainda mais contundente, uma vez que os ruralistas do Triângulo Mineiro lideraram a reação à reforma constitucional<sup>226</sup>, de certa forma prenunciando a posição reacionária no golpe militar de 1964. No dia 07 de julho de 1963 o jornal *Correio do Povo* publicou a chamada “Carta de Sete Lagoas”, na qual os líderes da Associação Rural do Centro de Minas pronunciaram-se de forma incontestada contra a alteração constitucional, revelando novamente a disposição “de luta contra a cubanização do Brasil”.<sup>227</sup> O presidente das Associações Rurais de Minas Gerais (Josaphat Macedo<sup>228</sup>) participou da organização de uma concentração de fazendeiros, realizada no dia 29 de setembro na cidade de Poços de Caldas. Esta concentração contou com a presença dos governadores da Guanabara (Carlos Lacerda), de São Paulo (Adhemar de Barros) e

<sup>222</sup> FARSUL transmite ao presidente o pensamento dos ruralistas gaúchos. *Correio do Povo*, 09/06/1963, p.52.

<sup>223</sup> Veja-se íntegra da Nota Oficial da FARSUL. (Anexo 5)

“Nota oficial da FARSUL foi recebida com restrições na zona da fronteira”. *Correio do Povo*, 19/06/1963, p.7. Além do Conselho Deliberativo da FARSUL, também se manifestaram várias Associações Rurais do Estado, que a exemplo de sua entidade máxima também enviaram correspondências ao Congresso Nacional manifestando seu desacordo com o projeto de reforma agrária. Ver Anexo 6: *Correio do Povo*, 16/05/1963, p.18.

<sup>224</sup> O clima de intranqüilidade vivido durante a década de 1960, foi registrado no livro comemorativo dos 70 anos da FARSUL, sob o significativo subtítulo “Atravessando os turbulentos anos 60. HELENA, Heraclides Santa. *Farsul: 70 anos (1927-1997)*. Porto Alegre, Gráfica Pallotti. 1997. Outro elemento demonstrativo do alarma causado entre os ruralistas gaúchos foram as convocações de reuniões extraordinárias para tratar especificamente do assunto reforma agrária. A exemplo do que ocorreu na publicação do dia 15 de junho de 1963, convocando para uma reunião a realizar-se no dia 22, onde constava Ordem do dia : reforma agrária. *Correio do Povo*, 15/06/1963, p.16.

<sup>225</sup> Ver Anexo 7: *Diário de Notícias*, 15/06/1963, p.7 e *Correio do Povo*, 01/09/1963, p.24.

<sup>226</sup> “Rio, 6 (CP) – Líderes rurais de todo país, preocupados com a agitação demagógica em torno da reforma agrária, estão dispostos a fortalecer a união da classe para a defesa do direito de propriedade e instituição de uma corajosa política agropecuária. A Confederação Rural Brasileira deu agora seu apoio à idéia do grupo de ruralistas do Triângulo Mineiro para a criação de uma campanha nacional em defesa da reforma agrária democrática a fim de evitar uma lei inócua e contraproducente, no sentido socialista ou comunista. Na cidade de Uberaba, está reunida, em caráter permanente, a comissão para executar a campanha naquela importante região do País.(...)” *Correio do Povo*, 07/06/1963, p.16. Cinco dias depois o assunto volta às manchetes: Agricultores mineiros não querem emenda na Constituição. *Correio do Povo*, 12/06/1963, p.7.

<sup>227</sup> Ver íntegra da notícia, Anexo 8: *Correio do Povo*, 07/07/1963, p.52.

<sup>228</sup> Sobre a atuação de Josaphat Macedo na organização dos fazendeiros mineiros ver: STARLING,, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

outros representantes dos interesses conservadores (Amaral Neto, Armando Falcão<sup>229</sup>, Abel Rafael). Vale lembrar, que o setor latifundiário mineiro já havia se pronunciado contra a efetivação da reforma agrária, por ocasião da realização do I Congresso dos Lavradores que foi realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte. Segundo Heloisa Maria Murgel Starling, vários elementos contribuíram para que o setor latifundista mineiro se opusesse de forma tão ferrenha à proposta janguista. Entre eles podemos citar: alta concentração fundiária no estado, grandes propriedades dedicadas à pecuária de corte, pouco interesse em contribuir na produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, existência de regimes de trabalho (meia, terça, parceiros, meeiros e grileiros) que favoreciam a tensão entre o setor proprietário e os camponeses.<sup>230</sup>

Os proprietários rurais de Goiás, pronunciaram-se igualmente através da “Carta de Goiás”, na qual denunciavam a iminente formação de uma República Sindicalista no Brasil.<sup>231</sup> O manifesto foi endossado pelas demais classes produtoras de Goiás, além da Sociedade Goiânia de Pecuária, Federação das Associações Rurais e demais entidades de classe que congregavam a maioria dos ruralistas da região, advertindo para a possibilidade de implantação do regime comunista no país.<sup>232</sup>

Do mesmo modo, pronunciaram-se os usineiros de Pernambuco, tendo feito duras críticas ao Presidente João Goulart, por este ter participado de comícios ao lado de Gregório Bezerra “comunista processado” (conforme designação do Correio do Povo) que pregava a reforma agrária “na marra, no cacete e na bala”.<sup>233</sup>

A exemplo de outros fazendeiros do país, o Presidente da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco (Armando Monteiro Filho) convocou reunião com os demais proprietários da região com o intuito de adotarem medidas em defesa de suas usinas de açúcar que, segundo eles, estariam sendo ameaçadas pelos movimentos camponeses. Além disso, avisaram ao Presidente que se este não tomasse providências, adotariam medidas para garantir a propriedade privada.<sup>234</sup> Os

---

<sup>229</sup> A convite da FARSUL, também presente, discursando, em um churrasco no Parque de Exposições Menino Deus em Porto Alegre. *Diário de Notícias*, 04/09/1963, p.3.

<sup>230</sup> *Idem*, 1986.p.250-251.

<sup>231</sup> *Correio do Povo*, 22/08/1963, p.18.

<sup>232</sup> Ver a notícia na íntegra, Anexo 9: *Correio do Povo*, 30/08/1963, p.16.

<sup>233</sup> Usineiros de Pernambuco pedem garantias a Jango. *Correio do Povo*, 24/10/1963.p.5.

<sup>234</sup> Muito grave a situação em Pernambuco: Classes produtoras assentarão medidas para garantir a propriedade privada. *Correio do Povo*, 27/10/1963, p.52.

proprietários Rurais de São Paulo também ratificaram as posições de seus companheiros, convocando os mesmos para formação de uma frente nacional contra o caos e a desordem.<sup>235</sup>

Muitos governadores de estado também tiveram forte participação na oposição ao projeto janguista. O governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros condenou a reforma da Constituição em discurso proferido na cerimônia de encerramento da IV Exposição Feira de Gado Leiteiro e de Cavalos de Manga Larga e Campolina.<sup>236</sup> Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais), por sua vez, assegurou que “a reforma constitucional foi propositada e maliciosamente interpretada como instrumento para violação ou supressão do direito à propriedade”. Tendo acrescentado ainda, que a reforma agrária “deveria ser realizada pelos estados com o auxílio do governo federal”.<sup>237</sup> O governador do Estado do Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti), ainda que de forma mais sutil, também teceu críticas ao projeto apoiado por João Goulart, tendo denunciado a situação de intranquilidade vivida e solicitado a pacificação do país.<sup>238</sup>

Como podemos observar pelas manifestações acima, todo o período de tramitação do projeto que previa a alteração da Constituição para possibilitar a efetivação da reforma agrária foi perpassado por intensa oposição, não só dos proprietários rurais como dos demais setores ditos produtivos e partidos afins, descortinando ainda mais a sanha reacionária dos grupos dominantes de nosso país que preferiram abrir mão da democracia em nome da proteção à propriedade privada e a manutenção de seu *status quo*.

Além disso, ficou evidente que o uso de comparações entre o modelo de reforma agrária proposto por João Goulart com o modelo cubano<sup>239</sup>, tinha como objetivo alarmar ainda mais os grupos conservadores. É necessário frisarmos que o período em que se realizou a reforma agrária de cunho mais radical<sup>240</sup> em Cuba,

---

<sup>235</sup> Ver Anexo 10: *Diário de Notícias*, 16/05/1963, p.5.

<sup>236</sup> São Paulo se oporá a ação subversiva. *Correio do Povo*, 04/06/1963, p.7.

<sup>237</sup> Diz M. Pinto: reforma agrária deve ser executada pelos estados. *Correio do Povo*, 22/06/1963, p.7.

<sup>238</sup> Carta de Meneghetti ao Presidente da República. Estado não participa de blocos que agravam a situação do país. *Correio do Povo*, 18/08/1963, p.48.

<sup>239</sup> Ver Anexo 11: *Diário de Notícias*, 30/07/1963, p.4.

<sup>240</sup> Diz-se de cunho mais radical, porque a primeira Lei de Reforma Agrária de Cuba promulgada em 17 de maio de 1959, tinha como objetivo retirar as terras das mãos dos grandes monopólios estrangeiros e da oligarquia latifundiária, tendo estabelecido juridicamente que: “ a) a expropriação de toda a grande propriedade de terra que fosse superior a 30 caballerias (400 hectares); b) a entrega da terra sem retribuição, aos colonos, subcolonos, arrendatários e indivíduos que nela trabalhassem, se sua extensão não fosse maior que 2 caballerias (26,8 hectares). As parcelas com mais de 2

com limitação do tamanho das propriedades particulares em 5 *caballerias* (cerca de 67 ha) e estatização das demais propriedades, ocorreu em período concomitante ao das discussões no Congresso Brasileiro.

Nesse sentido, merece menção a reação dos setores conservadores em Cuba, às primeiras desapropriações efetivadas pelo governo revolucionário de Fidel Castro, ainda em 1959. Observa-se de imediato, que se comportaram de forma idêntica aos setores conservadores brasileiros, utilizando-se inclusive do mesmo tipo de discurso, conforme notícia divulgada pela Associated Press:

A oposição ao programa de reforma agrária do primeiro ministro Fidel Castro parece aprofundar-se, enquanto o chefe do governo estuda pessoalmente a exigência de modificação do plano apresentado por 500 pequenos latifundiários do extremo ocidental de Cuba. A Associação Nacional de Criadores de Gado, reunida em Havana, emitiu uma resolução opondo-se a reforma e solicitando modificações antes que a publicação oficial do plano se transforme em lei. (...) A Associação dos Criadores de Gado em sua resolução disse que a lei de reforma agrária era um ataque contra os princípios fundamentais da Constituição de 1940, *uma violação dos direitos de propriedade privada e uma ameaça à segurança da economia nacional.*(...).<sup>241</sup>

É interessante observar que assim como os latifundiários brasileiros, o setor latifundiário cubano também utilizou-se da tática de emitirem sua opinião a respeito de uma “reforma agrária apropriada” através de um documento entregue em mãos às autoridades superiores (no caso cubano – a Fidel Castro). Além de usarem o conhecido argumento da defesa do direito à propriedade privada.

Nesse ínterim, podemos perceber também a exacerbação da cobertura jornalística em relação as Ligas Camponesas, na qual deu ênfase à pretensa ligação

---

caballerias e até 5 caballerias, teriam que ser pagas pelos camponeses;c) a conservação da propriedade da terra das parcelas médias e pequenas com uma extensão de 5 a 30 caballerias (de 67 até 400 hectares);d) a criação, para a realização da reforma e organização das terras dos proprietários, de um órgão especial: o Instituto Nacional para a Reforma Agrária (INRA).”ROJAS, Iliana & RAVENET, Mariana & HERNÁNDEZ, Jorge. A reforma agrária e o desenvolvimento em Cuba. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.6,nº 12,mar.ago.1986, p.27-46.

<sup>241</sup> MILKS, Harold K. A oposição ao programa de reforma agrária do primeiro ministro Fidel Castro parece ganhar maior alento. *Correio do Povo*, 02/06/1959, capa.Grifo nosso.

de Francisco Julião com Cuba.<sup>242</sup> Além disso, faz-se necessário registrar que a campanha de oposição à efetivação da reforma agrária não cessou com a desaprovação do projeto que previa a alteração do parágrafo 16 do Artigo 141 da Constituição, tendo se arrastado até os dias finais do governo João Goulart.

### 3.3. A ante-sala do golpe militar de 1964

Os meses que sucederam a derrota do projeto janguista no Congresso Nacional (08/10/1963) foram marcados pelo acirramento da oposição dos setores conservadores ao governo João Goulart, concomitante ao ápice dos movimentos reivindicatórios no campo, que voltaram à cena impulsionados pela promessa de desapropriação de terras improdutivas<sup>243</sup>.

Vale recordar que, com o fracasso do Plano Trienal, João Goulart passou a pensar as reformas não apenas como forma de dinamizar o desenvolvimento econômico do país, mas também como medidas redistributivas essenciais para a diminuição das desigualdades sociais em que o país se encontrava (sobremaneira pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais que ainda não contavam com nenhuma assistência do Estado), num esforço de amainar a tensão entre as camadas despossuídas que passaram a almejar uma maior participação política.

Dessa forma, podemos compreender a ênfase dada à reforma agrária pelo Presidente Goulart em seu plano de governo. Entretanto, esta postura em relação às políticas sociais gerou críticas freqüentes à sua administração, que se tornaram ainda mais acentuadas pela constante pregação anti-comunista que vinculava gestos administrativos corriqueiros a ações subversivas<sup>244</sup>, ainda que estas

---

<sup>242</sup>Veja-se: *Diário de Notícias*, 24/04/1962, p.4; *Diário de Notícias* dos dias:15/12/1962, capa;03/01/1963.p.4(editorial);11/01/1963,p.2;16/02/1963,capa;15/03/1963,capa;02/06/1963,p.6;13/08/1963, capa;

<sup>243</sup> Muitos autores identificam nas ações finais do presidente João Goulart evidências de que este não tinha outra saída a não ser radicalizar suas ações, num último esforço de adquirir apoio das forças ditas de esquerda, pois as tentativas de conciliação entre os dois pólos (esquerda e direita) haviam fracassado. FIGUEIREDO, 1993. TOLEDO, 1982.

<sup>244</sup> Além disso, segundo Maria Celina D'Araújo, a radicalização dos setores conservadores em relação à política do PTB e, nesse caso, de João Goulart, era em muito acentuada devido ao "pânico acerca de uma participação popular, o temor em relação ao avanço da esquerda e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso uma intervenção rápida e eficaz não fosse efetuada." D'ARAÚJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: 21

constituíssem meras atividades diplomáticas, rotineiras à gestão política de qualquer país. Exemplo elucidativo desse processo foi o alarme criado por ocasião da visita do Presidente da Iugoslávia Tito ao Brasil em outubro de 1963. A presença do Marechal Tito no país serviu como possível prova de que o presidente estaria guinando para o comunismo. Vários setores da sociedade se posicionaram nesse sentido, como foi o caso do ruralismo gaúcho. O exame de uma carta endereçada ao presidente da FARSUL – Oscar Carneiro da Fontoura - por um grupo de croatas radicados no Brasil nos permite inferir a utilização de fatos aparentemente sem significância que após terem recebido um tratamento exagerado da imprensa em geral, tornaram-se um “cavalo de batalha”:

“Sensibilizados e verdadeiramente emocionados, temos a satisfação de vir à presença de V. Exci<sup>a</sup>. para manifestar em nome dos croatas – cerca de um milhão de refugiados pelos quatro continentes do mundo livre – nossa mais sentida gratidão, pela sua valorosa, patriótica e corajosa atitude contra a visita do sanguinário e criminoso, déspota comunista, Tito, ao Brasil. Protestos e atitudes como essa assumida por Vossa Exci<sup>a</sup>. constituem para nós croatas a mais bela solidariedade que aspiramos. Os verdadeiros democratas e cristãos não poderiam calar as vozes, quando um tirano aventureiro transformado por Moscou em conquistador dos povos pacíficos, vem ao Brasil, numa verdadeira afronta aos tradicionais ideais do povo brasileiro. A existência de pessoas como Vossa Exci<sup>a</sup>. no Brasil impedirá, temos certeza que o extermínio de mais de quinhentas mil pessoas seja repetido, para a implantação do regime vermelho. A Providência Divina não permitirá nova edição do domínio servo-comunista, como no artificial Estado chamado Iugoslávia. (...) Subscrevendo-se os croatas radicados no Brasil reafirmam sua confiança no futuro livre do povo brasileiro.”<sup>245</sup>

Tenha-se presente, que apesar de todas as acusações feitas pelos setores conservadores ressaltando as intenções comunizantes do presidente, em diversos momentos João Goulart titubeou entre a “direita” e a “esquerda”. Tal procedimento ficou evidente logo após a derrota do projeto parlamentar que previa a efetivação da reforma agrária via alteração constitucional em outubro de 1963, quando o presidente tentou retomar negociações políticas e parlamentares com o PSD no intuito de chegarem a um acordo com relação à reforma agrária<sup>246</sup>. Segundo Caio

---

*anos de regime militar: balanços e perspectivas*. SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina. (orgs). Rio de Janeiro: Editora da fundação Getulio Vargas, 1994, p.53.

<sup>245</sup> *Correio do Povo*, 01/11/1963, p.10.

<sup>246</sup> Goulart criaria uma consciência agrária em lugar da reforma. *Correio do Povo*, 10/11/1963, p.56.

Navarro de Toledo, esta política conciliatória e em alguns momentos até ambígua de João Goulart gerou desconfiças tanto entre os setores da direita quanto da esquerda.<sup>247</sup>

Contudo, nos momentos finais de seu governo optou pela guinada para a esquerda. Segundo Argelina Cheibub Figueiredo, a opção de João Goulart em optar pela radicalização mesmo sabendo dos possíveis e até previsíveis resultados dessa escolha, foi mais um esforço de isolar a esquerda radical<sup>248</sup>. Além do mais, João Goulart tentou manter-se fiel à sua base de apoio, constituída pelas classes populares e trabalhadoras através do apoio a entidades como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e a PUA (Pacto de Unidade e Ação), como também apoiou a campanha pela extensão da legislação trabalhista ao campo, a não repressão às greves políticas e a campanha nacionalista com a denúncia da “espoliação imperialista”. Para tanto, Goulart contou com o apoio de uma Frente Progressista de Apoio as Reformas de Base, liderada por San Tiago Dantas, que foi criada com a finalidade de impedir a radicalização do crescente movimento conspiratório de direita contra o governo<sup>249</sup>. Nesse contexto, Goulart precisou optar entre duas possibilidades, ou cedia à pressão dos setores mais radicais e efetivava imediatamente as reformas, ou aceitava os limites impostos pelo PSD, efetivando reformas muito moderadas.

Ao final, após terem se esvaziado todas as alternativas de acordo com o PSD, João Goulart deu início a um processo de radicalização de seu governo. Uma das primeiras medidas tomadas nesse sentido foi a alteração de sua política em relação à reforma agrária, à qual conferiu um tom mais agressivo. Esta alteração da política agrária se evidenciou sobretudo após o anúncio do Decreto da SUPRA<sup>250</sup> que previa a desapropriação de terras localizadas dentro de um raio de dez quilômetros à margem de rodovias federais, ferrovias, barragens, projetos de irrigação e drenagem.

O anúncio desse decreto encetou as primeiras “gotas que fariam a taça transbordar”, pois as forças conservadoras utilizaram o prometido decreto da

---

<sup>247</sup> Ver: TOLEDO, 1982, p.59-60.

<sup>248</sup> FIGUEIREDO, 1993,p.198.

<sup>249</sup> Maiores detalhes sobre o assunto ver: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política:1961-1964*.São Paulo: Paz e Terra, 1993,p.143-151.

<sup>250</sup> A SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária foi criada em 1962 com o objetivo de centralizar as discussões sobre o planejamento e a implementação de uma política agrária.

SUPRA como mais uma “suposta prova” das inclinações comunistas do presidente. Do mesmo modo, o anúncio serviu como elemento de confluência de diversos setores da sociedade civil (rural, indústria, comércio, classe média, Igreja e imprensa), que se uniram numa campanha incessante de avacalhamento da administração janguista. A partir daí, as declarações em relação a João Goulart não se limitaram a críticas aos seus atos administrativos e declarações pejorativas, elas passaram a prenunciar sua deposição, caso não alterasse sua forma de governar. A deposição do presidente em exercício passou a ser anunciada como fato concreto, amparada na argumentação de que esta ação era inevitável em vista das tentativas comunistas de João Goulart e de sua simpatia para com Cuba. Essa constatação mostra-se evidente na notícia abaixo, datada de 18 de novembro de 1963 (três meses antes do golpe), enviada de Miami Beach (Flórida) pela agência de notícias Associated Press, por ocasião da cobertura de um encontro de pessoas ligadas à mídia:

“Conhecido diretor de jornal brasileiro prognosticou hoje que o governo do presidente João Goulart será deposto em breve”. A única esperança que o meu país tem é uma mudança de governo “, disse Julio Mesquita Filho, diretor do jornal O Estado de São Paulo, falando aos diretores da Sociedade Interamericana de Imprensa. Mesquita afirmou que Goulart está completamente rodeado de assessores que são comunistas ou comunizantes e que estão decididos a assumir total controle do país.” Essa gente está resolvida a que a Aliança para o Progresso não tenha êxito, disse Mesquita, e enquanto o Governo não for modificado, não existe porque conceder nova ajuda norte-americana ao Brasil. (...) O diretor do O Estado de São Paulo disse que o fim de Goulart poderá ocorrer violentamente, tal, como ocorreu com o ditador Getulio Vargas em 1945, ou mediante um movimento geral espontâneo.” Mesquita que chegou a esta cidade por via aérea, para apresentar seu informe, advertiu *sobre o perigo de o Brasil se converter em outro bastião comunista, como Cuba.* (...) Se o Brasil chegar a ter uma ditadura esquerdista, isto significaria a guerra atômica. Se chegar a ser estabelecida uma cabeça-de-praia russa no Brasil, os Estados Unidos terão que aceitar a guerra, ou então será o fim”. Mesquita aduziu: “Os minutos estão contados. Não há tempo a perder. O Brasil certamente é uma democracia. Nossos problemas são os mesmos dos Estados Unidos”.<sup>251</sup>

Segundo Otávio Dulci, a posição da imprensa em geral (com exceção do jornal Última Hora) em relação a João Goulart era negativa, tendo contribuído em

---

<sup>251</sup> *Correio do Povo*, 19/11/1963, capa.



muito para o processo de desmoralização de seu governo, através de um trabalho contínuo de seus colaboradores,

“A imprensa desempenhou, igualmente, papel de destaque junto à opinião pública. À medida que progredia a crise global do país e, especificamente, a deterioração do regime, os grandes jornais se colocaram vigorosamente contra Goulart e as esquerdas. Não se tratava mais apenas da opinião editorial de jornais tradicionalmente contrários ao varguismo, como O Estado de São Paulo, Diário de Notícias e Tribuna da Imprensa. Outros, cuja linha era variável, a eles se uniram: O Globo, Jornal do Brasil e a grande cadeia dos Diários Associados, influente sobretudo na esfera regional. (...) O controle da maior parte dos veículos de divulgação pelas correntes oposicionistas foi um instrumento poderoso de abalo do regime, pela capacidade de transmitir sua própria imagem do processo de crise e pelo clima de excitação e alarme que pode produzir.”<sup>252</sup>

Ainda segundo o mesmo autor, a conspiração contra o governo Goulart teve início com as elites empresariais do eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, tendo se espalhado pelo resto do país<sup>253</sup>. Acrescenta que a maioria delas faziam parte do IPES <sup>254</sup>:

“A oposição ativa de parcelas do empresariado vinha desde a ascensão de Goulart à Presidência. Tais núcleos puseram-se em contacto direto com os primeiros conspiradores militares e assumiram a tarefa de indispor a opinião pública com o governo, condição tida como indispensável à intervenção militar. Aos poucos, suas idéias se difundiram através das elites das demais regiões do país, atingindo mais tarde as classes médias. Participavam dos contatos os principais dirigentes das associações de classes, Associações Comerciais, Federações das Indústrias e da Agricultura, bem como do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP).”<sup>255</sup>

Ressalte-se, também, que o anúncio do decreto da SUPRA foi utilizado como forma de alarme da sociedade com freqüentes advertências em relação à iminente quebra do regime democrático e instalação de um governo nos moldes de

---

<sup>252</sup> DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986, p.200.

<sup>253</sup> Estes estados são apontados por vários autores como “cabeças” do movimento, fato que não exige a participação de outros estados na conspiração. Veja-se o posicionamento do governo gaúcho. Ver Anexo 12: *Correio do Povo*, 15/12/1963, p.56. Conclama Meneghetti: União das forças democráticas para combater os extremismos. Ver também: Meneghetti ao *Correio do Povo*: Governo não podia silenciar ante a pregação subversiva. *Correio do Povo*, 01/01/1964, p.26.

<sup>254</sup> DULCI, 1986, p.198.

<sup>255</sup> Idem, 1986, p.196.

Cuba. Como bem podemos notar no editorial publicado pelo Diário de Notícias em 22 de dezembro de 1963, intitulado “Baderna por decreto”,

“(...) a proposta da SUPRA faz transbordar o cálice. Implicaria tal decreto um lance guevariano ou maoísta. A União, por efeito de um simples papel de origem palaciana, se transformaria, da noite para o dia, na grande e quase única proprietária de terras deste País. Pois teria nas mãos as portas de entrada e de saída das melhores glebas nacionais. A ganhar vida legal, corresponderia o plano da SUPRA, a um artigo da Constituição que estabelecesse: só à União cabe o direito de propriedade de terras. Em verdade, a sugestão, contra a qual se ergue o senso comum nacional, seria uma *revolução castrista por decreto*. Aprovada, tornar-se-ia o Presidente da República o detentor de uma soma de poder político sem precedentes na história deste País.(...) Formar-se-iam nas estreitas faixas hordas de guerrilheiros proprietários que tornariam impossível a atividade dos donos-de-terra autênticos, vizinhos. Brigadas de agitadores, habilmente espalhados em posições estratégicas, portando títulos de propriedade de formal liquidez jurídica, desarticulariam legalmente, a economia agropecuária no Brasil. Isto é realizariam o grande sonho acalentado por todos os marxistas-leninistas caboclos: seccionar a carótida do sistema em que se funda a liberdade de iniciativa.(...). A manobra rural da SUPRA não ilude a ninguém: representa a liquidação do regime.”<sup>256</sup>

Desse modo, valendo-se da alegação de que as instituições democráticas do país estavam ameaçadas, sentiam-se, os opositores, no direito de exigir do Presidente da República que desse novos rumos à sua política. Caso contrário, seria deposto.<sup>257</sup>

A colaboração do setor latifundiário no processo golpista, por sua vez, evidenciou-se na postura adotada por seus integrantes, que não hesitaram em manifestar sua inconformidade em relação ao projeto de reforma agrária (decreto da SUPRA), tecendo recorrentes críticas à administração janguista. E, a exemplo do que ocorrera na primeira tentativa governista em aprovar o projeto de reforma agrária, o agrarismo brasileiro uniu-se para lutar pelos seus “direitos”.<sup>258</sup> Desencadeou-se então, no país, uma sucessão de manifestações por parte dos latifundiários, conclamando para a defesa da propriedade privada e da democracia, bem como da luta contra a deflagração de uma revolução comunista no país. A

<sup>256</sup> *Diário de Notícias*, 22/12/1963, p.4.

<sup>257</sup> *Diário de Notícias*, 21/12/1963, p.4. A opção.(editorial). Sobre a articulação das forças civis e militares para a detonação do golpe ver: CARONE, 1985, p.201-205.

Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul enviou novo telegrama ao Presidente da República com o seguinte teor:

“Doutor João Goulart, digníssimo Presidente da República, Palácio Alvorada, Brasília. O ruralismo rio-grandense, em memorável Congresso na Cidade de Santa Maria, em janeiro de 1963, fixou por unanimidade, ponto de vista favorável a uma reforma agrária racional e justa, em que fosse assegurado o *direito de propriedade* conforme, aliás, assegura a Constituição Federal. Nessas condições, o anunciado decreto que seria assinado por vossa excelência não somente viria contrariar esse princípio como o atingiria fundamentalmente uma vez que colocaria ao alcance de desapropriação, indiscriminadamente, imensas áreas de terras com e sem valor para agricultura ou pecuária, embora todas beneficiadas pela proximidade de rodovias, ferrovias e açudes. Para o objetivo de uma reforma agrária racional e justa, a medida não atingiria seus fins, antes o dificultaria, pelo natural tumulto que provocaria em todos os recantos do país. Esta Federação sente-se pois, no dever de manifestar a Vossa Excelência *a sua desconformidade ao mencionado decreto, uma vez que ele encerra flagrante e ostensivo desrespeito de propriedade*. Respeitosas saudações. Paulo Simões Lopes (vice-presidente em exercício).<sup>259</sup>

Do mesmo modo, a imprensa também colaborou na deflagração de um clima de intranquilidade ao publicar inúmeras matérias manifestando seu desacordo em relação à nova tentativa de efetivação da reforma agrária.<sup>260</sup> Outrossim, a situação agravou-se ainda mais a partir do anúncio da realização de um Congresso Sindical dos Trabalhadores da América Latina, que se realizaria no final de janeiro de 1964 na cidade de Belo Horizonte. Em vista da forte oposição dos setores conservadores mineiros e denúncias de que o evento fazia parte de atividades dos espíões de Fidel Castro.<sup>261</sup>, o mesmo foi transferido para a Guanabara. Do mesmo modo, reagiram os demais setores conservadores, endossando as críticas do setor latifundiário ao

---

<sup>258</sup> O presidente da Confederação Rural aconselha a união coesa da classe. *Diário de Notícias*, 27/12/1963, p.3.

<sup>259</sup> FARSUL repudia desapropriação: provocaria tumulto em todo país. *Diário de Notícias*, 04/01/1964, capa.

<sup>260</sup> Além de vários editoriais com conteúdo muito crítico em relação ao anúncio do decreto da SUPRA comparando-o com as medidas cubanas (Novo ensaio de reforma. *Correio do Povo*, 05/01/1964, p.4; Outras Cubas. *Correio do Povo*, 07/01/1964, p.4; Hora da definição. *Correio do Povo*, 24/01/1964, p.4; O decreto. *Diário de Notícias*, 18/01/1964, p.4), deu-se cobertura a vários incidentes no país como evidências de uma revolução comunista iminente. Tal como, a notícia publicada em 15/01/1964 que apontava a professora Héliida Costa (vice-presidente da Liga dos Camponeses de Bagé) como integrante do movimento revolucionário. Denuncia Antonio Pires em Bagé: Plano subversivo para agitar e conflamar o Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, 15/01/1964, p.18.. Ou ainda: Experts em guerrilhas levam pânico ao interior da Paraíba. *Diário de Notícias*, 03/01/1964, capa.

<sup>261</sup> Veja-se: Onda de protestos contra o congresso filocomunista. *Correio do Povo*, 24/01/1964, p.16; Espíões de Fidel Castro. *Correio do Povo*, 28/01/1964, p.4.

caracterizar o anunciado decreto da SUPRA, da seguinte forma: “Na opinião do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, as esquerdas reivindicam a constituição de um governo com o colorido delas.”<sup>262</sup> .

Indiferente às manifestações contrárias, João Goulart persistiu em seu firme propósito de lutar pelas reformas e expressou esse intuito na mensagem de final de ano (1963) ao país, quando reafirmou “(...) Não consentiremos que o reduzidíssimo número de latifundiários continue ocupando mais da metade da área total das propriedades privadas do país, nem que entre os 75 milhões de brasileiros apenas 3 milhões e 500 mil tenham o privilégio de ser proprietários rurais.” E anunciou: “Como Presidente da República posso assegurar que o governo não fugirá às responsabilidades dessa tarefa histórica e que tudo faremos para que o ano de 1964 seja o ano de início das reformas que servirão de base para a nossa definitiva emancipação econômica inspirada em princípios cristãos de justiça social.”<sup>263</sup> O conteúdo da mensagem foi repetido pelo Presidente por ocasião da assinatura de um convênio entre a SUPRA e as Forças Armadas, as quais auxiliariam o governo nos levantamentos fotográficos e topográficos das áreas a serem desapropriadas.<sup>264</sup>

Nos meses que se seguiram (fevereiro e março de 1964) as declarações e manifestações tornaram-se mais agressivas, com o uso repetitivo da alegação de que o país estava à beira da “comunização”, e que as conseqüências lógicas desse processo seriam o extermínio do direito à propriedade privada e das liberdades individuais, como teria ocorrido em Cuba. Matérias como a redigida por João Didonet Neto eram recorrentes – e recorrentes também os argumentos utilizados, como podemos observar no texto abaixo, intitulado “Reação à comunização do Brasil”:

“(...) É necessário, pois, urgente e inadiável, promover um movimento de idéias para traçar rumos certos para o Brasil, desarvorado, entregue aos agitadores; repudiar qualquer aliança com os comunistas e fazer com que os não comunistas se mantenham em faixa própria, sem qualquer conluio com os seguidores e amigos de Moscou, de Cuba, e de Pequim, defendendo uma ideologia e um programa que não se confundem com o marxismo-leninismo, inconciliáveis como são o cristianismo e o comunismo, segundo as encíclicas papais. Chegou o momento de opor reação definitiva à *comunização do Brasil*. (...) Entre aceitar o diálogo com os comunistas e aceitar suas idéias e defender seus interesses, como se

---

<sup>262</sup> *Correio do Povo*, 28/12/1963, p.8.

<sup>263</sup> *Correio do Povo*, 01/01/1964, p.18.

<sup>264</sup> Veja-se integra da notícia: *Correio do Povo*, 25/01/1964, p.18.

está fazendo no Brasil, vai uma grande distância. E se, em nosso país, a propaganda comunista não for contida de imediato, talvez já não seja possível qualquer resistência. (...) Mas as esquerdas pedem mais encampações. *É o caminho de Cuba* e a política que fará subir a inflação até atingir cifras caóticas, pondo em risco as eleições presidenciais de 65. *Cuba liberta do capital norte-americano se acha sob um regime de terror sem liberdade e sem pão. E é o que pode acontecer ao Brasil com diretrizes da política esquerdista dominante.*" <sup>265</sup>

O início do mês de fevereiro de 1964 foi marcado pela exacerbação da tensão no campo, sobretudo pela cobertura jornalística dos incidentes ocorridos na cidade de Governador Valadares (MG), onde os fazendeiros estavam armados e dispostos a reagir à bala, contra qualquer tentativa de reforma agrária em suas terras. Uma área de 800 alqueires havia sido entregue pelo presidente para fins de desapropriação, no intuito de atender cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Após os incidentes com os proprietários da fazenda, João Goulart e o Ministro da Justiça tiveram de apreender os armamentos em poder dos mesmos.<sup>266</sup> A esse respeito, vale mencionar a reação do presidente da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais, Josaphat Macedo a propósito dos acontecimentos relativos à desapropriação daquela área "Protestou contra o ministro da Agricultura e da SUPRA, salientando que os fazendeiros estão armados espiritualmente e defenderão o direito de propriedade e as instituições democráticas".<sup>267</sup> Os incidentes em Governador Valadares despertaram o espírito de classe dos proprietários rurais do Rio de Janeiro, que em solidariedade a seus companheiros mineiros, dirigiram-se a Confederação Rural Brasileira, exigindo que esta interviesse por eles, no sentido de exigir o afastamento do presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> *Correio do Povo*, 01/02/1964, p.4. Colaborações. Dez dias depois (11/02/1964) o jornal *Correio do Povo*, voltou a publicar texto do mesmo autor (João Didonet Neto) com as mesmas argumentações intitulado: "A Comissão Internacional de Juristas e a Revolução Cubana: Cuba liberta do capital norte-americano." O objetivo do texto era chamar atenção para a realidade cubana, ressaltando a idéia de que o regime revolucionário de Cuba teria iniciado suas reformas democráticas em clima moderado, mas que no entanto logo passou para a atmosfera de um regime autoritário e extremista. *Correio do Povo*, 11/02/1964, p.4. Colaborações.

<sup>266</sup> Em Governador Valadares: armamento de donos de terra será apreendido. *Correio do Povo*, 07/02/1964, contra-capa.

<sup>267</sup> *Correio do Povo*, 11/02/1964, p.5.

<sup>268</sup> Desapropriações da SUPRA. Reclamam os ruralistas o afastamento de P. Neto. *Correio do Povo*, 13/02/1964, p.20. Em decorrência do incidente em Governador Valadares também se pronunciaram solidários a Associação Rural de Marília e Sociedade Rural Brasileira. *Correio do Povo*, 14/02/1964, contra-capa.

Outro caso similar ocorreu na cidade de Trindade, situada a 25 Km de Goiânia, onde camponeses anunciavam a invasão de terras às margens das rodovias. A reação dos proprietários rurais foi semelhante a dos proprietários de Governador Valadares – prometeram usar a força para evitar a inviolabilidade de suas propriedades.<sup>269</sup> Dias depois, em 18 de fevereiro de 1964, os fazendeiros do Triângulo Mineiro e do Alto Parnaíba vieram a público divulgar um manifesto decidido em assembléia com as delegações de Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Prata, Conquista, Campo Florido, Água Comprida, Piassu, Patrocínio, Frutal, Veríssimo, Tupaciguara, Conceição das Alagoas, no sentido de advertirem ao Presidente da República, ministros militares e ao Congresso Nacional, que estavam “dispostos a ir às últimas conseqüências em defesa de suas terras, ameaçadas pelo clima de agitação de uma minoria que tenta suprimir o regime democrático no país”.<sup>270</sup>

Vale ressaltar que as manifestações em apoio aos fazendeiros de Governador Valadares prosseguiram durante todo o mês de fevereiro, tendo sido registrado o recebimento de mais de vinte manifestos de associações rurais em solidariedade à “co-irmã”.<sup>271</sup> No dia 26 de fevereiro o jornal *Correio do Povo* anunciou a formação da primeira diretoria do Comando Geral dos Produtores: segundo os dirigentes de associações rurais do Estado do Rio de Janeiro, esta teria sido criada com a “finalidade de lutar a favor dos ruralistas em virtude do decreto que desapropria as terras situadas próximas às rodovias, ferrovias e açudes”.<sup>272</sup> A situação de confronto armado também foi verificada na Paraíba, tendo o Ministro da Justiça enviado representantes de seu ministério para averiguar os acontecimentos.<sup>273</sup>

O clima tenso manifestou-se igualmente em meio a outros setores da sociedade, como podemos perceber ao examinarmos o pronunciamento das classes produtoras do Ceará, através de um telegrama enviado a Confederação Nacional do Comércio:

---

<sup>269</sup> *Correio do Povo*, 14/02/1964, p.14.

<sup>270</sup> Manifesto. *Correio do Povo*, 18/02/1964, p.4.

<sup>271</sup> *Correio do Povo*, 22/02/1964, p.7.

<sup>272</sup> *Correio do Povo*, 26/02/1964, p.4. Além da formação desse Comando, registro-se também uma assembléia realizada na sede da Confederação Rural Brasileira, onde foi aceita por unanimidade a repulsa ao decreto da SUPRA por parte dos produtores fluminenses. Moção dos ruralistas contra política de desapropriação. *Correio do Povo*, 01/03/1964, p.48.

<sup>273</sup> *Correio do Povo*, 25/02/1964, p.20.

“(...) As entidades de classe abaixo assinadas, tomando conhecimento do convênio entre a SUPRA e os ministros militares para garantir a execução do decreto ainda inexistente de desapropriação de terras, vem pelo seu presidente protestar contra a resolução do Presidente da República no sentido de envolver as gloriosas Forças Armadas nas suas tentativas para anular o Congresso Nacional, perturbando, portanto a vida constitucional da República. As entidades subscritas reafirmam seu repúdio à consumação de tamanha afronta ao povo brasileiro, e *um verdadeiro confisco às suas propriedades construídas à custa de grandes sacrifícios*. Esperamos, por parte da entidade máxima, uma reação à altura dos acontecimentos, demonstrando ao Poder Público a coesão de nossas atitudes no respeito absoluto à Constituição do País.”<sup>274</sup>

A proximidade da efetivação do Decreto da SUPRA originou manifestações ainda mais veementes por parte dos ruralistas<sup>275</sup>. A Federação do Estado do Rio Grande do Sul novamente foi a público solicitar o adiamento do decreto, através de um telegrama enviado ao Presidente João Goulart nos seguintes termos:

“Excelentíssimo Senhor Doutor João Goulart. Digníssimo Presidente da República, Brasília, Distrito Federal. O Conselho Deliberativo da Federação Rural constituído por representações de todas as regiões do Estado, vem reiterar perante V. Exci<sup>a</sup> o apelo dirigido pela diretoria desta entidade no sentido de que não seja promulgada dia 13 do corrente conforme se anuncia, o decreto elaborado pela SUPRA declarando de utilidade social imensa faixa de território nacional. Esse documento nos termos publicados trará profundas perturbações aos proprietários atingidos, cujos imóveis não poderão ser transacionados nem dados como garantia para operações financeiras em benefício da lavoura e pecuária. Além disso, é flagrante a inoportunidade dessa promulgação em face da intensa agitação reinante no meio rural de todo o país promovida por conhecidos agitadores esquerdistas que anunciam invasões às propriedades privadas, logo que seja promulgado o referido decreto. Cumpre-nos manifestar a Vossa Excelência que os proprietários rurais deste Estado cuja tradição tem sido de respeito à lei e as instituições, estão nesta hora decididos a *reagir de qualquer maneira contra esses*

---

<sup>274</sup> *Correio do Povo*, 19/02/1964, p.4. Ressalte-se que o documento é firmado pelos presidentes das seguintes entidades: Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará, Federação do Comércio do estado do Ceará, União das Classes Produtoras, Sindicatos dos Lojistas, Centro dos Exportadores, Federação das Indústrias, Federação do Comércio de Atacadista, União Cooperativa do Ceará, Associação dos Merceeiros, Sindicatos dos Estabelecimentos Bancários do Ceará e do centro dos Retalhistas.

Há que se notar também, que as classes produtoras voltaram a se pronunciar através da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, manifestando mais uma vez seu desacordo em virtude do decreto da SUPRA. Ver: *Diário de Notícias*, 13/03/1964, p.6.

<sup>275</sup> Ver Anexo 13: Invasão de terras/Confederação Rural acusa governo federal de inércia. *Correio do Povo*, 05/03/1964, p.9. Ruralistas alertam para o clima de perigosa tensão criada em Bagé, *Correio do Povo*, 10/03/1964, p.24; FARSUL recomenda defesa da propriedade rural. *Correio do Povo*, 11/03/1964, p.20; Ruralismo de Cachoeira dirige-se a Goulart. *Correio do Povo*, 12/03/1964, p.3;

*atentados*. Esse Conselho confia no alto patriotismo do ilustre conterrâneo, no sentido de que adie a promulgação do decreto da SUPRA, determinando sua prévia divulgação para que seu texto final seja conhecido, recebendo sugestões das entidades interessadas. (a) pelo Conselho Deliberativo da FARSUL – Oscar Carneiro da Fontoura – Presidente.”<sup>276</sup>

O Decreto da Supra<sup>277</sup> foi promulgado pelo Presidente da República como ato final do Comício de 13 de março de 1964, realizado em frente a Central do Brasil, no Rio de Janeiro<sup>278</sup>. Este ato público foi presenciado por cerca de 200 mil pessoas, sob rigoroso esquema de segurança montado pelo I Exército, e deveria constituir o primeiro de uma série de comícios que seriam realizados por todo o país, com o intuito de pressionar o Congresso Nacional para que efetivasse as reformas que o país exigia. Antecederam ao Presidente da República, no palanque, vários expoentes da “esquerda brasileira”, como o deputado federal Leonel de Moura Brizola, o governador de Pernambuco Miguel Arraes, além de estarem presentes também Ministros de Estado, militares, outros governadores, deputados, dirigentes sindicais e líderes estudantis<sup>279</sup>. O ato público contou com um amplo contingente popular que empunhava grande faixas, algumas com o seguinte teor: “Reformas ou Revolução; Força para os gorilas; Yankee go home; Defenderemos as reformas à bala; Legalidade para o PCB; Reeleição de Jango”<sup>280</sup>, o que despertou, ainda mais, o temor dos setores conservadores da sociedade.

Além de assinar os dois decretos<sup>281</sup> no Comício da Central do Brasil, João Goulart enviou mensagem ao Congresso Nacional (no dia 15 de março de 1964) expressando seu desejo de por em execução a reforma agrária imediatamente:

---

<sup>276</sup> *Diário de Notícias*, 11/03/1964, p.16.

Ver também: Projeto da SUPRA: FARSUL vai se dirigir ao Presidente da República. *Correio do Povo*, 03/03/1964, p.3.

<sup>277</sup> Ver Anexo 14: Decreto da SUPRA

<sup>278</sup> Segundo Abelardo Jurema (então Ministro da Justiça do Governo Goulart), o local do primeiro comício teria sido escolhido pelo desejo do Presidente da República demonstrar a Carlos Lacerda (governador da Guanabara) que dispunha do povo. Maiores detalhes ver: JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 – os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Gráfica Cruzeiro, agosto de 1964.

<sup>279</sup> Maiores detalhes ver: CARONE, Edgard. *A república Liberal –II evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985, p.206-208; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964-7ª ed. revista e ampliada – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001, p.163-165; Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.349.*

<sup>280</sup> TOLEDO, 1982.p.95.



“No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, por que irá beneficiar direta e indiretamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a *Reforma Agrária*. O Brasil dos nossos dias não admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência. Esses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem, em compensação pelo que sempre deram e continuam dando à Nação como principal contingente que são de força nacional de trabalho – que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional, melhores condições de vida, perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos. Para atender velhas e justas aspirações populares, ora em maré montante que ameaça conduzir o País a uma convulsão talvez sangrenta, sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis e já agora inadiáveis, para serem, afinal, satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros. Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para consecução da Reforma Agrária:

A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força de direito de propriedade. Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:

- a) todas as propriedades não exploradas;
- b) as parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total.

Nos casos de desapropriações, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada. O Poder Executivo, mediante programas de colonização, promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas a e b por meio de depósito em dinheiro de 50 por cento da média dos valores, tomados por base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco (5) anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos, mediante processo judicial.(...) Para a concretização da Reforma Agrária é, também, imprescindível a alteração do parágrafo 16 do Art. 141 e Art. 147 da Constituição Federal. Só por esse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos, e multiplicar o número

---

<sup>281</sup> O outro decreto assinado no Comício previa a desapropriação das refinarias particulares de petróleo.

de proprietários, com o que será melhor defendido o instituto da propriedade. Para alcançar esses altos objetivos, seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna, os seguintes preceitos: Ficam supressas no texto do parágrafo 16 do Art. 141 a palavra “prévia” e a expressão “em dinheiro.” O Art. 147 da Constituição Federal passa a Ter a seguinte redação: O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social “<sup>282</sup>.

O decreto da SUPRA e a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional desencadearam uma intensa reação por parte dos proprietários rurais<sup>283</sup>, que não pouparam adjetivos para desqualificar as atitudes tomadas pelo Presidente da República, além de classificá-las como parte de um plano de ação comunista que teria como finalidade a instalação de um regime autoritário aos moldes de Cuba. Em diversas ocasiões manifestaram-se “fiéis defensores das instituições democráticas e da ordem no país”. Bem como participaram conjuntamente com setores da classe média e da burguesia, de uma campanha anti-comunista (defendendo a propriedade privada, a fé religiosa, a moral), através de imensas passeatas que saíram às ruas em diversas capitais do País, pedindo o *impeachment* do Presidente da República. A mais importante delas foi realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, reunindo cerca de 500 mil pessoas que ficou conhecida como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Segundo Caio Navarro de Toledo, esta marcha foi “organizada por movimentos femininos – com a inteira colaboração do governo do estado de São Paulo, de setores da Igreja Católica, da FIESP, da Sociedade Rural Brasileira<sup>284</sup>”, além de contar com a presença e participação de deputados do PSD e UDN, que encerraram a Marcha com eloqüentes discursos contra o governo Goulart. O propósito dessas grandes manifestações era criar um clima propício em meio a opinião pública para a intervenção militar. Segundo, Argelina Cheibub Figueiredo, “depois da marcha (...) o custo de participação em atividades anti-governamentais decresceu marcadamente. Juntar-se ao movimento tornou-se atraente não só para os grupos que potencialmente o apoiavam mas também para os que anteriormente eram neutros.”<sup>285</sup>

---

<sup>282</sup> In: VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento – De Getúlio a João Goulart*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980, p.185.

<sup>283</sup> Ver Anexo 15: *Diário de Notícias*, 14/03/1964, p.14; *Diário de Notícias*, 19/03/1964, capa; *Correio do Povo*, 14/03/1964, p.7; *Correio do Povo*, 24/03/1964, p.3; *Correio do Povo*, 18/03/1964, p.20.

<sup>284</sup> TOLEDO, 1982, p.99.

<sup>285</sup> FIGUEIREDO, 1993.p.183.

Por fim, o somatório de vários incidentes (clima tenso nos campos entre os latifundiários em decorrência do Decreto da SUPRA, rebelião dos marinheiros...<sup>286</sup>) precipitou a articulação do golpe contra João Goulart por parte dos militares<sup>287</sup>. Os primeiros entendimentos nesse sentido foram realizados pelo General Humberto Castello Branco (Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas), que aguardou o momento ideal para dar início ao levante. Conforme entrevista do próprio João Goulart concedida a Luiz Alberto Moniz Bandeira, “o general Castello Branco mandou emissários a diversos estados, a fim de coordenar as ações militares contra o governo, que deveriam principiar na noite de 2 para 3 de abril.”<sup>288</sup> Todavia, à revelia do comando do General Castello Branco, os primeiros movimentos partiram de Minas Gerais na madrugada do 31 de março 1964, sob o comando do General Mourão Filho em direção ao Rio de Janeiro, com a colaboração do governador do estado, Magalhães Pinto.<sup>289</sup> Por sua vez, esperavam o apoio dos governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Ademar de Barros (São Paulo), Nei Braga (Paraná) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), fato que se consumou logo após o início do levante.

Apesar de haver se pronunciado disposto a lutar contra as “forças reacionárias” em manifesto levado a público em 01 de abril de 1964<sup>290</sup>, João Goulart percebeu que não tinha condições de resistir ao levante. E visto que não estava disposto a liderar uma guerra civil (que segundo ele, poderia trazer conseqüências ainda piores para o país), não ofereceu resistência, tendo se retirado para o sul do

---

<sup>286</sup>O tratamento que o governo deu à sublevação dos marinheiros, anistiando-os horas depois do ocorrido e demitindo o Ministro da Marinha (Almirante Silvio Mota) é apontado por vários historiadores (Gáucio Ary Dillon Soares, Edgard Carone) como um dos principais motivos da detonação do golpe de 1964, em vista da significância que a quebra de hierarquia tem entre os militares. Apesar de não aceitarmos essa hipótese como única explicação para este processo, pois acreditamos que foi a soma de vários fatores que propiciaram a detonação de um golpe militar (entre elas, a reação do setor latifundiário em vista da possibilidade da efetivação da reforma agrária), reconhecemos a importância desse fator em meio ao conjunto de fatores que por fim possibilitaram a detonação do golpe de 1964. Maiores detalhes sobre o incidente entre os militares. Veja-se: CARONE, ,1985, p.209-221; TOLEDO, 1982.p.101-102; BANDEIRA, 2001, p.166-171.

<sup>287</sup> Vale notar, que apesar de não nos atermos à participação dos Estados Unidos no processo golpista, faz-se necessária a menção do Memorando de Lincoln Gordon enviado aos secretários Dean Rusk e Robert McNamara e outras autoridades de Washington em 27 de março de 1964, advertindo-os da probabilidade iminente de intervenção por parte da Forças Armadas em decorrência das atitudes de João Goulart e suas ligações com os comunistas. Bem como, do Telegrama enviado pelo Secretário Dean Rusk ao Embaixador Lincoln Gordon anunciando um plano de ajuda econômica ao Governo Brasileiro no pós-golpe.

<sup>288</sup> BANDEIRA, 2001, p.170.

<sup>289</sup> General Mourão Filho no comando das Forças de Defesa da Democracia: Minas se levanta contra Jango. *Diário de Notícias*, 01/4/1964.

<sup>290</sup> Ver Anexo 16: Manifesto de João Goulart (01 de abril de 1964).

país. Da mesma forma, mostrou-se insuficiente a resistência civil, que a *priori* não ocorreu (com exceção da tentativa de deflagração de uma greve geral no Rio de Janeiro, sob o comando do CGT)<sup>291</sup>.

Desse modo, enquanto Jango se dirigia a Porto Alegre, o vice-presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, em sessão extraordinária, declarou vago o posto de Presidente da República, violando as normas constitucionais, pois o Presidente da República ainda se encontrava em território nacional. Estava consumado o golpe de Estado. João Goulart, convicto de que não restava nenhuma condição de luta, após algumas tentativas de permanecer em solo gaúcho partiu para seu exílio no Uruguai, no dia 04 de abril de 1964.

As agências jornalísticas, por sua vez, não tardaram em manifestar sua satisfação em relação à deposição de João Goulart. A este respeito, merece menção a reação do jornal “Diário de Notícias”, que quase imediatamente após o acontecido, apressou-se em manifestar seu total apoio ao movimento conspiratório que depôs o Presidente em exercício, pondo por terra as instituições democráticas. Ressalte-se que as primeiras razões enumeradas como justificativa aos atos golpistas, foram: o decreto da SUPRA, a quebra de hierarquia entre os militares, e o processo de “cubanização” do país:

“A Nação não tinha alternativa. O comício da sexta-feira, 13 de março, já foi suficientemente claro. Exibia com nitidez diáfana intenções liberticidas, até então apenas suspeitadas. O motim naval de Quinta-feira Santa era o desafio aberto. Levava para os quartéis a mazorca vestida de reformistas: apunhalavam-se as Forças Armadas no que elas tem de fundamental e absolutamente intocável: a hierarquia e a disciplina. O “ Show” do Automóvel Clube do Rio, foi a gota final. Não era possível contemporizar. A legalidade estava irremediavelmente golpeada.(...) Minas Gerais e São Paulo apontam ao Brasil o único caminho digno deste momento crucial para a nacionalidade.(...) Como permanecer de braços cruzados em atitude contemplativa depois daquele cortejo de fanáticos, copiado com fidelidade fotográfica ao sangrento figurino leninista de 1917, em São Petersburgo. (...) A sorte está lançada. Ou eles ou nós. Quem são eles? Todo o Brasil os conhece: são Dante Pelacani, do CGT, Oswaldo Pacheco, do PUA, o almirante José Anselmo, herói nacional da ordem do motim naval, o sargento Prestes, chefe da intentona de Brasília, todos

---

<sup>291</sup> Sobre o fracasso da resistência ao golpe ver: MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência ao golpe de 1964. In: *História*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/UNESP.v.14, 1995, p.49-59. Ver também: TOLEDO, Caio Navarro de (org). *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. (Parte III: Esquerdas, militares: a derrota sem resistência).

tíferes às mãos de Luiz Carlos Prestes, formando o piquete avançado dos notórios *baderneiros da cubanização do Brasil*. Cumpre a Nação seguir o exemplo altaneiro de Minas e São Paulo. Ou eles – os bolchevizantes, os sequazes do “paredón”, os antipátria que nos querem atirar aos horrores infra-humanos do comunismo ateu, imoral e escravizante; ou nós os democratas (...). Em defesa desse direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Em defesa desse direito estamos todos decididos ao sacrifício supremo. Por que a perda da liberdade é preferível à morte.”<sup>292</sup>

O jornal “Correio do Povo”, a exemplo de seu concorrente “Diário de Notícias”, em seu editorial do dia 05 de abril de 1964, também apontou a reforma agrária e o clima de subversão criado em torno desse tema como motivo para as Forças Armadas se virem na obrigação de intervir no sentido de restabelecer a tranqüilidade do país.<sup>293</sup> Por seu turno, o ruralismo, como era de se esperar, também expressou seu apoio e alívio diante do novo regime que se instaurou, conforme podemos perceber nas palavras do presidente da FARSUL, Oscar Carneiro da Fontoura em entrevista ao Diário de Notícias:

“(...) As Forças Armadas demonstraram mais uma vez o seu espírito de patriotismo, restabelecendo a ordem democrática do Brasil e entregando o poder nos termos da Constituição ao seu legítimo mandatário. A classe rural que moveu intenso movimento em prol da democracia e contra o comunismo rejubila-se pela vitória do Brasil e está pronta a colaborar para que se realizem as verdadeiras e objetivas reformas necessárias ao desenvolvimento do País e ao bem estar do povo.”<sup>294</sup>

Segundo noticiário da época, muitos fazendeiros permaneceram em vigília em suas associações rurais durante os dias em que se desenrolou o golpe militar.<sup>295</sup>

É necessário assinalar que, após o golpe, uma das primeiras medidas do governo militar foi intervir nas atividades da SUPRA, numa legítima “caça às bruxas”, visando primeiramente comprometer João Pinheiro Neto (então Superintendente da

---

<sup>292</sup> Hora da decisão. *Diário de Notícias*, 01/01/1964, p.4 (editorial). Veja-se também: O papel das forças armadas. *Diário de Notícias*, 03/04/1964, p.4(editorial). Em 18/02/1964, o Diário de Notícias publicou um editorial prestando total apoio ao movimento golpista, desta vez ressaltando que a quase unanimidade do País havia aplaudido a ação das Forças Armadas. Casa em ordem. *Diário de Notícias*, 18/04/1964, p.4. Há que se notar, que apesar de toda campanha desestabilização do Governo Goulart este chegou ao fim, com um índice de popularidade em 76%, segundo dados do IBOPE, revelados pelo professor Antonio Lavareda, da Universidade Federal de Pernambuco. In: BANDEIRA, p.185 e 287.

<sup>293</sup> Reforma agrária, *Correio do Povo*, 05/04/1964, p.4 (editorial).

<sup>294</sup> *Diário de Notícias*, 03/04/1964, p.6.

<sup>295</sup> Ruralismo em vigília democrática. *Correio do Povo*, 09/04/1964, p.11.

SUPRA ).<sup>296</sup> Em seqüência, através de cadeia de rádio, foi anunciado a revogação do Decreto da SUPRA, pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva. Em sua exposição, o ministro ressaltou a importância da medida para o restabelecimento dos direitos do povo brasileiro. Assegurou que a “razão de ser da revolução vitoriosa, em que as Forças Armadas salvaram o Brasil das hordas comunistas, da permanente agitação, desse clima de tanta insegurança, que afligia todos os brasileiros”, prosseguiria, pois “iriam [restaurar] em nossa Pátria, um clima de Progresso e de permanente felicidade.”<sup>297</sup>

Entretanto, o que a história nos revelou com o desenrolar da administração militar, foram incontáveis atos de desrespeito à dignidade humana e a liberdade. Quanto aos trabalhadores rurais, reunidos em suas associações e ligas camponesas espalhadas pelo país, foram duramente perseguidos e impedidos de continuarem lutando pelo seu direito à terra. Pois, ainda que o Estatuto do Trabalhador tenha sido aprovado durante o governo Castelo Branco<sup>298</sup>, este impediu que a questão agrária voltasse a se transformar numa questão nacional, política e de classe. O Estatuto da Terra, em realidade, não passou de um plano de redefinição fundiária para colonização de áreas novas, que deveria legislar sobre as respectivas remoções e assentamentos de lavradores desalojados pela concentração da propriedade, pela construção de barragens ou removidos de áreas de tensão.<sup>299</sup>

Enfim, após tão encarniçada campanha pela dita manutenção das instituições democráticas (que no fundo não passava de uma luta impiedosa pela inviolabilidade da propriedade privada e manutenção de seu *statu quo*), as classes conservadoras voltaram às suas atividades rotineiras, aliviadas por não terem que conviver mais com as manifestações dos populares nas ruas e com a possibilidade de serem atingidos em seus “princípios sagrados”. Afinal, como afirma, Argelina Cheibub de Figueiredo, “a direita, (...) sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios.”<sup>300</sup>

---

<sup>296</sup> Inspeção rigorosa à sede da SUPRA em Brasília. *Correio do Povo*, 08/04/1964, p.15.

<sup>297</sup> Veja-se: *Correio do Povo*, 12/04/1964, capa.

<sup>298</sup> Emenda Constitucional de n. 10, de 10 de novembro de 1964.

<sup>299</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p.96.

<sup>300</sup> FIGUEIREDO, 1993.p.202.

## CONCLUSÃO

O período compreendido entre 1959 e 1964 constituiu-se num dos períodos mais singulares da história política brasileira, como também da América Latina como um todo. Firmamos esta assertiva tendo em vista os importantes acontecimentos vivenciados pelos povos latino-americanos, como a Revolução Cubana e, a guinada efetivada pela Igreja Católica em prol das camadas populares com a encíclica *Mater et magistra* do Papa João XXIII, publicada em maio de 1961. Tanto a suscetibilidade da Igreja em relação aos problemas sociais, quanto o surgimento de movimentos insurrectos, como o cubano, evidenciaram a particularidade desse período, descortinando-nos uma realidade muito complexa, integrante de um processo de

---

espoliação contínuo empreendido sobre os povos da América Latina. Tal situação despertou a atenção, tanto de grupos conservadores, que se alertaram em vista da gravidade dos problemas então presenciados e que não podiam mais ser ignorados, ou mascarados, como ocorreu em outros períodos da história, quanto dos grupos progressistas, que se deram conta que aquela era uma hora propícia para lutarem por velhos ideais.

No caso brasileiro, esse período foi marcado pela polarização e mobilização de alguns setores da sociedade. Entre eles estavam os trabalhadores rurais que, pela primeira vez, tentavam fazer parte da cena política através da reivindicação de melhores condições de vida e do direito ao voto, pois a grande maioria deles eram analfabetos<sup>301</sup>. Era-lhes vedada possibilidade de exercerem influência, ainda que periférica e marginal, em processos de tomadas de macro-decisões através da participação na escolha de seus governantes ou representantes no Congresso Nacional. Muito embora muitas dessas decisões envolvessem diretamente seus interesses, como era o caso da aprovação de um projeto de Reforma Agrária. Ou seja, eram impedidos institucionalmente de defenderem seus direitos e lutarem por seus ideais. Obviamente, este estado de coisas agradava em muito aos setores dominantes que viam, assim, afastado o perigo da subversão do regime vigente, pelo menos, através de vias legais. É importante sublinhar que, além desse impedimento, a maioria dos trabalhadores rurais sobreviviam em condições desumanas, sendo privados de todos os avanços do mundo moderno, muitos já disponíveis para as populações urbanas, tais como: saneamento básico, educação, assistência médica. E, no caso das camadas rurais assalariadas, reclamavam também o direito a uma legislação trabalhista.

A exemplo das populações rurais, a mobilização social nas cidades também atingiu patamares nunca dantes presenciados. Faziam parte dessas mobilizações: os movimentos grevistas, tanto nos setores público como privado, manifestações de estudantes em prol de reformas sociais (organizadas pela UNE), bem como a participação de alguns setores mais progressistas da Igreja. No plano político, as mudanças também eram visíveis. O PTB, partido de base fundamentalmente urbana, cresceu vertiginosamente. Nele, uma ala mais radical, chamada na época de “grupo compacto” (faziam parte desse grupo expoentes como Leonel Brizola),

---

<sup>301</sup> Tenha-se presente, que esta situação só foi alterada com a Constituição Federal de 1988.



que sustentava uma linha nacionalista mais agressiva, além de exigir reformas sociais imediatas, dentre elas, a reforma agrária radical. Partidos ultra-conservadores, como a UDN e o PSD, viram surgir em seus quadros uma ala de tendência reformista, favoráveis inclusive à reforma agrária, à política externa independente e ações de cunho nacionalista (como a monopolização do petróleo).

Apesar disso, como observamos ao longo dessa dissertação, a hegemonia no Congresso Nacional pertencia aos grupos conservadores, que não hesitaram em utilizar todas as artimanhas possíveis para impedir que reformas de cunho mais radical fossem aprovadas. Para tanto, foram hábeis em costurar uma coalizão entre os grupos “ameaçados” (sejam eles, os militares, latifundiários, industriais, classe média, Igreja), para que no momento propício pudessem dar fim a um regime que consideravam estar tomando o rumo da “subversão” e da desordem.

A mobilização popular, tanto rural como urbana, atemorizava os setores conservadores, amedrontados pelos rumos políticos tomados por Cuba. Temiam que, a exemplo dos cubanos, as camadas populares brasileiras se insurgissem e exigissem mudanças radicais nas estruturas do país. Nesse ínterim, a pregação anti-comunista<sup>302</sup> adequou-se perfeitamente às necessidades dos grupos conservadores, pois a construção de um inimigo que deveria ser denunciado e eliminado era perfeitamente compatível com a dita luta pela manutenção das instituições democráticas, as quais, segundo esses setores, estavam sendo corrompidas pela influência comunista no país. Contaram também com o irrestrito apoio dos setores conservadores da Igreja e dos partidos de “direita”.

Por sua vez, a pregação anti-comunista foi, também, fomentada e financiada por organismos norte-americanos que, de diferentes formas, influenciaram a gerência de vários países latino-americanos, seja através de treinamento de quadros policiais ou, por envio de ajuda financeira a entidades comprometidas com suas diretrizes, como também, por entidades brasileiras<sup>303</sup>, formadas especialmente para esse propósito, qual seja, desestabilizar a administração janguista através de

---

<sup>302</sup> Prática política típica empregada pelos Estados Unidos no esforço de contenção do avanço geopolítico dos países comunistas, sob o contexto da Guerra Fria.

<sup>303</sup> Dentre elas podemos citar: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sobre o assunto veja-se: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987. 5ª edição.

campanhas “reacionárias” que vinculavam sua administração a atividades subversivas e denunciavam sua simpatia para com o governo cubano.

A análise do período em questão ratificou, sobretudo, a assertiva de Martha Huggins<sup>304</sup> de que os Estados Unidos tiveram ampla participação, mesmo que indireta, nos desígnios políticos da América Latina. No caso específico do Brasil, esta situação tornou-se mais grave durante a gestão do Presidente João Goulart, acusado, entre outras coisas, de simpatizar com os comunistas e pretender implantar, no Brasil, um regime espelhado na administração fidelista em Cuba. A análise do material jornalístico da época evidenciou uma alteração da pregação anti-comunista, pois, após a eclosão da Revolução Cubana, o temor do comunismo soviético foi substituído por um inimigo mais próximo, qual seja, a Cuba comunista. O imaginário social, que foi criado em torno deste fato, foi assumido e/ou elaborado pela imprensa que passou a ter um papel primordial nesse processo, ao veicular, de forma incessante, notícias concernentes a Cuba e aos “barbudos de Havana”. Os setores conservadores, por seu turno, souberam aproveitar muito bem o contexto da Guerra Fria e o espectro do comunismo como armas imbatíveis na campanha de desestruturação do Governo Goulart, considerado por muitos de cunho demasiadamente “esquerdista” pela atenção que o mesmo prestava às camadas populares, cogitando, até mesmo, efetivar a reforma agrária.

Desta forma, construiu-se um inimigo capaz de justificar a coação e o controle de manifestações populares que não tinham nenhuma ligação ou influência das idéias ditas “comunistas”, antes, refletiam realidades sociais em convulsão e evidenciavam o despertar para a participação política de um contingente populacional antes ignorado ou excluído da cena política.

Há que se frisar, por outro lado, que a pregação anticomunista tomou contornos ainda mais severos após a divulgação das medidas redistributivas efetivadas por Fidel Castro em Cuba. Os meios midiáticos iniciaram uma campanha exaustiva de combate ao comunismo, conferindo a este uma nova roupagem, onde expressões como fidelização, cubanização, socialização foram adaptados à realidade brasileira no intuito de vincular a experiência cubana aos planos políticos de João Goulart. Para tanto, deram ênfase à inviolabilidade da propriedade privada, com insistentes alusões às medidas desapropriatórias realizadas na ilha caribenha.

Tenha-se presente, ademais, que durante esse período tramitava no Congresso Nacional Brasileiro um projeto de Reforma Agrária que foi duramente rechaçado não só pelos latifundiários, como também, por outros setores como industriais, banqueiros e dirigentes lojistas. A primeira derrota das tentativas reformistas do governo Goulart ocorreu em outubro de 1963, com a desaprovação do projeto que previa uma emenda na Constituição de 1946, alterando a forma de pagamento das indenizações de terras desapropriadas.

Ressalte-se que as Reformas de Base propostas por João Goulart não continham nenhum teor revolucionário, apenas davam conta de uma tentativa de modernização do capitalismo, visando entre outros objetivos, reduzir as desigualdades sociais do país. A reforma agrária figuraria, nesse contexto, como forma de integração da população rural à economia capitalista, dando a ela a possibilidade de se tornar consumidora e serviria, também, para suprir as necessidades do mercado interno, ampliadas após o desenvolvimento industrial ocorrido, sobretudo, na década de 1950.

A oposição a Goulart tomou maior vulto após sua guinada política em direção da “esquerda”, efetuada após as várias tentativas frustradas de acordo com as alas reformistas da UDN e PSD. Os ânimos se alteraram sobremaneira após o Comício da Central do Brasil realizado em 13 de março de 1964, quando o Presidente da República anunciou em praça pública a decretação da desapropriação das terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes públicos, bem como a desapropriação das refinarias de petróleo. Os meios midiáticos, mais uma vez, repetiram a tática de insuflamento da sociedade associando as atitudes de Goulart a ações subversivas e a iminência da implantação de um regime comunista no país nos moldes de Cuba.

A reação se fez imediata, organizada pela ala conservadora da Igreja, com total apoio do IPES/IBAD e seus simpatizantes que saíram às ruas exigindo a volta da ordem ao país e o expurgo da influência comunista das esferas governamentais. O número estimado de participantes dessa passeata (19/03/1964) intitulada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi de 500.000 pessoas. Evidenciou-se, então, muito claramente a divergência de objetivos entre os diferentes movimentos políticos existentes à época. Ao passo que os trabalhadores rurais e urbanos, grupos políticos excluídos, como o Partido Comunista Brasileiro, lutavam por um país mais

---

<sup>304</sup> Sobre o assunto veja-se: HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados*

justo, os setores conservadores saíram em defesa da manutenção de seu *status*, pois não suportavam a idéia de terem de continuar a conviver com os grupos subalternos que a cada dia pareciam mais fortalecidos.

O que se presenciou, depois disso, foi à vitória dos grupos conservadores que preferiram abrir mão de um regime democrático que afinal nem lhes agradava tanto, em troca da manutenção de seus privilégios. Ao mesmo tempo, a construção da ameaça da “cubanização” do país, novamente, foi muito bem utilizada, servindo como fator de convencimento e especialmente da classe média de que a realidade, então instaurada, não precisava mudar.

Entretanto, apesar do desfecho dos acontecimentos (com o rompimento do período democrático e a instalação de um regime de exceção) não podemos deixar de assinalar alguns aspectos positivos do período pré-golpe, como a “experiência” de luta dos trabalhadores rurais, pois, as reivindicações destes trabalhadores forçaram os grupos dirigentes a destinarem, pela primeira vez na história política do país, algumas medidas, ou tentativas efetivas, de solucionamento dos seus problemas. Ainda que tenha desencadeado a reação ferrenha dos grupos “ameaçados” que, por seu turno, tinham consciência da situação precária em que viviam e por esta razão, uniram-se no intuito de impedir qualquer mudança mais radical na estrutura fundiária do país. Tal situação, como se viu, evidenciou-se claramente durante a gestão de Leonel Brizola como governador do estado do Rio Grande do Sul e na conturbada administração presidencial de João Goulart.

Ao finalizarmos nossa exposição, gostaríamos de esclarecer que nosso objetivo ao examinar minuciosamente o posicionamento, tanto dos latifundiários quanto dos outros setores conservadores em oposição ao projeto de reforma agrária e a vinculação atribuída, pelos mesmos, às administrações janguista e fidelista, era enfatizar a importância desses fatores no conjunto de tantos outros elementos que precipitaram o processo golpista empreendido pelos militares em março de 1964. Além de evidenciar a utilização do imaginário construído em torno do comunismo e da Revolução Cubana, por parte dos setores conservadores, como elemento alarmista em meio a sociedade brasileira. Ademais, faz-se necessário frisar que, ao contrário do que se afirmou por longo tempo, o golpe não foi dado apenas pelos militares, muito embora não possamos isentá-los da participação nesse episódio.

Por fim, apesar de crermos ter dado conta dos objetivos ora expostos restaram-nos várias indagações, tais como: de que forma esse discurso anti-comunista/anti-cubano construído com o intuito de desestruturar as bases de apoio do Governo Goulart foi recebido pelos outros setores da sociedade brasileira? Como repercutiu entre as camadas populares a experiência da Revolução Cubana? Essas indagações poderão pontuar um futuro trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

ALMEIDA, Alberto Carlos. A posse de Goulart: emergência da esquerda e solução de compromisso. In: **Antropolítica**. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, n.2, 1. sem.1997, p.39-60.

ALTMANN, Werner.**México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

ALTMANN, Werner.Um grito de independência Latino-Americana. In: **IHU On-Line**, Ano 3, ° 65- 23 de junho de 2003, 4-6.

ALVES, Márcio Moreira. **O despertar da revolução brasileira**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1964.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi (**Antropos-Homem**). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v.5, p.310.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz . **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_, **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_, **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964-7ª ed.** revista e ampliada – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, Vozes, 1984.

BEBIANO, Rui. **Temas e problemas da História do Presente**. Consulta no site: [www. uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hrecente](http://www.uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hrecente) Data: 29/07/2002

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o trabalhismo : partido e sindicato em São Paulo : 1945-1964**. - São Paulo: Brasiliense, 1989.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org), **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. Vol. 3. O Brasil republicano: sociedade e política.. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996. 6ª ed. p.121-224.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_, Imprensa, uma mercadoria política. In: **História & Perspectiva**, Uberlândia, Jan/jun. 1991., p.131-139.

CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia**. São Paulo: Editora Campus, 1987, p.383.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir(orgs). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. - São Paulo : Papirus, 2000.

CARONE, Edgard. **A república Liberal: I Instituições e classes sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_, **A República Liberal:II Evolução política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

CASTRO, Fidel. **La Revolución Cubana**.3ª ed. (Selección y notas de Adolfo Sánchez Rebolledo). México: Ediciones Era,1976.

\_\_\_\_\_, Del informe al primer congreso del Partido Comunista de Cuba.Documento 87.In: **Cuadernos Políticos**, Revista Trimestral, México: Ediciones Era, n.7.México, D.F.,enero-marzo-1976.

\_\_\_\_\_, **A história me absolverá: discusso de Fidel Castro ante o Tribunal de exceção de Santiago de Cuba, proferido em 16 de outubro de 1953**.São Paulo: Alfa-Omega,1979.

CERTEAU, Michel. **A operação histórica**.In: Le Goff,Jaccques; Nora, Pierre. História: Novos Problemas. 3 ed. Rio de Janeiro: F.Alves, 1988.

CHAUI, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**.São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_,**O que é ideologia**. 37ª ed.São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração**. Rio de Janeiro; Ed Graal, 1982.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**.Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.5ª edição.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**.Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.

ECKERT, Córdula. **O movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**/dez. 1995, p.19-29.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: T. A Queiroz, 1979.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1994.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. – 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUEVARA, Ernesto Che. *Obra revolucionária*. Havana: Ed. Ciencias Sociales, 1967.

\_\_\_\_\_, **A revolução cubana e a construção do socialismo**. Portugal: Editorial Fronteira, 1976.

HARRES, Marluza Marques. **Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2002, Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HEINZ, Flávio M. Região, patronato e política: apontamentos sobre a idéia de região nas políticas do patronato rural brasileiro (1945-1967). In: **História Tendências & Debates**, Passo Fundo, v.1, n.1, jun.1999.

\_\_\_\_\_, Entre a fazenda e o plenário: os representantes do patronato rural na política brasileira dos anos 1940/1960. In: **Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Rio de Janeiro, 1998.

HELENA, Heraclides Santa. **Farsul: 70 anos (1927-1997)**. Porto Alegre, Gráfica Pallotti. 1997.

HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.243-255.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.

\_\_\_\_\_, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira, 13 – os últimos dias do Governo João Goulart**. Rio de Janeiro: Gráfica Cruzeiro, agosto de 1964.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. **RS: terra & poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: **A historia Nova**. Le Goff, Jacques. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.216-236.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas.** 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.

MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (orgs.) **Populismo e neopopulismo em America Latina.** El Problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

MAO JR, José Rodrigues. O campesinato e a revolução cubana: Da Sierra Maestra ao triunfo da revolução (1956-1959). In: **HISTÓRIA-UNISINOS**/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - v.5,n.3- São Leopoldo:Unisinos, 2001, p.124-164.

MARIGGHELLA, Carlos [et.al]. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MARTI, José. **Nossa América.**(Introdução e organização de Roberto Fernandez Retamar), São Paulo: Hucitec, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar não processo político.**2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_, **A militarização da questão agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política).**Petrópolis: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_,**Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões.**Set./1993.In: [www.dataterra.org.br](http://www.dataterra.org.br).

MONTEIRO John M. A dimensão histórica do latifúndio. In: **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior.** D'INCAO, Maria Ângela (org). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64 - vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência ao golpe de 1964.In: **História.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista/UNESP.v.14, 1995, p.49-59.

MORAIS, Fernando. **Chatô – O rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREL, Edmar. O golpe começou em Washington.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José H.: GONZAGA, Sérgio (Org.). **RS: Economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto: 1979.

OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Caio Navarro de Toledo (Org). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p.23-28.

PARKER, Phyllis R. 1964; **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

QUADROS, Claudemir. **A educação pública durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963) – nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. (Dissertação de Mestrado).

QUINTANEIRO, Tânia. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): Uma interpretação sobre a política externa independente**. - Belo Horizonte: UFMG, 1988, p.66-75.

REICHEL, Heloisa Jochims & GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial**. São Leopoldo: ed. UNISINOS, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_, O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**/organização, Jorge Ferreira – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p319-377.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, Francisco Brochado da. **Falando ao Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1964.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_, **O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**-2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

ROJAS, Iliana & RAVENET, Mariana & HERNÁNDEZ, Jorge. A reforma agrária e o desenvolvimento em Cuba. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.6, nº 12, mar./ago.1986, p.27-46.

RUAS, Miriam Diehl. **A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)**. Porto Alegre: Fabris, 1986.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SADER, Emir. **A revolução Cubana**. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

SAES, Décio Azevedo Marques. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. In: **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 15, nº 42, mai./ago. 2001, p.379-410.

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. In: **Tempo**, Dossiê: Terra e Trabalho. Rio de Janeiro, nº 7, julho/1999, p.29-45.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Rj, Petrópolis: Vozes, 1983.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHILLING, Paulo R. **Como se coloca a direita no poder. – Os protagonistas**. São Paulo: Global Editora, 1979.

\_\_\_\_\_, **Como se coloca a direita no poder. – Os acontecimentos..** São Paulo: Global Editora, 1979.

SEVERO, Gerson Egas. **O que somos e o que esperávamos ser**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

SILVA, Hélio. **1964 – Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndios- efeitos da Lei de 1850**. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3ª ed. Tomo III, vol. 4. Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.:

SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1994.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. - São Paulo : Alfa-Omega, 1976.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. Brasil: los militares y la política. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1971.

SZULC, Tad. **Fidel: Um retrato crítico**. São Paulo: Best seller, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros – Uma crítica ao pensamento de Altusser**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_, (Org). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

TORRONTEGUY, Teófilo O V. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1994.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de Base e a política nacionalista de desenvolvimento – de Getúlio a Jango**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da Guerra Fria à crise (1945-1990)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1990.

\_\_\_\_\_, A guerra fria. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) O século XX. V.2. **O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000, p.202.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WINOCUR, Marcos. **Historia de la Revolución Cubana (1952-1959): las clases olvidadas en el análisis histórico**. México: Hispanicas, Facultad de Economía/UNAM, 1989.

ZANFELIZ, Maria Assunta Campilongo. **As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958 a 1964**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

## FONTES

### *Periódicos:*

Correio do Povo, de 1958 a abr/1964.  
Correio do Povo Rural, de 1959 a abr/1964.  
Diário de Notícias, de 1959 a abr/1964.  
Última Hora, de 1959 a 1962.

### *Arquivos e bibliotecas consultadas:*

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.  
Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.  
Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Solar dos Câmaras, Porto Alegre.  
Biblioteca da Casa Civil, Porto Alegre.  
Biblioteca de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.  
Biblioteca Municipal de Porto Alegre.  
FARSUL – Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.  
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.  
Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre.

**ANEXOS**

## **Lista de Anexos**

**Anexo 1-**           Rearmamento Moral



- Anexo 2 -** Manifesto dos Ministros Militares em relação a João Goulart.
- Anexo 3 -** Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.
- Anexo 4 -** Diário de Notícias, 18/01/1962, capa.
- Anexo 5 -** Nota Oficial da FARSUL.
- Anexo 6 -** Correio do Povo, 16/05/1963, p.18.
- Anexo 7 -** Diário de Notícias, 15/06/1963, p.7 e Correio do Povo, 01/09/1963, p.24.
- Anexo 8 -** Correio do Povo, 07/07/1963, p.52.
- Anexo 9 -** Correio do Povo, 30/08/1963, p.16
- Anexo 10 -** Diário de Notícias, 16/05/1963, p.5.
- Anexo 11 -** Diário de Notícias, 30/07/1963, p.4.
- Anexo 12 -** Correio do Povo, 15/12/1963, p.56.
- Anexo 13 -** Correio do Povo, 05/03/1964, p.9; Correio do Povo, 10/03/1964, p.24; Correio do Povo, 11/03/1964, p.20; Correio do Povo, 12/03/1964, p.3;
- Anexo 14 -** Decreto da SUPRA
- Anexo 15 -** Diário de Notícias, 14/03/1964, p.14; Diário de Notícias, 19/03/1964, capa; Correio do Povo, 14/03/1964, p.7; Correio do Povo, 24/03/1964, p.3; Correio do Povo, 18/03/1964, p.20.
- Anexo 16 -** Manifesto de João Goulart (01 de abril de 1964).

## ANEXO 1



*Manifesto dos ministros militares (30 agosto 1961)*

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus ministros, manifestam a Sua Excelência, o sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação do regresso ao país do vice-presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento dos poderes constitucionais, aguardam elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias, e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm-se constrangidas agora, com a aquiescência do sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a provocada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas, avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes, em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e tão urgentes problemas para recuperação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos, não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo estiverem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem sido noutros países milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval, já esperado, das intrigas e das acusações mais despudoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E, permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961.

Vice-Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha marechal Odílio Denis, Ministro da Guerra, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moos, Ministro da Aeronáutica.

Fonte: SILVA, Hélio. 1964 – Golpe ou Contragolpe? Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, p.86-87.

### ANEXO 3

#### *DECLARAÇÃO DO I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS SOBRE O CARÁTER DA REFORMA AGRÁRIA*<sup>305</sup>

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, após os debates travados durante o período de sua realização, definiu os elementos básicos que caracterizam a situação das massas camponesas e fixou os princípios gerais a que deve subordinar-se uma reforma agrária radical.

A característica principal da situação agrária brasileira é o forte predomínio da propriedade latifundiária. Com a população rural de cerca de 38 milhões de habitantes, existem no Brasil apenas 2.065.000 propriedades agrícolas. Neste número incluem-se 70.000 propriedades latifundiárias, que representam 3,39% do total dos estabelecimentos agrícolas existentes, mas que possuem 62,33% da área total ocupada do país.

É o monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apóia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil. É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrogradas, e extremamente penosas de exploração semifeudal, que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra. Essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas evidentes do processo espoliativo interno.

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização da reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura se nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo.

A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da cultura imediata e da mais completa liquidação dos monopólios da terra exercido pelas forças retrógradas dos do latifúndio e o conseqüente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra para os que a queiram trabalhar.

É necessário, igualmente, que a reforma agrária satisfaça as necessidades e as reivindicações imediatas dos homens do campo. Que responda, portanto, aos anseios e interesses vitais dos que trabalham a terra e que aqui se encontram

---

<sup>305</sup> Fonte: MARIGHELLA, Carlos (et.al). A questão agrária: textos dos anos sessenta. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p.84-88. Texto extraído da Revista Estudos Sociais, abril de 1962.

reunidos, através de seus representantes e delegados de todo o país ao I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Para os homens que trabalham a terra, a reforma agrária, isto é, a completa e justa solução da questão agrária do país, é a única maneira de resolver efetivamente os graves problemas em que se debatem as massas camponesas, e, portanto, elas, mais do que qualquer outra parcela da população brasileira, estão interessadas em sua realização. As massas camponesas tem a consciência de que a solução final depende delas.

A execução de uma reforma agrária, efetivamente democrática e progressista só poderá ser alcançada à base da mais ampla e vigorosa ação, organizada e decidida, das massas trabalhadoras do campo, fraternalmente ajudadas em sua luta pelo proletariado das cidades, os estudantes, a intelectualidade e demais forças nacionalistas e democráticas do patriótico povo brasileiro.

As medidas aqui propostas, capazes de realmente conduzirem à solução do magno problema da reforma agrária em nossa pátria, evidentemente se chocam e se contrapõem aos interesses e soluções preconizadas pelas forças sociais que se beneficiam e prosperam à base da manutenção da arcaica e nociva estrutura agrária atual. Sobre esta estrutura repousa a instável economia, dependente e subdesenvolvida, de nossa pátria, e que, a todo custo, essas forças procuram impedir que se modifique.

A reforma agrária que defendemos e propomos diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas reformas, revisões agrárias e outras manobras elaboradas e apresentadas pelos representantes daquelas forças, cujos interesses e objetivos consultam sobretudo ao desejo de manter no essencial e indefinidamente o atual estado de coisas.

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.

Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente dar solução às seguintes questões:

- a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.
- b) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas.

Além dessas medidas que visam a modificar as atuais bases da questão agrária no que respeita ao problema da terra, são necessárias soluções que possam melhorar as atuais condições de vida e trabalho das massas camponesas, como sejam:

- a) Respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses, em suas associações de classe.

- b) Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente que se estende aos trabalhadores agrícolas, bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração de Estatuto que vise a uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais.
- c) Plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo. Reconhecimento imediato dos sindicatos rurais.
- d) Ajuda efetiva e imediata à economia camponesa sob todas as suas formas.

As massas camponesas sentem agravar-se, a cada dia que passa, o peso insuportável da situação a que estão submetidas. Por isso mesmo, se imobilizam e se organizam para lutar decididamente pela obtenção de seus objetivos expressos em uma efetiva, democrática e patriótica reforma agrária. Essa luta já se processa e evoluirá até que sejam atingidos e realizados seus objetivos, pelos quais as massas do campo não pouparão esforços nem medirão sacrifícios.

Nas atuais condições, tudo deve ser feito para conseguir que as forças que dirigem os destinos da nação brasileira se lancem à realização de uma eficaz e inadiável política agrária, capaz de, através da execução de medidas parciais, ir dando solução às questões indispensáveis à plena realização da reforma agrária de que necessitam os lavradores e trabalhadores agrícolas, assim como todo o povo brasileiro; tais medidas, entre outras, são as seguintes:

- a) Imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de indenização prévia, justa e em dinheiro para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos.
- b) Urgente e completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento.
- c) Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água.
- d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras, desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais.
- e) Levantamento cadastral completo, pelos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas.
- f) Retombamento e atualização de todos os títulos de posse da terra. Anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública.
- g) O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça: 1º) forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2º) isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola.
- h) Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a

500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa.

- i) As terras devolutas, quer sejam de propriedade da União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional aos que nelas queiram efetivamente trabalhar.
- j) Proibição da entrega de terras públicas aqueles que as possam utilizar para fins especulativos.
- k) Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.
- l) Que seja planejada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa.

Com vistas a um rápido aumento da produção, principalmente de gêneros alimentícios, que possa atenuar e corrigir a asfixiante carestia de vida em que se debate a população do país, sobretudo as massas trabalhadoras da cidade e do campo, o estado deverá elaborar um plano de fomento da agricultura que assegure preços mínimos compensadores nas fontes de produção, transporte eficiente e barato, favoreça a compra de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; garanta o fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, etc., aos pequenos agricultores; conceda crédito acessível aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, e combata o favoritismo dos grandes fazendeiros.

O I CONGRESSO NACIONAL DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS conclama o povo brasileiro a tomar em suas mãos esta bandeira e torna-la vitoriosa.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.



## ANEXO 4

*Diário de Notícias, 18/01/1962, capa.*

Ao Rio Grande e à Nação

Na Carta de Santa Maria, o ruralismo sul-riograndense consubstanciou, em solene formulação de princípios, seu propósito de cooperar com os poderes constituídos na elaboração e execução de um projeto de reforma agrária, com fundamento na ordem constitucional e nos preceitos cristãos de justiça social.

Ratificando essa advertência, formulada às classes econômicas e aos órgãos governamentais, a FARSUL entende ser de oportuna imposição o dever de caracterizar o exato sentido de responsabilidade contraída.

A reforma agrária de tipo e fundamento democráticos, orientada para o bem comum e para a política de justiça social, jamais deverá conduzir à luta de classes nem ao primado econômico nas relações sociais. Repugna a onipotência do Estado e procura cortá-la pelo fortalecimento da iniciativa privada e das associações, na realização de nobres objetivos de bem-estar social.

A expropriação dos proprietários ou a apropriação da terra pelo Estado são medidas que a reforma agrária democrática justificadamente repele pois equivaleria, num e noutro caso, em colocar a pessoa sob o arbítrio do Estado, despojando-a de direitos primordiais, inalienáveis e anteriores a própria organização jurídica do Estado.

A reforma agrária do tipo que propugna o ruralismo rio-grandense, visa proporcionar a propriedade da terra, ao maior número de pessoas aptas a cultivá-la e, por esse modo, difundir na massa rural aquelas qualidades de segurança, independência e responsabilidade que faltam às multidões do interior e que caracterizam, no mundo inteiro, a missão histórica da classe média rural.

Não se justifica, pois a adoção de métodos que destoem desses princípios democráticos e coloquem o patrimônio, que representa a terra, à mercê de agitações comprometedoras da segurança e da paz social.

Recomendando a elaboração de planos regionais de parcelamento e incremento da produção agrária, a Federação das Associações Rurais condena, porém, o processo adotado na condução do recente caso de Nonoai.

Com este espírito e com este propósito, os ruralistas do Rio Grande do Sul comparecerão à VI Conferência Rural no Rio de Janeiro, desfraldando a bandeira da reforma agrária de inspiração democrática.

Porto Alegre, 17 de janeiro de 1962.

FARSUL

Antonio Saint Pastous Freitas – Presidente

Kurt Weissheimer – 1º vice-presidente

Clóvis Kroeff – 2º vice-presidente

## ANEXO 5

*Correio do Povo, 30/05/1963, p.7*

FARSUL

Nota Oficial

Em reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo da FARSUL, nos dias 27 e 28 de maio de 1963, foram firmadas as seguintes resoluções:

1º - O ruralismo gaúcho considera as reformas sociais necessárias e inspostergáveis, com execução em bases democráticas, e mediante processos de justiça social por meios pacíficos e legais.

2º - Com respeito à debatida questão pertinente a Emenda Constitucional que visa a alteração do parágrafo 16 do Artigo 141, o ruralismo rio-grandense, manifestando suas apreensões, confia, entretanto, no patriotismo, independência e senso de responsabilidade do Parlamento Nacional, certo de que a resolução final deverá ser a mais consentânea com a extrema gravidade da atual política social do País.

3º - Empenhadas na preservação do regime democrático vigente, assiste às lideranças das entidades de classes e dos partidos políticos no dever de fortalecer a soberania do Poder Legislativo, acatando e cumprindo as decisões deles emanadas e as normas básicas da Carta Magna Brasileira.

4º - Assim considerando a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul resolveu transmitir de viva voz, o seu pensamento e as suas disposições ao senhor Presidente da república e aos líderes políticos do Congresso Nacional.

5º - Com relação à política agrária estadual, o ruralismo gaúcho afirma, neste momento, o seu propósito de contribuir materialmente para a solução da questão agrária, à luz de normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Agrário Nacional.

6º - Admitida a discriminação regional da reforma agrária, caberá aos estados não só a faculdade de suplementar a legislação federal específica, como também de planejar e executar, obedecidas as normas gerais.

7º - A classe rural assume firme e decidida atitude contra a campanha extremista que tenta conturbar a ordem social e o regime democrático.

## ANEXO 6

*Correio do Povo, 16/05/1963, p.18.*

### RURALISTAS CONTRÁRIOS À CRIAÇÃO DA CGT E À REFORMA CONSTITUCIONAL

De conformidade com a orientação seguida pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, através de diversos pronunciamentos, a Confederação Rural Brasileira solicitou que todas as entidades da classe rural se dirigissem aos três poderes da União, protestando contra qualquer alteração dos princípios constitucionais que asseguram, em sua plenitude, os direitos de propriedade.

Nesse sentido manifestou-se a Associação Rural de Livramento, por seu presidente, sr. Thomaz Vares Albornoz, enviando à Presidência da República e ministros de Estado, os seguintes telegramas:

“A Associação Rural de Livramento leva ao conhecimento de V.Exa. ilustre Ministro de Estado, o repúdio ao projeto de reforma constitucional que anula o princípio jurídico da propriedade privada, instituto este inerente à própria pessoa humana, herdado das mais cristalinas fontes do Direito dos Povos Livres, Democráticos e Cristãos. Pela Associação Rural de Livramento, Thomaz Vares Albornoz – presidente.”

Igualmente dirigiu-se aquela entidade rural aos senadores e deputados federais de todos os partidos que integram a bancada do Rio Grande do Sul, nos seguintes termos:

A Associação Rural de Livramento solidariza-se com o plano de Reforma Agrária apresentado pela Confederação Rural Brasileira. Repudiamos totalmente qualquer reforma constitucional, por julgarmos contrários aos interesses nacionais e incompatível com a formação cristã de nosso povo. Apoiados nessas convicções vimos apelar para o alto espírito público de V.Exa. no sentido de evitar o caos, a confusão e a perturbação da ordem. Pela Associação Rural de Livramento, Thomaz Vares Albornoz – presidente.”

## ANEXO 7

*Diário de Notícias, 15/06/1963, p.7.*

O ruralismo aceita o desafio: na barricada

Não será agora na grande cruzada da preservação do principio básico, da propriedade privada – que haveremos de nos omitir, como qualquer poltrão, nas primeiras barricadas – declarou ao Diário de Notícias o sr. Miguel Alves Medina, presidente do PSB de Livramento e membro da delegação santanense e membro à assembléia geral de sábado da FARSUL. E acrescentou: O Rio Grande se o levantar como um grande bloco monolítico contra o assalto à Constituição que está sendo ardentemente planejado e sornateiramente tecido pela “ quinta coluna comunista”. E a classe rural, que se vinha mantendo numa vigilante expectativa, daqui para o futuro passará a comandar um movimento agressivo, como medida preventiva, combatendo franca e abertamente os agentes da tirania soviética, antes que seja tarde demais.

Diante da realidade, o ruralismo rio-grandense honrando a história pátria, aceita o desafio e vai enfrentar a guerra que lhe foi declarada pelos agentes da tirania comuno-nacionalista. É uma luta que foi imposta aos ruralistas por meia dúzia de maus brasileiros que hoje representam o papel mesquinho de novos quislings a serviço do imperialismo moscovita. E tanto mais aceitam a guerra que lhes foi declarada, porque sabem que lutam por uma causa nobre como seja a defesa da intocabilidade da propriedade privada, por ser um direito sagrado, natural e irreversível.

*Correio do Povo, 01/09/1963, p.24.*

Presidente da FARSUL

(...) A Constituição vigente declara que a propriedade da terra está condicionada ao interesse social e autoriza o poder Público a desapropriar terra para atender a esse interesse. Apresentam-se cifras estratosféricas para mostrar o que custariam em dinheiro as terras desapropriadas. Mas em que se baseiam essas cifras? Qual a extensão das áreas a desapropriar? Qual o número de agricultores que pretendem terras para o cultivo? Qual o custo dessas terras em cada região do País? Será que a intenção seria a de desapropriar toda a propriedade privada? Chega-se a dolorosa conclusão de que aqueles que, no Brasil, mais falam em reforma agrária, não desejam que ela se faça. (...)

Ainda, há poucas semanas, a Classe Rural, reunida em Assembléia apelava para o Governo da República e para o Congresso Nacional no sentido de que fosse votada e promulgada, o mais depressa possível a Lei Agrária e manifestava-se contrária à reforma da Constituição Federal para essa finalidade. Reiteramos aqui esse apelo e esse ponto de vista. Estamos convencidos do acerto de nossa deliberação, porque tudo quanto é fundamental para que se atinjam os reais objetivos das reformas de que o Brasil necessita pode ser feito dentro dos ditames da nossa Carta Magna. Aceitar a reforma constitucional, nos moldes pleiteados, poderia a qualquer momento, desaparecer para os brasileiros um dos apanágios da democracia que é Direito de Propriedade. Bastaria um mau governo, armado desses poderes para que ninguém tivesse garantido esse Direito que é sagrado e somente deve ser perturbado no alto interesse social, claramente justificado. (...)

As ideologias contrárias ao sentir da grande maioria do Povo Brasileiro, e que hoje são pregadas tão descaradamente, não prevalecerão na Terra de Santa Cruz, porque os homens de responsabilidade em todos os setores da vida nacional, saberão repeli-las, cumprindo com exatidão os seus deveres para com o Povo Brasileiro.

A nós, ruralistas do Rio Grande do Sul, cabe uma grande parcela desses deveres. Saibamos cumpri-los pelo bem do Brasil e pelo bem de nós mesmos.(...)

## ANEXO 8

*Correio do Povo, 07/07/1963, p.52.*

### Carta de Sete Lagoas

Senadores e deputados não fora, eleitos para confiscar bens alheios

Rio, 6(CP) – Líderes das classes produtoras montanhesas, orientados pela Associação Rural Centro de Minas, Associação dos Produtores de Leite de Sete Lagoas, Associação Comercial de Sete Lagoas, com cerca de dois mil associados, tornaram público pronunciamento daquelas entidades, conhecida como “ Carta de Sete Lagoas”, expressando sua repulsa ao projeto de reforma agrária proposto pelo Governo Federal ao Congresso e concitando o povo brasileiro e, particularmente, a classe ruralista a promover um movimento de âmbito nacional, visando fazer sentir aos nossos congressistas a necessidade de rejeição daquele projeto.

### Tomada de posição

Segundo divulga a Confederação Rural Brasileira, a carta salienta:

“ Desde que ouvimos falar nas reformas com que se pretende estruturar o Brasil no futuro, apuramos o ouvido, a fim de verificar se elas, realmente, correspondem o anseio coletivo ou são puros slogans das correntes revolucionárias que deságuam no país, verificamos, entretanto que o projeto de autoria do governo é, apenas uma cópia servil de outras reformas reclamadas por países de diminuta extensão territorial e representa a espoliação de uma classe que nunca recebeu, efetivamente, do Poder Público, qualquer tipo de assistência. Dela se lembra o governo somente para arrecadar-lhe os tributos que são carreados quase sempre para obras administrativas suntuárias, sem qualquer sentido progressista e que são responsáveis pelos vultuosos déficits orçamentários causadores antes de tudo, do vertiginosos ritmo inflacionário com que se afoga impunemente a Nação.”

### Incapacidade

Diz mais o documento:

“Ademais, um elenco governamental que não tem capacidade para enfrentar os corriqueiros problemas de ordem administrativa que o desafiam, não se arma de autoridade bastante para arrancar do humilde e sacrificado produtor rural o pedaço de terra que ele adquiriu, não por herança ou pela magnificência da Coroa, mas com o suor de seu rosto numa fronteira árdua e difícil, até onde não chega assistência do governo seja para facilitar os meios de comunicação, seja para fornecer-lhes os recursos financeiros adequados com que possam ampliar e diversificar as suas atividades no campo.”

### Rejeição é o caminho certo

O Congresso Nacional tem o dever de se opor a esse conjunto de leis predatórias com que se procura colocar a propriedade privada ao sabor do desgoverno que aí está, afim, de impor-se ao cabo, um tipo de república baseada na representação sindical e não na soberana vontade do povo.

Os senadores e deputados não foram eleitos para confiscar bens alheios. Não receberam esse mandato do colégio de votantes e não poderiam em sã consciência trair o eleitorado, modificando os textos da Constituição e que são os que mais definem e configuram na sua essência e na filosofia, o regime democrático.

Confiamos em que o Congresso saiba rechaçar a investida dos totalitários de todas as matizes e se uma ao povo nesta luta contra a cubanização do Brasil, conclui a Carta de Sete Lagoas.”

## ANEXO 9

*Correio do Povo, 30/08/1963, p.5.*

### Manifesto à Nação

Omissão dos responsáveis agrava problemas que afligem o povo

Rio, 29, (CP) – “ A falta de estudos sensatos para soluções exatas, a agitação das massas operárias com fins inconfessáveis, a campanha de desmoralização ao Congresso Nacional, último baluarte de resistência democrática; a sufocação da iniciativa privada , tudo isto agita o país, põe em dúvida as garantias constitucionais e desestimula a produção.”

Esta é a tônica de um manifesto à Nação, alertando o povo contra o perigo da infiltração comunista nos países, assinada pelas classes produtoras do estado de Goiás, representadas pela Sociedade Goiânia de Pecuária, Federação das Associações Rurais de Goiás e Associação Comercial e Industrial de Goiás, além de outras entidades de classe, congregando vários membros de ruralistas daquela região. Afirmando que a omissão voluntária ou intencional dos homens responsáveis pelos destinos do Brasil, só tem servido para agravar, ainda mais, os problemas com que se debate o povo, sobretudo quando visam objetivos meramente políticos demagógicos prossegue o documento dos ruralistas para acentuar que até mesmo a reforma agrária – que em outros países tem como principal objetivo a proteção do homem que trabalha a terra – tem sido usado com a grave ameaça ao nosso sistema de vida democrática. “ Nossa luta tem sido sempre no sentido de preservar a democracia e os direitos essenciais à dignidade humana salienta o documento, subscrito pelas entidades rurais de Goiás, que diz, ainda, solidários com o Congresso Nacional contra o comunismo sob todos os aspectos, não podemos deixar nos envolver por seus tentáculos. Lutamos pela reforma agrária democrática e cristã, apoiamos as reformas de base desde que sejam respeitadas os preceitos estabelecidos na Constituição da República.

O manifesto das classes produtoras de Goiás acentuou “ somos favoráveis e estamos atentos aos reclames da justiça social, a qual transformamos nossa bandeira de luta contra a implantação do regime comunista no Brasil.



## ANEXO 10

*Diário de Notícias, 16/05/1963, p.5.*

### Convocação contra a Reforma da Constituição

A Associação Paulista de Criadores de Bovinos sente-se no dever de manifestar publicamente seu repúdio às tentativas de modificação da Constituição Brasileira, as quais, sob o pretexto de promover a difusão de pequena propriedade rural, na verdade ferem frontalmente ao espírito da própria Constituição.

O objetivo mais proximamente visado pelos inimigos do regime é indiscutivelmente, a destruição da classe rural. Não tenhamos dúvida, contudo, que, a ameaça que pesa sobre a nossa classe assume caráter extremamente perigoso, pois serve a uma política de alcance muito mais amplo, que visa subverter toda ordem jurídica da nação. Sente, pois a Associação paulista de Criadores de Bovinos que cometeria grave traição à classe que representa e ao país se silenciasse e se omitisse na batalha que está sendo travada. O que se pretende coma campanha demagógica em favor da reforma agrária é desencadear um processo acelerado de desintegração das instituições e a comunização do Brasil. Seus adeptos não disfarçam o que desejam. Seu objetivo é enfraquecer o direito de propriedade e limitar a liberdade individual frente ao Estado. Fala-se em alterar a Constituição Federal para permitir a desapropriação de imóveis rurais, mas não se esconde que em futuro próximo o mesmo processo deveria ser estendido à propriedade urbana. O resultado final seria a estatização de nossa economia ou a colocação em regime de estrita dependência do Poder Público característica dos regimes totalitários nos quais, por esse meio, o estado dispõe de poderoso instrumento de opressão.

Fala-se tanto em reforma. No entanto, quem conhece verdadeira e profundamente no Brasil os problemas que essa questão envolve? Tema de tão alta indagação é lançado à rua pela demagogia subversiva que assola o país com o propósito evidente de colocá-lo em termos emocionais, transformando-o em obsessão coletiva e evitando, por todos os meios, a sua análise serena e desapixonada.

É, pois de nosso dever alertar a consciência nacional sobre o futuro que se prepara o país, através do engodo de uma reforma agrária pretensamente urgente e indispensável que se resume em atribuir ao governo a faculdade de confiscar a propriedade privada.

(...) Ainda que houvesse os recursos suficientes para adquirir terras de particulares em grandes proporções e realizar os colossais investimentos necessários a realização dos planos de colonização, pode-se perguntar se seria urgente, imprescindível ou necessário promover a desapropriação das terras pertencentes a particulares. Quantos se lembram do que dispõe o Art. 156 da Constituição Federal sobre a distribuição das terras públicas do país mediante a execução de planos de colonização? Pelo censo agrícola de 1950, cujos resultados são os mais recentes do que se pode lançar mão, as terras públicas no Brasil se estendem por mais de seis milhões de quilômetros quadrados. Isso significa que a área disponível para ocupação e distribuição a novos proprietários e ainda maioria esmagadora do território nacional.

Por que a União não cumpre o dispositivo constitucional e não começa a vender essas terras, em lugar de lançar a inquietação no país, com suas pretensões de reforma da Constituição, exatamente naquelas regiões onde uma agricultura

organizada ainda resiste à deterioração das relações de troca ao confisco cambial e à omissão dos Poderes Públicos? Ninguém dúvida que o pagamento de indenizações em títulos da dívida pública será confisco disfarçado e o que se pretende na realidade é a destruição da classe rural.

Os criadores de São Paulo, cômnicos de suas responsabilidades na hora presente, dirigem-se aos companheiros em todo Brasil e a todos aqueles interessados na sobrevivência do regime e da liberdade, convidando-os a se unirem de maneira atuante, decidida e destemerosa para, no âmbito do seu trabalho, convívio ou influência do Município, associado de classe ou partido político lutar todos pela formação de uma frente nacional para que a Constituição permaneça incólume e com ela sobrevivam à Nação e a Democracia.

APCB – Rua Jaguaribe – 634 - SP

## ANEXO 11

*Diário de Notícias, 30/07/1963,p.4.*

Reforma agrária, na Câmara

Theophilo de Andrade

(...) Confesso que não era um entusiasta Milton Campos. Preferiria outros caminhos para a redenção dos campos, onde vive, ou melhor vegeta, a maior parte da população brasileira. Mas seria um bom pedaço de caminho andado, sobretudo porque a matéria já vinha com a aprovação do Senado. Era, porém, proposição de um homem, da oposição e o governo quer ter o privilégio de ser o dono das reformas. Daí, haver mobilizado todos os seus canhões para derrotar aquele projeto. Mas ficou em suspeição perante a opinião pública e perante os homens da gleba.

É absolutamente para desconfiar desse empenho em que se aferra o governo para fazer, não uma lei agrária que assegure vida decente aos trabalhadores rurais, mas uma determinada reforma, que apenas abra o caminho para outras, e quiçá para subversão da ordem jurídica, tal como se fez em Cuba, exemplo apresentado como ideal pelos morubixabas que nos governam. É de lembrar, porém, que ali se começou pela reforma agrária, para passar-se à reforma urbana, e terminar-se pela bolchevização, que é a abolição pura e simples ao direito de propriedade.

Para os comunistas, sentados nos altos postos desse governo que aí está, a liquidação do direito de propriedade é o alvo. Porque, desaparecido o direito de propriedade, desaparecerá com ele a liberdade, tudo será absorvido – terras, indústrias, bancos, transportes e serviços – pelo Estado totalitário, em que a Nação inteira ficará reduzida a uma massa de escravos, conduzida a chicote por uma burocracia prepotente, como existe nos chamados países comunistas.(...)

Disso, porém, não se cogita nos arraiais do governo. O grande empenho é de associar a idéia generosa da reforma agrária à da reforma da Constituição. Por que aqui está o alvo desses vermelhinhos inimigos da democracia, que à sombra do sr. João Goulart, se tornaram donos e príncipes da república. O que desejam é uma brecha na Carta Magna, para, depois alargá-la por tal forma, que possam passar outras reformas, especialmente no capítulo bem a vista das incompatibilidades.(...).

## ANEXO 12

*Correio do Povo, 15/12/1963, p.56.*

Conclama Meneghetti

União das forças democráticas para combater os extremismos

Afirmando que o Rio Grande do Sul não está e não será convulsionado por forças a serviço da demagogia incosequente e da desordem irresponsável, e que precisa apenas de tranqüilidade para trabalhar, o Governador Ildo Meneghetti – conforme o “Correio do Povo” antecipou - mandou divulgar, ontem, manifesto dirigido à Nação brasileira e ao povo rio-grandense. Culminando um série de contatos promovidos pelo sr. Oscar Carneiro da Fontoura. O manifesto governamental tem um sentido amplo – quando se dirige ao povo brasileiro – e um sentido mais restrito – quando o apelo é endereçado não só aos rio-grandenses, mas aos responsáveis pelos partidos políticos, aos dirigentes, as classes mais favorecidas, alertando-se de que chegou a hora de salvar as instituições e o futuro de nossos próprios filhos. (...)

O Manifesto

(..) Chegou a hora de salvar as instituições brasileiras e o futuro de nossos filhos, evitando o solapamento da democracia, a implantação de uma ditadura terrorista de direita ou de esquerda e a inconcebível luta de irmãos contra irmãos. Chegou a hora, concidadãos, da união de todas as forças democráticas para combater os extremismos e para apresentar um programa que resolva os problemas da Nação Brasileira.”

Ildo Meneghetti

Governador.

## ANEXO 13

*Correio do Povo, 05/03/1964, p.9.*

Invasão de terras:

Confederação Rural acusa governo federal de inércia.

Rio, 4, (CP) – O presidente da Confederação Rural Brasileira, sr. Íris Meimberg, apresentou durante a assembléia da classe, circunstanciado relatório sobre o problema da terra no país, inserindo uma advertência sobre o momento que atravessamos. Salienta textualmente o documento assinado pelo presidente da entidade:

“A CRB sente-se no dever indeclinável de, com veemência patriótica, alertar a nação sobre os perigos que a ameaçam com a ação subversiva dos que, acobertados por autoridades do governo federal, tumultuam a vida rural, através de ilegais invasões de terras. A SUPRA, no propósito de quebrar a ordem democrática, tem ousado em demasia, tornando intoleráveis suas campanhas demagógicas e os verdadeiros democratas não podem admitir os excessos praticados contra o direito da propriedade.” E prossegue: “ Mais que isso, tem ido a extremos para tentar justificar e estimular invasões de terras, aliciando agitadores e trazendo aos campos um clima de insegurança e de retaliações que somente desserviços prestam a economia do País e à paz social. Nunca, na nossa história, se assistiu a espetáculo tão deprimente de primarismo partidário e de insensibilidade as legítimas tradições liberais de nosso país. “ Outro aspecto negativo que reclama a atenção do País é a inevitável queda da produção em consequência da constante ameaça de desapropriação indiscriminada, por que se torna incontrollável esse desastroso reflexo sobre a capacidade e a vontade de produzir daqueles que sentem crescer dia a dia a ação desagregadora da SUPRA e a inércia comprometedora do poder público diante da flagrante ilegalidade das invasões de terras, que se sucedem sem uma atitude corretiva de parte das autoridades competentes. Diante de tal ameaça às nossas instituições, a Confederação Rural Brasileira, fiel à sua missão de preservar os fundamentos democráticos e cristãos da nossa sociedade, não hesita em proclamar sua repulsa aos processos com se procura, cada vez mais, acirrar as lutas de classe. Face a gravidade da situação do nosso país, convocamos todas as federações e associações para um esforço comum, sincero e confiante, indispensável às campanhas em que nos empenharemos no propósito de bem servir a classe e bem defender as causas da agricultura brasileira.

*Correio do Povo, 10/03/1964, p.24.*

Ruralistas alertam para o clima de perigosa tensão criada em Bagé

Bagé, 9 (do correpondente) – O Presidente da Associação Rural desta cidade, sr. Favorino Thomaz Mércio, falando à reportagem do “ Correio do Povo” declarou que a reunião realizada no sábado à tarde, teve a finalidade de reafirmar a unidade da classe rural da região, frente aos contínuos ataques de conhecidos agitadores. Disse também que foi redigido e aprovado em plenário um manifesto, que seria imediatamente distribuído à imprensa. Afirmou que a Associação Rural de Bagé dá amplo apoio ao Governador do estado e ao Presidente da FARSUL, já que o seu

objetivo é também defender os interesses da classe, mantendo a propriedade privada e todas as liberdades democráticas.

### Manifesto

Sob o título “Declaração de Princípios do Ruralismo Bageense”, os ruralistas divulgaram o manifesto, redigido nos seguintes termos:

“ 1º - Somos a favor de uma reforma agrária cristã e democrática, que elimine as áreas improdutivas da Nação, a começar pelas terras públicas devolutas;

2º - Somos a favor do fiel cumprimentado Estatuto do Trabalhador Rural, harmonizando empregados e empregadores pela atribuição dos legítimos direitos e irrecusáveis deveres que a cada um compete;

3º - Somos a favor da mais ampla sindicalização do trabalhador rural, que deve ser agrupado em sindicatos livres e democráticos, isentos dos males do peleguismo e limpo de infiltrações nefastas do comunismo;

4º - Somos pela manutenção do preceito universal do direito de propriedade, nos termos formulados pela Carta Magna Brasileira, e os defenderemos a qualquer preço.

5º - Encaminharemos nossa cruzada pacificamente e rigorosamente ao amparo da Lei;

6º - Responsabilizamos, desde logo, os conhecidos agitadores comunistas locais pelas conseqüências trágicas que possam advir de qualquer invasão de propriedades privadas que porventura possam ser tentadas no futuro;

7º - Distinguimos perfeitamente a grande distância que separa a ideologia do deputado Justino Quintana da ideologia do digno Partido Trabalhista Brasileiro;

8º - Reiteramos nossa irrestrita solidariedade à Diretoria da Associação Rural de Bagé, e muito em especial ao seu presidente, cujo inextinguível espírito de tolerância tem contido, até aqui, o crescente e manifesto desejo dos ruralistas de revidar os insólitos e injustos ataques de que tem sido alvo, ataques estes que tem sido extensivos a toda laboriosa classe dos ruralistas, numa provocação grosseira e odiosa;

9º - Alertamos as autoridades constituídas, federais e estaduais para a situação de perigosa tensão, criada artificialmente neste município, fruto de desenfreada pregação subversiva, desenvolvida impunemente e de longa data pelos agentes da SUPRA, em conluio com os comunistas locais;

10º - Concitamos os homens do campo, de todas as ocupações e condições sociais a se conservarem em calma, voltados para o trabalho honesto em que sempre se ocuparam, repudiando com energia os agentes da agitação e da mentira. Estes maus brasileiros apenas desejam valer-se dos humildes e laboriosos homens da Campanha para atingirem seus objetivos de tomada do poder para, logo após, escravizar, para sempre, a totalidade do povo brasileiro, negando aos trabalhadores os seus atuais direitos sociais e trabalhistas. Desejam, pois, eliminar o insubstituível tesouro moral e espiritual que é a liberdade democrática de cada um e de todos.

Desejamos para todos nossos irmãos brasileiros, uma Pátria livre, onde a pessoa humana seja respeitada, valorizada, de acordo com os princípios espirituais propostos e mundialmente aceitos na Carta de São Francisco. Confirmamos que, mercê de Deus, de conquistá-la, pelas armas da compreensão, da solidariedade humana e da tolerância mútua e nunca pelas armas do ódio, da traição e do derramamento de sangue, ou pelo desrespeito às leis do Brasil.”

*Correio do Povo, 11/03/1964, p.20.*

#### FARSUL recomenda defesa da propriedade rural

Uruguaiana, 10 (Do correspondente) – A Associação Rural de Uruguaiana recebeu da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul o seguinte telegrama: “Em face das crescentes ameaças de invasão de terras particulares, comandadas por comunistas dentro de um plano de agitação nacional, julgamos de absoluta conveniência que essa Associação advirta os proprietários rurais no sentido de defenderem, de qualquer maneira, suas terras contra essas invasões, que atentam contra o direito de propriedade garantido pela Constituição. Lembramos, ainda que essa Associação organize grupos de defesa, bem orientados, para colaborar com o governo do estado na manutenção da ordem em qualquer ponto do município. Salientamos a urgência dessas providências em face da disposição dos agitadores de aproveitarem a promulgação do decreto da SUPRA, anunciado para 13 do corrente, para promoverem invasões de terras em todas as zonas declaradas de utilidade social”. A mensagem é assinada pelo sr. Oscar carneiro da Fontoura, Presidente da FARSUL.

#### Criadores se organizam

A Associação Rural de Uruguaiana, sob a presidência do sr. Gregório Beheregaray Filho, encerrou as 19:30 horas, uma concorrida reunião da classe, dando conhecimento do telegrama que recebeu da FARSUL, que sugere a organização da classe para sua defesa, na hipótese de invasão das estâncias pelos sem terras, comandados por comunistas. O telegrama da Federação Rural foi aprovado por unanimidade, sendo imediatamente constituída uma comissão de criadores, para promover com urgência o aliciamento de criadores para a defesa de qualquer ponto do município.

*Correio do Povo, 12/03/1964, p.3.*

#### Ruralismo de Cachoeira dirige-se a Goulart

A Associação Rural de Cachoeira do Sul, por intermédio do vice-presidente em exercício, Sr. Pedro Walter Gomes Bartmam, solicitou ao Correio do Povo, a divulgação do telegrama abaixo, endereçado ao Presidente da República no dia 9 do corrente. Tal despacho tem a seguinte redação:

“Presidente João Goulart – Palácio das Laranjeiras – Rio. A classe ruralista de Cachoeira do Sul, sem distinção de cores partidárias reunida em assembléia geral, deliberou externar a V. Excia, sua plena concordância quanto a uma reforma agrária democrática e cristã, mas jamais nos moldes arbitrários e subversivos como os falsos nacionalistas da SUPRA o vêm fazendo, pondo em sobressalto a tranqüilidade da vida rural brasileira com ameaças de invasões de propriedades privadas, criando um clima de insegurança, com graves prejuízos para o trabalho metódico e fecundo das fazendas. Podem os “ Valdélrios” do Governo, amparados no direito da força, autorizar e permitir que novos Andoneaguis desrespeitem a Constituição, armando o braço homicida de apátridas para o assalto à propriedade particular, num primeiro passo para a cubanização do país. Porém fiquem certos de que os ruralistas de Cachoeira do Sul, organizados e dispostos à luta, como agora

sabem estar, saberão ser dignos dos velhos tapes do Rio Grande, não permitindo que tal aconteça, sem uma nova batalha de Caibaté. Respeitosas saudações. Cachoeira do Sul, 9 de março de 1964.



## ANEXO 14

*Correio do Povo, 14/03/1964, p.18.*

### Integra do Decreto da SUPRA

“O Presidente da República, usando as atribuições que lhe confere o artigo 87, item primeiro da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei número 4.132 de 10.10.1962, e do Decreto-Lei número 3.365 de 21.06.1941 e alterações incorporadas ao texto, decreta:

Art. 1º - Ficam declaradas de interesse social, para efeito de desapropriação, nos termos e para os fins previstos no Artigo 147 da Constituição federal e na Lei 4.132 de 10.10.1962, as áreas rurais compreendidas em um raio de 10 km dos eixos rodoviários e ferroviários federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem.

Parágrafo Único – Consideram-se rodovias e ferrovias federais, para fins deste decreto as que respectivamente integram o Plano Rodoviário Nacional, ou estejam incorporadas ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal ou de empresa dela subsidiária.

Art. 2º - Ficam excluídas das disposições deste decreto as propriedades imóveis que se enquadram em uma das seguintes hipóteses:

A – As que não tenham área superior a quinhentos hectares, quando situadas ao longo dos eixos rodoviários e ferroviários e as de trinta hectares, quando localizadas em terras beneficiadas e recuperadas em virtude de obras de irrigação, drenagem ou açudagem, abrangidas pelo presente decreto;

B – As situadas nas zonas urbanas ou suburbanas dos municípios, delimitadas em data anterior a este decreto, assegurada aos municípios à faculdade de requerer à SUPRA a rescisão daquelas zonas para efeito da ampliação, a fim de atender seus planos administrativos;

C – As propriedades que, embora possuindo área superior a 500 ha., conforme as hipóteses previstas na alínea “ A ” deste artigo, são ocupadas por vilas ou vilarejos povoados, arraiais ou outros núcleos populacionais;

Art. 3º - A SUPRA fica autorizada a promover gradativamente, para execução de seus planos e projetos, as desapropriações das áreas situadas nas faixas caracterizadas neste decreto, tendo por fim realizar a justa distribuição da propriedade, condicionando seu uso ao bem social, visando especialmente:

A – Ao aproveitamento dos terrenos rurais improdutivos ou explorados antieconomicamente;

B – A fixação de trabalhadores rurais nas áreas adequadas à exploração de atividades agropastoris;

C – A instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não seja obedecido plano de zoneamento agropecuário que vier a ser fixado pela SUPRA;

D – Ao estabelecimento e manutenção de colônias, núcleos ou cooperativas agropecuárias e povoamento;

E – A proteção do solo e a preservação dos cursos e mananciais de água e reservas florestais.

Parágrafo 1º - A SUPRA poderá em cada caso, alegar urgência das referidas desapropriações, para efeito de prévia imissão de posse, nos termos do Art. 5º e

seus parágrafos do Decreto-Lei nº 3.365, de 20.6.41, alterado pela Lei nº 2.786 de, 21.5.1956.

Parágrafo 2º - As terras desapropriadas, após subdivididas em lotes rurais de área não superior a cem hectares, serão vendidas a prazo, ou dadas em locação, observadas as seguintes regras fundamentais:

A – Terão prioridade às famílias camponesas mais numerosas, radicadas na região e com maior experiência em trabalhos agrícolas ou pecuários, e que não sejam proprietários ou possuidores de outro imóvel;

B – O preço de venda dos lotes será fixado, levando-se em conta tão somente o custo da desapropriação e as despesas resultantes da execução do plano ou projeto aprovado para a área, e será pago em vinte prestações iguais e anuais, vencendo a última no fim do vigésimo segundo ano, contados da data da localização do camponês no respectivo lote, cujo desmembramento ou divisão será proibido;

C – Nos casos de locação, o prazo mínimo será de dez anos e o aluguel não deverá exceder à taxa de seis por cento ao ano do valor do lote, calculado em conformidade com o disposto na letra “ B” anterior.

Art. 4º - Os atuais ocupantes de terrenos rurais da União serão cadastrados, com indicação das áreas em cuja posse se encontram, e da natureza das suas atividades, afim de que a SUPRA, coordenada com o Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, providencie a regularização das respectivas situações, atribuindo-lhes uma forma de legislação vigente, as glebas mesmas, ou outras áreas federais propícias, sempre de acordo com as reais possibilidades de cada um e as limitações previstas neste decreto.

Art. 5º - Deixando o beneficiado de residir no lote em que for atribuído ou ocorrendo abandono da gleba ou destinação diversa daquela fixada no zoneamento que vier a ser estabelecido pela SUPRA, ou ainda, cessão, promessa de compra e venda, ou, sublocação ou cessão de locação, sujeitar-se-á o responsável, conforme o caso, à rescisão do contrato e a perda da posse, sem prejuízo do pagamento de perdas e danos a que seu procedimento der causa.

Parágrafo Único - Em casos excepcionais, prévia e fundamentalmente justificados, poderá a SUPRA autorizar, o requerimento dos interessados, a tradição, posse ou cessão de contrato, desde que a transação se faça pela praça ou aluguel fixada originariamente, apenas acrescida do justo valor de benfeitoria, construções e plantações realizadas no lote cedido ou transferido.

Art. 6º - A Carteira de Colonização do Banco do Brasil S.A., financiará, nos termos da Lei 2.237, de 19.6.1964 (sic), os planos e projetos específicos que forem aprovados pela SUPRA.

Art. 7º - Fica fixado o prazo de sessenta dias, contados da data da publicação deste decreto, para que o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, articulado com a SUPRA, elabore programa de operações de crédito para financiamento prioritário às cooperativas agrícolas que venham a ocupar áreas e terras desapropriadas com base neste decreto, bem como aquelas constituídas por proprietários de glebas em área não superior a cem hectares.

Art. 8º - A competência deferida pelo decreto nº 45.581, de 18.03.59 à extinta Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários e Ferroviários, fica atribuída a SUPRA, que planejará, executará e controlará a organização de comunidades rurais e sua colonização em áreas desapropriadas, segundo critério de valorização sócio-econômico dos camponeses e uso racional da terra.

Art. 9º - Fica revogado o decreto nº 47.707, de 23.1.60, cabendo ao Departamento Nacional de Obras Contra Seca aplicar, em convênio com a SUPRA, recursos de

que dispõe para a colonização dos principais eixos rodoviários que atravessam a área do Polígono das Secas.

Art. 10º - Fica a SUPRA autorizada a celebrar convênio com a Comissão do Vale do São Francisco, com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para, com aplicação de seus próprios recursos e dos que disponham aqueles órgãos, promover a colonização nas áreas abrangidas pelo presente decreto, nas respectivas áreas de jurisdição administrativa.

Parágrafo Único – Para terras irrigadas ou irrigáveis pela União nos Estados compreendidos na área de atuação da SUDENE, os critérios de utilização das mesmas serão reguladas de acordo com estudos realizados por esse órgão, sem prejuízo do disposto no artigo 3º deste decreto.

Art. 11º - Permanece em vigor o decreto nº 45.771 de 9.4.1959, que atribui ao Ministério da Guerra a ocupação e a coordenação de medidas relacionadas com o povoamento inicial da BR-14, trecho compreendido entre as localidades de Guamá (Pará) e Guapi (Goiás).

Parágrafo Único – A SUPRA integrará todos os convênios entre esse Ministério e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, independentemente das desapropriações que efetivar, consultados tais órgãos.

Art. 12º - Na efetivação das desapropriações, facultadas por este decreto, a SUPRA dará prioridade às terras situadas nas regiões de maior densidade demográfica, mais próximas aos grandes centros de consumo e onde mais freqüentemente se verifique a existência de latifúndios improdutivos ou explorados anti-economicamente.

Art. 13º - A SUPRA promoverá entendimentos com Estados, Distrito federal, Territórios e Municípios interessados, consertando com as respectivas autoridades nas providências administrativas necessárias à melhor execução das medidas previstas neste decreto.

Art. 14º - As desapropriações de que trata o presente decreto serão custeadas com recursos orçamentários próprios da SUPRA e das entidades convenientes.

Art. 15º - A SUPRA utilizar-se-á, preferencialmente, dos serviços técnicos dos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, com vistas aos estudos necessários à efetivação das desapropriações autorizadas por este decreto, nos termos dos convênios celebrados com os Ministérios citados em 24 de janeiro de 1964, os quais ora são ratificados em seu inteiro teor.

Art. 16º - Fica a SUPRA autorizada a baixar os atos necessários à complementação das disposições deste decreto.

Art. 17º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

## ANEXO 15

### Rio Grande do Sul

*Diário de Notícias, 14/03/1964, p.14.*

Passo Fundo alerta povo e pede a união de todos

A Associação Rural de Passo Fundo tornou pública uma Proclamação ao Povo Ordeiro e Trabalhador através da qual dá conhecimento aos passo-fundenses das várias medidas adotadas pela FARSUL relativa à assinatura do Decreto da SUPRA e às ameaças de invasões de terras. Através da mesma proclamação conclama o povo à ordem alertando-o porém para que se una em qualquer circunstância em defesa da Constituição dizendo: “devemos estar atentos na vigilância e na salvaguarda de nossos direitos, unidos para repelir a agressão premeditada por elementos perturbadores da ordem, pois todos nós conhecemos o velho exemplo de que a união faz a força. Devemos ter em vista que a perturbação da ordem não se limitará apenas às terras em geral. Uma vez iniciada, vai atingir a todos os lares dos mais simples aos luxuosos. A história não só antiga como a recente demonstra que as agitações que roubam vidas preciosas, trazem a miséria geral, começam em pequenos focos que se propagam como incêndios devastadores, como pragas malditas. Mais adiante, cita a Revolução Cubana e seus efeitos nefastos, inclusive com a instituição do “paredón”. Faz referência ao povo húngaro que foi esmagado pelos tanques soviéticos. Ao final apela a todos no sentido de que denunciem qualquer movimento, que mantenham sob vigilância pessoas suspeitas, para assim melhor se impedir perturbações da ordem. A referida proclamação é assinada pelo presidente daquela Associação Rural, Sr. Victor T. Mena Barreto.

*Correio do Povo, 24/03/1964, p.3*

Ruralismo realiza novo encontro em D. Pedrito

Novo encontro da classe rural com o objetivo de arregimentar os produtores para a defesa da propriedade, ameaçada de invasão pelos sem-terra, será hoje realizado em Don Pedrito. A Assembléia dos ruralistas daquela região contará com a presença do sr. Oscar Carneiro da Fontoura, presidente da FARSUL, que esta madrugada viajou para Don Pedrito.

*Correio do Povo, 18 de março de 1964, p.20.*

Ruralistas reafirmam o seu propósito de defender a terra a qualquer preço

Camaquã, 17(De nosso enviado) – Ruralistas de vários pontos do Estado, convidados especiais, capazes e trabalhadores do campo, estiveram presentes ao encontro promovido pela Associação Rural deste município, convocado para o debate “dos últimos acontecimentos relacionados com a reforma agrária”. A reunião teve início cerca de 11 horas, quando o presidente daquela entidade, Sr. Dorval Ribeiro, convidou os srs. Oscar Carneiro da Fontoura, Amarílio Vieira de Macedo, e, ainda, os presidentes das diferentes Associações rurais para que participassem da mesa diretora dos trabalhos.

Em rápidas palavras, o Sr. Dorval Ribeiro disse que a Associação Rural de Camaquã sentira a necessidade de convocar os homens de responsabilidade para se unirem em defesa da paz, pela preservação da ordem e da tranquilidade, “pois quando o Presidente da República vai à praça pública para incitar a desordem, cabe ao povo manter a ordem”. Significou, ainda que a reunião viria dar nova demonstração de que a classe rural está unida, coesa e consciente da responsabilidade que lhe cabe. [Logo após tomou a palavra o sr. Almir Vieira – orador oficial do encontro] (...) O que vemos nesse momento é uma minoria mal intencionada, cheia de idéias exóticas e estranhas ao nosso modo de ser, que ferem as mais queridas tradições cristãs de nosso povo, unirem-se à outra minoria sedenta de poder e de interesse subalterno, para assenhorem-se deste país, para torná-lo uma nova Cuba, mais um satélite escravo de Moscou. Aproveitando-se estes Vendilhões da Pátria da ignorância e miséria de uma parte de nossos irmãos, acenando-lhes com promessas mirabolantes que nunca irão cumprir, para assim galgarem o poder, derrubando o regime Constitucional e estabelecendo a mais terrível e sanguinária das ditaduras: o regime do “Paredon.” (...) Gaúchos! Chegou o momento de dizer um basta aos “Jangos”, aos Brizolas”, aos Arrais”, aos “Carlos Prestes”, ao “pelego”, esta figura repugnante, este réptil do cenário político nacional. Chegou o momento, gaúchos, de novamente tangidos pelo espírito Farroupilha, desensarilharmos as armas, em defesa da Liberdade, da Democracia, da Família e do futuro de nossos filhos. (...) Unamo-nos em defesa da liberdade. Queremos continuar livres, livres na escolha de nossos destinos. Levantemo-nos para dizer um basta e estes empreiteiros da baderna, que chefiados por esta figura que perdeu toda autoridade e dignidade que é o Presidente da República, ao renegar o seu sagrado juramento de defender a Constituição, vem intranquilizando a nossa Pátria, trazendo o desassossego e o temor aos lares. (...) Há pouco dias estivemos reunidos em vigília cívica, moços e velhos, ombro a ombro, passando noites em claro, prontos para a ação em defesa não só de nossas terras, como muitos poderão pensar, mas em defesa da própria democracia. (...) Diante disto tudo, Dr. Oscar carneiro da Fontoura, que neste momento representa todo o ruralismo gaúcho, nós queremos dizer-vos da inabalável decisão que todos nós aqui tomamos. De dizer a estes falsos nacionalistas, presos de um nacionalismo caolho que só olha para Moscou, a estes pelegos e baderneiros que falam em defender o humilde, mas que só pensam em si próprios, que não tomarão esta terra sem luta, que não levantarão um “Paredón”, por que nós gaúchos, bafejados pelo espírito livre dos Farroupilhas, preferimos morrer livres a viver escravos. (...)

#### Encerramento

[Referindo-se ao decreto da SUPRA, continuou:] “Até sexta-feira, a3, nos reuníamos para tratar da desordem agrária que se queria implantar. Mas depois dessa data aumentaram as nossas preocupações. Devemos, agora defender a propriedade, até por um imperativo de dignidade”. Disse o presidente da FARSUL, ainda: “preocupanos a marcha acelerada para a comunização do País. O comício do dia 13 foi a prova cabal. Disso já não podemos alimentar dúvidas, pois na frente do Presidente da república, sem qualquer contestação sua, houve pregação revolucionária e subversiva. “ Temos de evitar sua marcha, organizando-nos. Devemos telegrafar ao Congresso, como já o fez a FARSUL, protestando contra a atitude subversiva que se está apoiando no País. Este é o apelo que faço a todos os ruralistas, isto é, que se dirijam ao Congresso pois ao Executivo não adianta mais.

Também apelo em favor, de uma campanha de esclarecimento ao público, aos trabalhadores, aos homens humildes, dizendo-lhes do que ocorre na Cortina de Ferro, onde há falta de liberdade para comer, viver e morar, onde o trabalhador faz o que o governo quer que ele faça. Disse mais adiante: “Continuemos preparados para repelir as agressões, mas procuremos, ao mesmo tempo, divulgar a idéia democrática e combater o comunismo. O mais grave é a defesa do Brasil e das instituições.

Sabemos da disposição de outros estados e confiamos na ação dos brasileiros. Mostremos nossa força e a nossa decisão, mas se os atropelos vierem, marchemos contra eles de qualquer forma. E concluiu: “Outras reuniões se farão como essa. Apelo a todos para que voltem aos seus municípios e organizem a resistência democrática com a realização de comícios e palestras, contrariando a propaganda comunista e demonstrando o nosso espírito cívico. O Brasil pode estar certo de que o Rio Grande do Sul está com ele”.

### Rio de Janeiro

*Correio do Povo, 14/03/1964, p.7.*

#### Ruralistas proclamam os erros da atual política agrária governamental

Rio, 13, (CP) – Reunidos em assembléia geral da Confederação Rural Brasileira, face à gravidade das ameaças às instituições democráticas, os ruralistas, em manifesto, julgaram do seu dever “convocar todos os brasileiros para defesa da Constituição, regime e ordem, lançando as diretrizes da classe rural”. Esclarecem os ruralistas que debatendo a moção apresentada pela Federação das Associações Rurais do Estado do Rio, sobre o projeto da SUPRA, os ruralistas sentiram-se perfeitamente à vontade para proclamar os erros de política governamental agrária porque a classe sempre se colocou entre os propugnadores de uma reforma agrária dentro dos postulados constitucionais e capazes de assegurar a continuidade da política cristã e democrática em se que fundamenta a civilização brasileira. Revelaram que a ampla e irrestrita cooperação foi também dada aos poderes públicos para a efetivação do Estatuto do Trabalhador Rural, com o propósito de que a legislação trabalhista se estenda ao meio rural com conturbações, evitando-se, desse modo, o acirramento de crises sociais.(...) Os ruralistas, agora reunidos em assembléia geral não se limitam apenas a pronunciamentos. Mais do que isso: ingressaram no sistema sindical brasileiro e, em todos os órgãos públicos de que participaram, e participam, sempre se colocaram ao lado dos propósitos de reforma agrária idônea, e essa posição os autoriza agora a denunciar ao povo as manobras insidiosas contra o regime e, principalmente, a inércia comprometedora das autoridades perante o desrespeito à Constituição e às leis, não raro estimulando as invasões de terras, aliciando agitadores profissionais contra os agricultores e levando aos campos um clima de insegurança e retaliações que somente desserviços prestam à economia do país e a paz social. Ao ensejo do debate da proposta da FARERJ, foi igualmente proclamado que a vigilância dos ruralistas é de toda legítima, porque, preservando a ordem, estão, ao mesmo tempo, opondo-se a inevitável queda de produção, conseqüente constante de ameaça de desapropriação indiscriminada de terras, por que se torna incontrolável esses desastrosos reflexo sobre a capacidade e vontade produzir daqueles que sentem crescer a cada dia a ação desagregadora da SUPRA e, a inércia comprometedora

do poder público diante das invasões, que se sucedem sem uma atitude corretiva por parte das autoridades competentes, para tal, caberá às autoridades responsáveis a garantia da ordem e dos direitos e a manifestação pública de seu propósito de não acolher, para fins de estruturação de propriedade e posse da terra decorrente de ocupação mediante a invasão de propriedade privada. A Assembléia reprimiu, igualmente, com toda veemência a afirmação dos que ousam proclamar o sentido democrático na multiplicação dos proprietários rurais de nosso país, como argumento de que não é concebível, legitimar-se a propriedade estabelecida sobre o esbulho e fraude, por que a tal se reduzem às desapropriações efetuadas contra a Constituição.

Os ruralistas, nesta assembléia geral, ratificaram sua posição em defesa da ordem democrática e da validade do direito de propriedade consagrado na Carta Magna, cujas normas não impedem a efetivação da verdadeira reforma agrária, embora proclamam também seu reconhecimento de interesse social, porém definido pelos poderes competentes e aplicável mediante instrumentos legais normalmente outorgados pelos representantes do povo.

Fora dessas diretrizes – que são deveres decorrentes do regime em que vivemos – somente os caminhos da subversão restam aos que se rebelam contra a obediência a leis e ao lado deles não poderão ficar os verdadeiros democratas brasileiros, fiéis às tradições cristãs de nosso povo.

Após essa ratificação de princípios que datam de muitos anos e não surgem agora apenas para neutralizar as campanhas oficiais, a assembléia com referência ao anunciado decreto da SUPRA, de cuja colaboração não lhe foi dado participar, deliberou esclarecer a opinião pública nacional a apresentar as diretrizes apoiadas pela classe rural.

### São Paulo

*Diário de Notícias, 19/03/1964, capa.*

#### Ruralismo de São Paulo não se submete à SUPRA

A FARESP e a Sociedade Rural Brasileira após reunião conjunta de suas diretorias em São Paulo, decidiram não reconhecer a legalidade do decreto presidencial que desapropria terras. Ao mesmo tempo, recomendaram aos lavradores que não façam nenhum acordo com a participação da SUPRA. O decreto é considerado inconcebível pelas referidas entidades que alegam ferir vários dispositivos da Constituição Federal, entendendo, ainda que os proprietários encontrarão amparo nas leis vigentes.

## ANEXO 16

### *Manifesto de João Goulart (01 de abril de 1964)*

Da capital da República, numa noite em que forças reacionárias desencadeiam mais uma vez o golpe contra as instituições democráticas, e contra a libertação econômica da Pátria, na plenitude dos meus poderes constitucionais, que o povo me outorgou, que o povo ratificou, em pronunciamentos memoráveis, reafirmo a minha inabalável decisão de defender intransigentemente, numa luta sem tréguas, esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico.

Sei que o povo ignora o verdadeiro significado das pressões que a meu Governo está sendo submetido, desde que, para salvaguardar os mais legítimos interesses da Nação, tive que adotar no plano internacional uma política externa independente e, no plano interno, medidas inadiáveis de proteção à sua espoliada economia, arrastei a fúria insensata e odienta dos impatrióticos interesses contrariados. Não acreditavam que fosse capaz de regulamentar a Lei de Remessas de Lucros. Fui ameaçado e intimidado. Não cedi e não cederei na sua rigorosa aplicação. Preguei a reforma agrária, quando ela estava vitoriosa na consciência do espírito do povo. Negaram-me os meios legais para efetiva-la. Apelei então para as minhas atribuições constitucionais. E o decreto da SUPRA, que possibilitou o acesso a terra a todos que dela carecem, para a sua sobrevivência, embora não consubstanciasse uma reforma agrária verdadeira, ou a reforma reclamada pelos princípios cristãos de justiça social, determinou o recrudescimento de ódios e de paixões. O monopólio de importação do óleo cru, a encampação das refinarias, como desdobramento indispensável da nossa política petrolífera, conquista definitiva da vontade e consciência soberana de nosso povo, tantas vezes adiada por governos que me antecederam, foram atos que pratiquei, com serena coragem, na certeza de que servia ao Brasil, mas da certeza também de que outro poder, na frente de luta, se abria diante mim.

Quando meu governo se impunha, vitoriosamente, na repressão à ganância dos exploradores da economia popular, quando meu Governo se levantou contra a exploração dos preços, da distribuição dos gêneros de primeira necessidade, quando se levantou em defesa do povo, tabelando medicamentos, fixando aluguéis, assisti mancomunarem-se contra mim, numa ação insidiosa dos que sempre se locupletaram com a miséria do nosso povo. Quanto à inflação, pela qual não se pode responsabilizar o meu Governo, que tudo tem feito para debelá-la, procurando inclusive atacar suas causas estruturais, através das reformas de base, quando essa inflação corroia salário e vencimentos e ampliava a área de miséria entre famílias da classe média, busquei recompor, na justa remuneração do trabalho, enviando ao Congresso mensagem solicitando a escala móvel de salários. Levantou-se a grita da incompreensão e do egoísmo, do capitalismo intolerante, desumano e anticristão.

Tais medidas, e tudo o mais consubstanciados na política autenticamente popular, decorrente da minha fidelidade ao diário de Vargas e aos compromissos do meu passado, em lutas nacionalistas, somaram-se forças políticas e econômicas desavindas entre si, mas que se uniam entretanto na impatriótica tentativa de impedir que ao povo brasileiro fosse assegurado melhores padrões de cultura, de segurança econômica e de bem-estar social. Espero no sentimento religioso, como se meu Governo não fosse daqueles que na História da República mais se



empenharam em cerca de prestígio, de conciliação e de respeito aos dignatários do episcopado, do clero da Igreja Católica e dos demais credos religiosos. Mistificam com a supervalorização do perigo comunista, como se não fossemos uma democracia plantada irremovivelmente no coração de nossa gente. Estou firme na defesa e ao lado do povo. Do povo, em que acredito e em quem deposito a certeza da vitória da nossa causa. Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários, contando com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares de nosso País.

Fonte: [www.cebela.org.br](http://www.cebela.org.br)